

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

FLÁVIA PINHEIRO DA SILVA COLOMBINI

**A PRÁTICA DO ORIENTADOR EDUCACIONAL E O SEU PAPEL NO COTIDIANO
ESCOLAR NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE FRANCA/SP**

FRANCA

2019

FLÁVIA PINHEIRO DA SILVA COLOMBINI

**A PRÁTICA DO ORIENTADOR EDUCACIONAL E O SEU PAPEL NO COTIDIANO
ESCOLAR NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE FRANCA/SP**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do título de Mestre em Planejamento e Análise de Políticas Públicas. Área de Concentração: Desenvolvimento Social.

Orientadora: Profa. Dra. Vânia de Fátima Martino

Coorientadora: Ms. Andrea Marqueti Vilaça

FRANCA

2019

Colombini, Flávia Pinheiro da Silva
C718 A prática do orientador educacional e o seu papel no
cotidiano escolar na Rede Pública Municipal de Franca/SP /
Flávia Pinheiro da Silva Colombini. -- Franca, 2019
134 f.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista
(Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca
Orientadora: Vânia de Fátima Martino
Coorientadora: Andrea Marqueti Vilaça

1. orientação educacional. 2. prática de ensino. 3. professores
formação. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

FLÁVIA PINHEIRO DA SILVA COLOMBINI

**A PRÁTICA DO ORIENTADOR EDUCACIONAL E O SEU PAPEL NO COTIDIANO
ESCOLAR NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE FRANCA/SP**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do título de Mestre em Planejamento e Análise de Políticas Públicas. Área de Concentração: Desenvolvimento social.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Profa. Dra. Vânia de Fátima Martino

1º Examinador: _____
Profa. Dra. Noeli Prestes Padilha Rivas – USP/Ribeirão Preto/SP

2º Examinador: _____
Profa. Dra. Marina Novaes de Senne – UNESP/Franca

Franca, 10 de abril de 2019.

Aos meus filhos, Heitor e Helena, que são a melhor parte de mim.

AGRADECIMENTOS

Ninguém está sozinho neste mundo. Tampouco, ninguém realiza qualquer coisa só. Portanto, quero, antes de tudo, agradecer a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que este trabalho fosse realizado. Primeiramente, agradeço a Deus que me permite concretizar tudo que desejo, me dando vida, saúde, força e coragem em todos os momentos.

Agradeço à minha família: pai, mãe, meu irmão, meus filhos e meu esposo pela paciência e compreensão durante os dias que abdiquei da companhia de todos, para que eu pudesse concluir esta jornada. Ao meu esposo, meu muito obrigada, pelas tantas vezes que assumiu o papel de pai, mãe e companheiro, me possibilitando a tranquilidade para estudar, pesquisar, trabalhar e aprender. Sem você, teria sido tudo muito mais difícil nesta jornada.

Muito obrigada também à minha orientadora da vida inteira (graduação e pós-graduação), Profa. Dra. Vânia de Fátima Martino, pela paciência, destreza, profissionalismo e acolhimento, principalmente nos momentos de desespero, quando sempre me acalmava com palavras tranquilizadoras. À minha coorientadora Andrea Marqueti Vilaça, pela prontidão em me atender e solucionar minhas dúvidas sempre que solicitei. A vocês duas posso dizer que ganhei, além de aprendizado, uma referência amiga. Agradeço imensamente também às revisoras deste trabalho, Maria do Socorro e Laura, pela rapidez com que me atenderam e pelo olhar aguçado para que ficasse tudo de acordo com o que é exigido. A cada correção eu aprendia um pouco mais.

Aos colegas de trabalho, da EMEB Prof. Fausto Alexandre de Souza Teodoro, que sempre me incentivaram e compreenderam minha ausência, mesmo nos momentos em que a escola mais necessitava. Luciana, Donata, Elis e todas as professoras que estão à frente da luta pela educação de qualidade na escola, presto aqui minha profunda admiração. Nós sabemos o quanto a escola pulsa e o quanto é difícil, e ao mesmo tempo prazeroso, vivenciar o resultado do nosso esforço.

Agradeço também a todos os participantes desta pesquisa pela contribuição e disponibilidade em responder aos questionários. Em especial, agradeço ao grupo de orientadores educacionais da rede municipal de ensino de Franca, o trabalho deste grupo me enche de orgulho e me inspirou a querer buscar mais conhecimento na área da Orientação Educacional. À Lívia e à Heloísa, que participaram muito de perto da construção deste trabalho, sempre dispostas a me ajudar com seus conhecimentos, conselhos e opiniões muito válidos.

Aos professores e colegas do programa de pós-graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas, com quem dividi momentos de aprendizado, reflexão e descontração e onde ganhei amigos que admiro e guardarei para sempre com muito carinho. Em especial, Cláudia, Viviane, Anna, Pâmela, Rodolfo, Jorge Suzuki, Adolfo, Eli pela amizade que ultrapassou os limites da sala de aula, quando as discussões acadêmicas e ideológicas nos fazia refletir sobre o contexto político e social do país. Ao amigo Eduardo, cuja amizade e presença já existiam há muito tempo em minha vida (o mestrado só nos aproximou novamente).

Também agradeço a minha terapeuta, que me ajuda a controlar os momentos de desespero, confusão e ansiedade, sempre com acolhimento e assertividade. Eu aprendo, em cada sessão, o quanto é importante olharmos para dentro de nós e reconhecermos nossas lutas, falhas, força e superação, amando e agradecendo a tudo que fomos e somos, buscando compreender que tudo na vida é um eterno aprendizado.

Enfim, para não ser injusta, presto aqui minha gratidão a todos que fazem ou fizeram parte da minha vida, nesta etapa e em tantas outras. Afinal, somos um aglomerado de tudo e de todos que passam por nós, e por isso sou muito grata.

– Quem estará nas trincheiras ao teu lado?
– E isso importa?
– Mais do que a própria guerra.

Ernest Hemingway (1899-1961), escritor.

COLOMBINI, Flávia Pinheiro da Silva. **A prática do orientador educacional e o seu papel no cotidiano escolar na rede pública Municipal de Franca/SP**. 2019. 134. f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Análise de Políticas Públicas) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2019.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a prática dos orientadores educacionais das escolas de Educação Básica (Educação Infantil – Fase I e II e Ensino Fundamental-1º ao 5º ano) da rede municipal de Franca/SP, buscando investigar a atuação desses profissionais e sua consonância com os documentos, teorias, legislações e orientações oficiais que regem a prática pedagógica desses especialistas da educação, no município em questão. O orientador educacional (OrE), ao lado do diretor, do coordenador pedagógico, do pedagogo e do pedagogo da Sala de Recursos Multifuncionais, faz parte da equipe gestora das escolas municipais de Franca/SP. Partimos do pressuposto de que a atuação do orientador educacional é muito importante no contexto escolar, visto que seu papel deve estar direcionado para a formação integral do aluno, contribuindo com seu desenvolvimento cognitivo, social e emocional, ajudando o professor a compreender a realidade das crianças e atuando também como um elo entre escola-família-comunidade. Para tal investigação, optamos como escolha metodológica a abordagem qualitativa e um estudo analítico-descritivo. As fontes para o tratamento do objeto foram bibliográficas, documentais e a pesquisa de campo. A partir da revisão bibliográfica sobre a Orientação Educacional (OE), apresentamos a trajetória histórica desta profissão no Brasil, assim como alguns conceitos e abordagens dos principais teóricos sobre o tema, dentre eles: Heloísa Lück, José Carlos Libâneo, Mirian Grinspun, Sônia Melo, Selma Garrido Pimenta, Maria das Graças Sena, Olívia Porto, entre outros. Analisamos, também, as bases legais da Orientação Educacional, tais como leis federais e municipais, regimentos, estatutos e outros documentos oficiais que regem o trabalho dos orientadores educacionais nas escolas. Para compreender o que se definiu, ao longo dos anos, como atribuição desses educadores na rede municipal de Franca, analisamos as propostas de formação continuada deste segmento entre os anos de 2007 a 2012, construímos e aplicamos um questionário semiestruturado para os diretores escolares, responsáveis por definir também as funções dos orientadores educacionais na escola. Já para compreender a realidade prática do trabalho que vem sendo desenvolvido por eles, construímos e aplicamos outro questionário semiestruturado à atual gestora responsável pela formação continuada oferecida a esses profissionais pela Secretaria Municipal de Educação (SME) e ainda outro questionário aplicado aos próprios orientadores educacionais, servindo como fonte para a investigação e análise da realidade praticada por eles, sob suas próprias perspectivas. Para a análise de todas as fontes exploradas, nos utilizamos da metodologia de Análise de Conteúdo, definida por Bardin (2016). Esperamos, com esta pesquisa, contribuir para a crítica reflexiva acerca do trabalho da Orientação Educacional nas escolas do município de Franca/SP, a fim de promover mudanças significativas que possibilitem uma melhor contribuição destes profissionais para a intervenção e transformação da realidade escolar em que atuam. Da mesma forma, pretendemos colaborar com a elaboração de Políticas Públicas educacionais do município que viabilizem estratégias, tanto para o bom desempenho do papel do orientador educacional dentro da escola quanto para o seu contínuo aprimoramento técnico-profissional e teórico.

Palavras-chave: orientação educacional. prática de ensino. professores formação.

COLOMBINI, Flávia Pinheiro da Silva. **A prática do orientador educacional e o seu papel no cotidiano escolar na rede pública Municipal de Franca/SP**. 2019. 134 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Análise de Políticas Públicas) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2019.

ABSTRACT

The purpose of this research is to study the practice of educational counselors on the Basic Education (Preschool - Pre-Kindergarten and Kindergarten- as well as Elementary School - 1st to 5th grade) schools of the municipal network of Franca/SP. It also seek to investigate the performance of these professionals and their consonance with the documents, theories, laws and official guidelines that govern the pedagogical practice of these education specialists in this county. The educational advisor, along with the director, pedagogical coordinator, pedagogue and pedagogue of the Multifunctional Resources Room, is part of the management team of the municipal schools of Franca/SP. It was assumed that the role of the educational supervisor is very important in the school context, since his role should be directed towards the integral formation of the student, contributing to his cognitive, social and emotional development, besides to help the teacher to understand the reality of the children and acting as a link between school-family-community. For this investigation, it was chosen as methodological choice the qualitative approach and a descriptive analytical study. The sources for the treatment of the object were bibliographical, documentary and field research. From the bibliographic review on Educational Guidance (OE), we present the historical trajectory of this profession in Brazil, as well as some concepts and approaches of the main theoreticians on the subject, among them: Heloísa Lück, José Carlos Libâneo, Mirian Grinspun, Sônia Melo, Selma Garrido Pimenta, Maria das Graças Sena, Olívia Porto, among others. It was also analyzed the legal bases of Educational Guidance, such as federal and municipal laws, regiments, statutes and other official documents that guides the work of school counselors. In order to understand what has been defined, over the years, as an assignment of these educators in the municipal network of Franca, it was studied the proposals for continuing training of this segment between the years 2007 to 2012 and construct and apply a semi-structured questionnaire to the school directors, also to define the roles of educational advisors in school. In order to understand the practical reality of the work that has been developed by them, we have constructed and applied another semi-structured questionnaire to the current manager responsible for the ongoing training offered to these professionals by the Municipal Education Department (SME) and another questionnaire applied to the educational supervisors themselves, serving as a source for the investigation and analysis of the reality practiced by them, under their own perspectives. For the analysis of all explored sources, it was used the methodology of Content Analysis, defined by Bardin (2016). With this research, we hope to contribute to the reflexive critique about the work of the Educational Guidance in the schools of the city of Franca/SP, in order to promote significant changes that allow a better contribution of these professionals to the intervention and transformation of the school reality which they work. Likewise, it is intended to collaborate with the elaboration of educational Public Policies of the municipality that make feasible strategies, both for the good performance of the role of the educational supervisor within the school, as well as for its continuous technical-professional and theoretical improvement.

Keywords: educational orientation. teaching practice. teachers training.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Horas anuais dedicadas às reuniões de formação na SME	81
GRÁFICO 2 - Temas abordados nas reuniões de formação da Orientação Educacional entre 2007 e 2012.....	82
GRÁFICO 3 - Gênero sexual declarado pelos orientadores participantes da pesquisa.....	91
GRÁFICO 4 - Idade dos orientadores educacionais participantes da pesquisa	91
GRÁFICO 5 - Graduação dos orientadores educacionais	92
GRÁFICO 6 - Participantes da pesquisa que possuem pós-graduação	92
GRÁFICO 7 - Tempo de experiência na área de educação (em anos).....	93
GRÁFICO 8 - Tempo de atuação como orientador educacional (em anos).....	94
GRÁFICO 9 - Você tem conhecimento claro de suas funções e atribuições como orientador educacional?.....	94
GRÁFICO 10 - Sobre o regimento escolar e a Lei 01/95, você diria que as conhece?.....	95
GRÁFICO 11 - Você sente que sua formação teórica e acadêmica foram suficientes para exercer sua função como orientador educacional?	95
GRÁFICO 12 - Qual grau de importância você atribui às reuniões de formação oferecidas pela SME?	96
GRÁFICO 13 - Dos conhecimentos adquiridos nas reuniões de formação, quanto você consegue aplicar efetivamente em sua prática?	96
GRÁFICO 14 - Qual o nível de relação de sua atuação como orientador educacional com o processo de ensino e aprendizagem dos alunos?	97
GRÁFICO 15 - Atividades diárias dos orientadores educacionais	99
GRÁFICO 16 - Autores ou referências teóricas apontadas pelos orientadores educacionais como base de suas práticas	103

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - O que pensam as diretoras sobre o papel do orientador educacional na escola?	71
QUADRO 2 - As principais funções do orientador educacional segundo as diretoras escolares.....	73
QUADRO 3 - Grau de importância atribuído à Orientação Educacional pelas diretoras escolares.....	74
QUADRO 4 - A definição da importância da Orientação Educacional para as diretoras escolares.....	75
QUADRO 5 - Reflexos do trabalho do orientador educacional na aprendizagem dos alunos, segundo as diretoras escolares	77
QUADRO 6 - Participação e integração do orientador educacional nas decisões de caráter pedagógico da escola, segundo as diretoras escolares	78
QUADRO 7 - Singularidades do trabalho do orientador observadas nas respostas das diretoras escolares.....	79
QUADRO 8 - Categoria 1: Em relação aos alunos	97
QUADRO 9 - Categoria 2: Em relação às famílias.....	98
QUADRO 10 - Categoria 3: Em relação à escola	99
QUADRO 11 – Plano de formação continuada para a Orientação Educacional.....	111

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - 2018 - Rede Municipal Geral	52
--	----

LISTA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CESUM	Centro de Ensino Supletivo Municipal
CFE	Conselho Federal de Educação
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação
CP	Coordenador Pedagógico
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMEB	Escola Municipal de Educação Básica
EMEI	Escola Municipal de Educação Infantil
EMIM	Escola Municipal de Iniciação Musical
FENOE	Federação Nacional dos Orientadores Educacionais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
ILES-ULBRA	Instituto Luterano de Ensino Superior da Universidade Luterana do Brasil
INEP	Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
OE	Orientação Educacional
OrE	Orientador Educacional
PEB	Professor de Educação Básica
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Plano Municipal de Educação
REP	Reunião de Estudos Pedagógicos
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SME	Secretaria Municipal de Educação
SOE	Serviço de Orientação Educacional
UNESP	Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

1 TRAJETÓRIA PESSOAL.....	15
2 INTRODUÇÃO	17
3 A ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL.....	21
3.1 O percurso histórico	21
3.2 Algumas definições e abordagens teóricas da Orientação Educacional.....	31
4 A REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE FRANCA	50
4.1 Panorama da rede pública municipal de ensino de Franca.....	50
4.2 Estrutura física e recursos humanos da rede municipal de ensino de Franca.....	52
5 A ATUAÇÃO DO ORIENTADOR EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DE FRANCA.....	56
5.1 O ingresso do orientador educacional na rede pública municipal de Franca.....	56
5.2 A capacitação do orientador educacional na Secretaria Municipal de Educação.....	57
5.3 A atuação dos orientadores educacionais nas escolas municipais segundo as definições legais.....	61
6 A PERSPECTIVA DOS ENVOLVIDOS: ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO ..	70
6.1 O que pensam os diretores escolares sobre o papel dos orientadores educacionais nas escolas?	70
6.2 A formação continuada dos orientadores educacionais do município	80
6.2.1 Registros e tendências da formação continuada dos orientadores educacionais entre 2007 e 2012	81
6.2.2 A formação continuada dos orientadores educacionais no município de Franca sob a perspectiva do gestor de formação da SME	85
6.3 O universo pedagógico dos orientadores educacionais: a prática, a vivência e a visão dos principais atores da pesquisa.....	90

7 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO: PLANO DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA OS ORIENTADORES EDUCACIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FRANCA	105
7.1 Plano de formação continuada para a Orientação Educacional.....	111
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
REFERÊNCIAS	121
APÊNDICES	
Apêndice A – Questionário aplicado às diretoras escolares	128
Apêndice B – Questionário aplicado à gestora de formação continuada da Orientação Educacional da SME	130
Apêndice C – Questionário aplicado aos orientadores educacionais.....	132

1 TRAJETÓRIA PESSOAL

Muitas pessoas que não trabalham na área da Educação, mas também outras, que inclusive, são educadores, me olham estranhamente quando digo que sou orientadora educacional. É nítido, na expressão de muitas delas, não saberem o que é a Orientação Educacional e, muito menos, o que faz um orientador educacional na escola. Também é muito comum pensar que o orientador educacional e o coordenador pedagógico desempenham a mesma função. Este trabalho surgiu na tentativa e na esperança de conseguir explicar um pouco sobre isso. Inclusive para mim mesma.

Graduei-me em História pela Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP – Franca), em 2007. Logo no início de 2008, fui contratada como professora de História do Ensino Fundamental e Médio do Colégio de Aplicação do Instituto Luterano de Ensino Superior da Universidade Luterana do Brasil (ILES-ULBRA) em Itumbiara/GO. Logo após, ainda no mesmo ano, fui contratada pelo Colégio Zênite, da mesma cidade, para lecionar nas turmas de Ensino Fundamental I, o que me despertou o interesse em cursar Pedagogia. Nos dois anos seguintes, fui convidada também para integrar a equipe docente do Colégio Antares (ULBRA), da cidade de Goiatuba/GO e fui aprovada no concurso público para professor de História do Ensino Fundamental e Médio do Estado de Goiás. Em 2011, graduei-me também em Pedagogia pelo ILES/ULBRA, em Itumbiara/GO.

Atuando como professora de História do Ensino Fundamental e Médio do Colégio de Aplicação, tive contato, pela primeira vez, com o trabalho de uma orientadora educacional. Confesso que nunca havia parado para refletir sobre as funções daquela profissional na escola. Sabia apenas que ela atendia às famílias dos alunos e que deveria recorrer a ela se eu tivesse algum problema com algum aluno mais indisciplinado.

Em 2016, em uma reviravolta em minha vida pessoal e profissional, fui aprovada no concurso da Prefeitura Municipal de Franca/SP, justamente para o cargo de orientadora educacional. Na verdade o que me levou a prestar esse concurso foi o desejo de retornar para o Estado de São Paulo, pois eu não tinha nenhuma aproximação com o cargo. Mesmo sem conhecer a fundo esse trabalho, resolvi encarar esse desafio em minha vida profissional (ousou dizer que na vida pessoal também). Diante dessa nova realidade, me senti bastante perdida, sem saber muito bem qual deveria ser o meu papel. Sendo assim, comecei a pesquisar e estudar sobre esse tema e percebi que eu precisava ir mais além.

Residindo e trabalhando em Franca, reacendeu em mim o desejo de fazer um mestrado, um projeto pessoal e profissional que estava suspenso desde minha primeira graduação. Somado a esse desejo, aliei a necessidade de pesquisar e conhecer mais sobre o trabalho da Orientação Educacional em Franca/SP. Com um projeto de pesquisa nessa área, fui aprovada no curso de mestrado profissional no Programa de Pós-graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas da Unesp-Franca, na linha de pesquisa de Política e Gestão Educacional. Dessa forma, eu e minha orientadora, Profa. Dra. Vânia de Fátima Martino, que também havia sido minha professora e orientadora durante a graduação, começamos a desenvolver um trabalho que tem como objetivo central analisar e compreender a função e a atuação dos orientadores educacionais, no município de Franca/SP, portanto, tornando-me também parte da pesquisa.

Na troca de conhecimentos, estabelecida com os colegas orientadores e através da leitura da bibliografia de referência da Orientação Educacional, fomos criando o esboço deste trabalho. Percebi que toda essa inquietação e desejo de compreender melhor o papel dos orientadores educacionais frente aos desafios da realidade escolar que nos cerca não era só meu, mas de todo o grupo. Tivemos apoio e colaboração de muitos durante todo o percurso de construção deste trabalho e a todas essas pessoas presto aqui toda a minha gratidão.

2 INTRODUÇÃO

Diante do contexto de globalização e desenvolvimento tecnológico intenso em que estamos vivendo, a escola tem enfrentado grandes dificuldades para compreender os sujeitos que dela fazem parte. Segundo Grinspun (2001b), as mudanças de paradigmas de ordem social, política e cultural, que se vive neste novo milênio, inserem os indivíduos dentro de um novo cenário onde suas ações necessitam ser analisadas de maneira atenta à luz de uma reflexão crítica sobre esse novo contexto. A Orientação Educacional deve ser vista como uma parte do todo, ou seja, como parte importante do processo chamado educação, que visa à formação integral do seu aluno, seja no aspecto social, seja no emocional ou cognitivo. O conhecimento racionalizado é o instrumento principal da escola no processo de ensino e aprendizagem, mas ela não pode deixar de se preocupar com as questões que estão além do currículo formal, como valores, sentimentos e emoções.

Segundo Lück (2013, p. 17), “A administração da escola, a supervisão escolar e a orientação educacional se constituem em três áreas de atuação decisivas no processo educativo, tendo em vista sua posição de influência e liderança sobre todas as atividades desenvolvidas na escola.” Para a autora, o clima emocional de trabalho na escola, as prioridades de ação, os relacionamentos interpessoais e a relação da escola com a comunidade são definidos a partir da atuação dos gestores escolares, dentre eles o orientador educacional (OrE). Portanto, a Orientação Educacional (OE)¹ é parte integrante e necessária no processo educativo. Ela deve fazer parte dele, mas também fazer interagir as partes que compõem esse processo, devendo atuar como elo entre escola-família-comunidade. “A Orientação Educacional é parte de um todo, faz parte da escola que com ela interage permanentemente, assim como com a própria sociedade.” (GRINSPUN, 2003b, p.70).

Obviamente, como o próprio nome diz, a Orientação Educacional relaciona-se com o ato de orientar, indicar caminhos e acompanhar o educando na sua caminhada estudantil. Ajudá-lo, a partir de intervenções positivas, na construção de sua identidade enquanto estudante e também na formação de sua cidadania, ou seja, auxiliar na sua construção como cidadão consciente, com condições de atuar criticamente em sua realidade. Visto dessa forma, o papel do orientador educacional agrega mais valor ao trabalho do professor. Apesar de exercerem papéis diferentes, professor e orientador têm objetivos em comum, ou seja, contribuir para a formação integral dos educandos.

¹ Devido ao constante uso dos termos, à semelhança de Giacaglia e Penteado (2003), adotamos, ao longo do texto, a abreviatura OrE para nos referirmos ao Orientador Educacional e a OE para nos referirmos à Orientação Educacional.

Nosso objeto de estudo é a prática dos orientadores educacionais nas escolas de Educação Básica (Educação Infantil – Fase I e II e Ensino Fundamental-1º ao 5º ano) da rede municipal de Franca/SP. O objetivo é investigar a atuação desses profissionais, analisando as determinações legais e teóricas que balizam a sua atuação nas escolas do município em questão. Para tal investigação, optamos como escolha metodológica a abordagem qualitativa e um estudo analítico-descritivo. As fontes de investigação para tratamento do objeto serão bibliográficas e documentais. Partiremos da revisão bibliográfica acerca da temática, com estudos de textos, dissertações e teses fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa. Os estudos que embasaram nossa pesquisa se alicerçam em teóricos como Heloísa Lück (2013, 2011), Mirian Grinspun (2001a, 2001b, 2003a, 2003b), Sônia Melo (1994), Selma Garrido Pimenta (1985), Olívia Porto (2009), Denize Garcia (2005), Eny Maia e Regina Garcia (1995), José Carlos Libâneo (1984), Maria das Graças Sena (1993), Miriam Pascoal (2005/2006), entre outros. Todos esses autores contribuíram para a construção do referencial teórico da Orientação Educacional nas últimas três décadas. Já as fontes documentais serão compostas por documentos oficiais tais como leis federais e municipais, regimentos, estatutos, entre outros, que regulam o trabalho dos orientadores educacionais.

Dessa forma, a atuação do orientador educacional dentro da escola se justifica na medida em que ele deve agir como um colaborador do processo de aprendizagem. A ele cabe analisar, refletir e colaborar criticamente com a formação do sujeito, buscando para junto da escola o apoio mútuo da família e da sociedade. O orientador educacional precisa ter preparo e conhecimento teórico que sustente sua prática, na tentativa de buscar uma atuação positiva. Sendo assim, acreditamos ser necessário refletir sobre a realidade vivida por esses profissionais em seu dia a dia, compreender o que fazem e como fazem e de que forma os estudos na área da Orientação Educacional dialogam com a prática dos orientadores educacionais.

Além do mais, segundo Ayub (2005), atualmente a Orientação Educacional enfrenta três grandes problemas que precisam ser pensados para a sobrevivência da profissão no âmbito educacional. Primeiramente, a ausência de políticas públicas que possam garantir a efetividade do trabalho e a presença do orientador educacional em todos os sistemas de ensino no país. Em segundo lugar, o desaparecimento gradual dos cursos de habilitação em Orientação Educacional, fornecidos pelos cursos de Pedagogia, e que atualmente são ofertados apenas na modalidade de Pós-graduação *Lato sensu*. E por último, a falta de definição de um referencial teórico-prático de Orientação Educacional, acarretando em uma

consequente falta de identidade profissional, o que dificulta sua inserção como um profissional da educação básica.

Outro tópico que vale ser levantado é o fato de ser cada vez mais escasso o desenvolvimento de estudos e pesquisas na área da Orientação Educacional, no Brasil. Partindo de buscas no banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Catarina Iavelberg (2011) aponta uma queda nas produções acadêmicas brasileiras acerca do trabalho do orientador educacional entre os anos de 1988 a 2009². A autora afirma que a escassez de produção científica que problematize a Orientação Educacional pode ameaçar o seu exercício profissional. Na introdução do livro *Orientação Educacional: do consenso ao conflito*, Sônia Melo (1994) também demonstra a necessidade de se aprofundarem os estudos qualitativos sobre essa área, que, segundo ela, ainda são insuficientes.

Na tentativa de contribuir para a reflexão dessas e outras questões, tais como: compreender as diretrizes teóricas e legais que versam sobre o ofício do orientador educacional; analisar a atuação e as contribuições desse profissional no contexto escolar; verificar qual a visão e as expectativas dos orientadores educacionais da rede municipal de Franca frente ao universo pedagógico, profissional e social em que estão inseridos e, finalmente, fornecer subsídios para a crítica reflexiva e possível transformação ou ressignificação no papel e na atuação deste profissional na educação básica do município, é que este trabalho será desenvolvido.

Partindo das análises e colocações acima, nossa pesquisa está organizada, basicamente, em cinco partes. Na terceira seção, traçaremos um panorama histórico da Orientação Educacional no Brasil, analisando, inclusive, marcos legais que versam sobre o trabalho dos orientadores educacionais nas escolas do país. Apresentamos, também, os estudos dos principais autores que formam o referencial teórico sobre essa área e suas diversas interpretações e classificações sobre a Orientação Educacional firmadas, principalmente, a partir da década de 1980. Entre os autores analisados nessa seção, encontram-se Sena (1993), Libâneo (1984), Grinspun (2001a, 2001b, 2003a, 2003b), Lück (2013, 2011), Placco (1994), Pimenta (1985), Melo (1994) entre outros.

Na quarta seção de nossa pesquisa, apresentaremos um panorama geral da organização das escolas públicas municipais de Franca/SP, em seus aspectos relacionados à estrutura física e aos recursos humanos como quantidade de escolas e número de alunos atendidos pela rede, assim como sobre os cargos que compõem o ambiente escolar. Também discorreremos sobre

² Em sua obra, Iavelberg (2011), não explica o porquê ocorreu essa queda, somente apresenta esses dados levantados por ela em sua pesquisa.

os índices da educação no município e sobre as metas, compromissos e missão da Secretaria Municipal de Educação (SME).

Na quinta seção deste estudo, discorreremos sobre a atuação do orientador educacional nas escolas municipais de Franca, iniciando pelo ingresso no cargo, pela capacitação desses profissionais que é oferecida pela SME e finalmente pela definição de suas funções, segundo as leis federais e municipais e o Regimento Interno das escolas públicas do município.

A sexta seção é reservada para a análise de todos os dados colhidos pela pesquisa. Para a composição do nosso estudo, nos utilizamos de aplicação de questionários e também de análise documental. Iniciamos com a análise dos questionários que foram aplicados aos diretores escolares para entender qual a visão deles em relação ao trabalho e ao papel do orientador educacional dentro da escola. Fizemos, ainda, uma análise dos planos de trabalho da formação continuada dos orientadores educacionais de 2007 a 2012 e também a análise de um questionário que foi construído e aplicado à atual responsável pela formação continuada da Orientação Educacional oferecida pela SME de Franca, com o objetivo de compreender as referências que orientadores educacionais estão obtendo nesses anos de capacitação. Por fim, apresentaremos a análise dos questionários aplicados aos orientadores educacionais participantes de nossa pesquisa com o objetivo de compreender a visão e a perspectiva destes profissionais sobre o trabalho e a realidade pedagógica que constroem. Essa análise permitirá estabelecer um diálogo entre teoria e prática, buscando perceber de que forma a atuação desses profissionais dialoga com as teorias referenciadas na pesquisa.

Por fim, compondo a última parte desta dissertação, apresentaremos, como produto de nossa pesquisa, uma proposta de plano de trabalho que poderá ser utilizado como instrumento para a formação continuada dos orientadores educacionais do município. Além de contribuir para a crítica reflexiva sobre o ofício do orientador educacional, dentro do contexto educacional brasileiro como um todo, pretendemos repensar a prática da Orientação Educacional na realidade das escolas públicas do município de Franca, e por extensão, outras escolas públicas do Brasil, apontando alternativas para a capacitação desse profissional como ponto de apoio para o desenvolvimento do seu trabalho.

Ao lado de diretores, coordenadores pedagógicos, pedagogos e pedagogos das Salas de Recursos Multifuncionais, o orientador educacional integra a equipe gestora das escolas de educação básica de Franca. Portanto, refletir sobre a sua prática é também repensar sobre a política de gestão educacional desenvolvida pela Secretaria Municipal de Educação (SME), podendo apontar, inclusive, quais pontos merecem mais atenção no suporte ao trabalho desses educadores.

3 A ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL

A Orientação Educacional alicerça-se em um contexto histórico, legal, teórico e prático no ambiente escolar. Este é o percurso adotado nesta seção. Entendemos que a história da orientação escolar apresentará o caminho das políticas públicas educacionais, os parâmetros legais, os embasamentos teóricos e as concepções que sustentam o tema de análise. Assim, a seção apresenta em princípio a trajetória histórica da Orientação Educacional no Brasil, assim como as influências e transformações que esta profissão sofreu ao longo do século XX, para depois apresentar as ideias dos autores de referência sobre o tema.

Ao longo de nossa pesquisa e vivência junto à Orientação Educacional, observamos que ao iniciar sua atuação dentro da escola, por vezes, os orientadores educacionais percebem que nem sempre é possível desempenhar suas funções de acordo com o que é determinado, ou seja, expectativa e realidade nem sempre coincidem, tornando o trabalho de cada orientador muito singular, dependendo da escola e da realidade em que este profissional se encontra. Isso pode levar a um efeito negativo como uma descaracterização do cargo ou até mesmo a uma perda da identidade profissional deste educador.

Seria bastante coerente iniciarmos esta seção apresentando uma definição teórica de Orientação Educacional, bem como suas diferentes atribuições e atuações no universo escolar. Porém, esta não é uma tarefa tão simples, visto que existem diversos entendimentos de diferentes autores sobre o tema. Antes de apresentar as ideias de alguns desses autores, faremos uma retomada da trajetória histórica da Orientação Educacional no Brasil, assim como as influências e transformações que esta profissão sofreu, ao longo do século XX.

3.1 O percurso histórico

A história da Orientação Educacional sempre esteve relacionada com a história do sistema educacional brasileiro. Dentro da história da Educação no Brasil, a Orientação Educacional ganha relevância a partir do século XX, influenciada pelo contexto político-educacional daquele período. Vários autores, teóricos da Orientação Educacional, nos apresentam em suas obras a trajetória histórica dessa profissão no Brasil, assim como as transformações a que ela foi submetida ao longo desse século, diante das mudanças que a legislação educacional lhe imprimia.

Refazendo a trajetória histórica da Orientação Educacional, em seu livro, Melo (1994) afirma que o surgimento dela no mundo ocorreu na primeira metade do século XX e que, portanto, é fruto também da crise do capitalismo que afetou o mundo naquele período. Nessa fase também se destaca a influência do positivismo, entendida como expressão do ideário burguês capitalista, que preconizava uma sociedade harmônica e equilibrada à qual os indivíduos deveriam se ajustar. Segundo a autora, nas relações próprias do modo capitalista, a desorientação pessoal é vista como um desvio, uma disfunção, uma deficiência do indivíduo, ainda que transitória, sendo vistos como elementos desajustados. Esse desajuste, se não for resolvido, pode interferir no equilíbrio de todo o sistema. A autora destaca que essa ideia de ajustamento do homem a uma situação considerada ideal sempre existiu e que isso foi a base das formas de orientação que existiram ao longo do tempo. Mas, foi na sociedade capitalista que a Orientação Educacional nasceu e se desenvolveu e que, portanto, carrega em si os valores desse sistema.

A Orientação Educacional, em sua forma histórica de profissão específica no capitalismo, na sua fase monopolista, surge também como expressão desse último movimento, sendo uma expressão viva do pensamento liberal. Mas faz-se necessário rever as formas históricas que a Orientação Educacional assumiu nos vários modos de produção que construíram as sociedades humanas, até chegarmos mais especificamente às suas formas históricas, no capital monopolista, no Brasil, como profissão legal inserida na escola pública. (MELO, 1994, p. 24-25).

A origem da Orientação Educacional no Brasil ocorre concomitantemente com o surgimento do movimento da Escola Nova³ na década de 1920, que nasceu em contraposição à Escola Tradicional dos séculos anteriores. Nesse período, temos também o início da industrialização, fato que influencia diretamente na formação educacional do país. Para Grinspun (2001b), a implantação da Orientação Educacional no Brasil teve grande influência da Orientação Educacional americana e francesa, com um caráter mais de aconselhamento. Por aqui, a primeira experiência da Orientação Educacional, segundo a autora, foi em 1924, com os trabalhos de Roberto Mange, que iniciou, no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo,

³ O **Movimento da Escola Nova** foi um movimento de educadores europeus e norte-americanos, surgido no final do século XIX que questionava a mentalidade, as práticas e metodologias da Educação Tradicional, considerada, por eles como sinônimo do atraso. Defensores da renovação educacional passaram a entender o educando como peça central do processo educativo. No Brasil, o Movimento da Escola Nova, conhecido também como escolanovismo, se desenvolveu a partir de meados da década de 1920 com várias reformas educacionais surgidas pelo país. A partir da publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932, o movimento ganha mais repercussão. Nele estão descritas as diretrizes políticas, sociais, filosóficas e educacionais do escolanovismo que relaciona a educação aos processos sociais, ou seja, entendem que a escola deve atender aos desafios da sociedade e isso deve ser feito de forma crítica e dialogada dentro da escola (MENEZES; SANTOS, 2001).

um trabalho de seleção e orientação profissional aos alunos do curso de Mecânica. Já para Olívia Porto (2009), a primeira incursão da Orientação Educacional no Brasil teve início com Lourenço Filho⁴, quando era diretor do Departamento de Educação do Estado de São Paulo em 1931, criando o “Serviço de Orientação Educacional”, cujo objetivo era orientar o aluno na escolha de seu lugar social e sua profissão.

Independente do momento que se considere como inicial, o fato é que a Orientação Educacional esteve delimitada, nesse período, ao aconselhamento e à orientação vocacional/profissional, influenciada pelo contexto de popularização do ensino público no país. Logo após esse período, em 1934, a escola pública estadual Amaro Cavalcanti, no Rio de Janeiro, tornou-se a primeira escola brasileira a implantar o serviço de Orientação Educacional em seu sistema escolar (LAPA; GONÇALVES; MAUPEAU, 1985). Entre os anos de 1920-1940, a tentativa de implantação da Orientação Educacional, no Brasil, não contou com nenhum tipo de legislação específica.

Na década de 1940, a partir da Reforma Capanema⁵ no governo de Getúlio Vargas, e com a implantação da Lei Orgânica do Ensino Secundário, foi instituído o Serviço de

⁴ **Lourenço Filho** (1897-1970) Foi um importante nome na História da Educação brasileira. “Atuou nas diversas instâncias do campo educacional, em especial nas que se dedicavam à produção e à propagação dos conhecimentos da ciência psicológica aplicada à educação e à formação de professores.” (SGANDERLA; CARVALHO, 2008). “Integrante do movimento escolanovista, escreveu um livro básico para se compreender o movimento (*Introdução ao Estudo da Escola Nova*, 1930) e foi um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros [da Educação Nova].” (INEP, 2017, grifo nosso); organizou e dirigiu o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (1938-1946); fundou a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1944); criador do Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP), dirigiu durante vários anos os Arquivos Brasileiros de Psicotécnica e participou, ativamente, das discussões para a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961 e para a regulamentação da profissão de psicólogo. Realizador das reformas educacionais dos Estados de Ceará (1922) e São Paulo (1930) foi também presidente da Associação Brasileira de Educação Nacional (1934) e diretor e organizador do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (1938) (SGANDERLA; CARVALHO, 2008).

⁵ “Reforma do sistema educacional brasileiro realizada durante a Era Vargas (1930-1945), sob o comando do ministro da educação e saúde Gustavo Capanema” em 1942. Foi caracterizada pela “articulação junto aos ideários nacionalistas de Getúlio Vargas e seu projeto político-ideológico, implantado sob a ditadura conhecida como ‘Estado Novo’”. De todas as áreas do plano educacional, a educação secundária seria aquela em que o ministério Capanema deixaria sua marca mais profunda e duradoura. Pela reforma proposta, o sistema educacional se assemelha à divisão econômico-social do trabalho. Assim, a educação deveria servir ao desenvolvimento de habilidades e mentalidades de acordo com os diversos papéis atribuídos às diversas classes ou categorias sociais. Foram criadas as divisões da educação superior, a educação secundária, a educação primária, a educação profissional e a educação feminina; uma educação destinada à elite da elite, outra educação para a elite urbana, uma outra para os jovens que comporiam o grande “exército de trabalhadores necessários à utilização da riqueza potencial da nação” e outra ainda para as mulheres. A educação deveria estar, antes de tudo, a serviço da nação, “realidade moral, política e econômica” a ser constituída. No contexto do ideário do governo Vargas, Capanema é mais explícito ao sugerir instrumentos para a ampliação da influência do governo na educação. “Dessa forma, a preocupação com a moral, o civismo e responsabilidades trazem para a esfera educacional os objetivos propostos pelo Estado Novo: a valorização da autoimagem do brasileiro e a criação de uma identidade nacional.” Nesse período, o Ministério da Educação também aprovou a criação de uma série de órgãos, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Instituto Nacional de Serviços Pedagógicos (INEP) e o Serviço Nacional de Radiodifusão Educativa (MENEZES; SANTOS, 2001).

Orientação Educacional nas escolas secundárias, tornando-se o Brasil o primeiro país no mundo a institucionalizar, através de documento legal, a atividade da Orientação Educacional no sistema de ensino (GRINSPUN, 2001b). Porém, como afirma Grinspun (2001b, p. 20-21)

A regulamentação da Orientação Educacional a partir de 1942 está significativamente ligada a sua origem na área da Orientação Profissional. O orientador poderia ser considerado como “ajustador”, isto é, caberia a ele ajustar o aluno à escola, à família e à sociedade, a partir de parâmetros eleitos por essas instituições como sendo os de desempenhos satisfatórios.

Percebemos que, nesse período, a Orientação Educacional (OE) se identificava como Orientação Profissional e atendia aos anseios de uma época que pretendia formar mão-de-obra qualificada para o processo de industrialização que se acelerava. Fundada em uma lógica terapêutica e “psicologizante”, no sentido de identificar aptidões e dons naturais dos indivíduos, a OE que se praticava fazia crer que todos teriam as mesmas condições de oportunidade diante das escolhas efetuadas.

Apoiada num referencial basicamente psicológico, reforçaria a ideologia das aptidões naturais: a cada um o seu lugar, de acordo com suas capacidades, seu esforço e sua responsabilidade. A escola, espaço neutro na sociedade, ofereceria oportunidades iguais para todos. O papel do Orientador Educacional, “profissional da neutralidade”, seria o desvelamento das aptidões que o indivíduo possui naturalmente, independente de sua condição de classe. (MAIA; GARCIA, 1995, p. 13-14).

Na década de 1960, a OE voltou a ganhar destaque na legislação educacional brasileira. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB n. 4.024 de 1961) regulamentou sobre a formação dos orientadores educacionais do ensino primário e secundário, porém, com uma ênfase na orientação para o ensino médio (BRASIL, 1961). Segundo Lapa, Gonçalves e Maupeau (1985), a maior contribuição da LDB de 1961 para a Orientação Educacional foi o fato de ter assegurado a presença dos orientadores na escola e ter regulamentado sua formação, que ocorreria em curso especial nas faculdades de Filosofia, voltado para os licenciados em Pedagogia, Filosofia, Psicologia ou Ciências Sociais e para os diplomados em Educação Física e os inspetores federais de ensino, tendo todos três anos de experiência no magistério.

Em relação ao significado da Orientação Educacional, a LDB (de 1961), embora se mostrando pouco explícita, destaca duas áreas de atuação, a dos estudos e a vocacional, enfatizando em ambas uma função nitidamente preventiva e psicológica. A Orientação para os estudos situa-se como instrumento para adaptar os métodos de ensino e as atividades escolares às peculiaridades dos grupos (art. 20 a.) e para iniciar os alunos em técnicas e

artes aplicadas adequadas ao sexo e à idade (art. 25). Por sua vez a Orientação Vocacional sugerida limita-se à identificação das aptidões e ao uso de testes psicológicos como meio de identificá-las. (LAPA; GONÇALVES; MAUPEAU, 1985, p. 33).

Nesse período, observou-se um aumento expressivo no número de orientadores educacionais no país, atuando tanto no setor público, quanto no privado; houve o surgimento, em vários Estados da federação, de Associações de Orientadores Educacionais; a criação da Federação Nacional dos Orientadores Educacionais (FENOE) e o desenvolvimento de uma literatura específica sobre esse tema (GRINSPUN, 2001b). Em 1968, a Lei Federal 5.564 (BRASIL, 1968), criada unicamente para regulamentar sobre o exercício da profissão do orientador educacional, trouxe, em seu artigo primeiro, qual deveria ser o seu primordial objetivo:

Art. 1º A orientação educacional se destina a assistir ao educando, individualmente ou em grupo, no âmbito das escolas e sistemas escolares de nível médio e primário visando ao desenvolvimento integral e harmonioso de sua personalidade, ordenando e integrando os elementos que exercem influência em sua formação e preparando-o para o exercício das opções básicas. (BRASIL, 1968).

Percebemos, aqui, uma preocupação com a formação integral do educando, buscando ordenar e integrar os diversos elementos que possam influenciar sobre sua formação. Em outras palavras, busca-se normatizar o aluno, como se o orientador educacional fosse responsável por moldar sua personalidade e escolhas, prevalecendo ainda o tom de ajustamento.

Os orientadores educacionais da década de 1960 pretendiam atuar nas áreas de orientação escolar, psicológica, familiar, profissional, recreativa, saúde, “contribuindo para a formação integral do aluno”, segundo seu discurso, mas, na verdade, contribuindo para “formar” o homem que interessava formar. (MAIA; GARCIA, 1995, p. 18).

No ano seguinte, em 1969, houve a divulgação do Parecer n. 252 do Conselho Federal da Educação (CFE) que estabeleceu a Orientação Educacional como uma habilitação específica do curso de Pedagogia, não exigindo mais os três anos de experiência no magistério. Preocupada com uma possível queda da qualidade profissional, a FENOE solicitou junto ao CFE modificação do Parecer, porém, não foi atendida (LAPA; GONÇALVES; MAUPEAU, 1985). De acordo com Maia e Garcia (1995, p. 16), em 1969, havia apenas 1.231 orientadores educacionais formados em todo o país.

[Na década de 1960], [...] os cursos [de orientadores educacionais] foram carregados de conteúdos psicológicos. Era preciso psicologizar a forma do orientador ver a educação. Era preciso que o orientador internalizasse a ideologia das aptidões, desvinculando-a do problema de classe social, era preciso que o orientador internalizasse a ideologia liberal, que enfatiza a individualidade, destacando o indivíduo de seu grupo social e fazendo-o acreditar na possibilidade de ascender socialmente por caminhos individuais. (MAIA; GARCIA, 1995, p. 16-17).

Na década de 1970, duas determinações legais foram de extrema importância para a profissão dos orientadores educacionais: a Lei de Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º grau 5.692/71 (conhecida também como a Lei de Reforma do Ensino de 1º e 2º graus) e o Decreto-lei 72.846/73, do governo federal, que regulamentou o exercício da profissão do orientador (BRASIL, 1971, 1973).

Sem nenhuma dúvida, podemos afirmar que a Lei de 1971 foi um marco para a Orientação Educacional no país, na medida em que instituiu a obrigatoriedade da existência dos orientadores educacionais em todos os estabelecimentos de ensino de primeiro e segundo graus. Enquanto as leis anteriores apenas reconheciam a existência desse profissional nas escolas do país, a obrigatoriedade criada pela lei de 1971 aumentou significativamente o mercado de trabalho para os profissionais formados nesse período. No entanto, no que diz respeito às funções e atribuições desse profissional, a referida lei não evoluiu muito, continuando a dar ênfase ao aconselhamento vocacional e à sondagem de aptidões. Segundo Lapa, Gonçalves e Maupeau (1985), esse destaque dado à orientação profissional se explica pela necessidade de mão de obra para o mercado de trabalho que se ampliou na década de 1970 devido à racionalização do processo de desenvolvimento capitalista que ocorria no país.

Embora os objetivos proclamados se mantenham os mesmos, percebe-se uma clara substituição da ideologia liberal subjacente à Lei 4.024/61 (LDB) para uma influência tecnicista na Lei 5.540/68 e na 5.692/71 que, aliás, acompanha a ascensão dos tecnocratas ao poder. (MAIA; GARCIA, 1995, p. 23).

Em relação à delimitação e regulamentação das funções e atribuições do orientador educacional, o Decreto Federal de 1973 foi mais significativo. Nele se distinguiram as atribuições privativas, de responsabilidade exclusiva do orientador, das atribuições participativas, onde apenas se recomenda sua participação, nos momentos da vida escolar.

Art. 8º. São atribuições privativas do Orientador Educacional:

- a) Planejar e coordenar a implantação e funcionamento do Serviço de Orientação Educacional em nível de:
 - 1- Escola;

2 - Comunidade.

- b) Planejar e coordenar a implantação e funcionamento do Serviço de Orientação Educacional dos órgãos do Serviço Público Federal, Municipal e Autárquico; das Sociedades de Economia Mista Empresas Estatais, Paraestatais e Privadas.
- c) Coordenar a orientação vocacional do educando, incorporando-o ao processo educativo global.
- d) Coordenar o processo de sondagem de interesses, aptidões e habilidades do educando.
- e) Coordenar o processo de informação educacional e profissional com vista à orientação vocacional.
- f) Sistematizar o processo de intercâmbio das informações necessárias ao conhecimento global do educando.
- g) Sistematizar o processo de acompanhamento dos alunos, encaminhando a outros especialistas aqueles que exigirem assistência especial.
- h) Coordenar o acompanhamento pós-escolar.
- i) Ministras disciplinas de Teoria e Prática da Orientação Educacional, satisfeitas as exigências da legislação específicas do ensino.
- j) Supervisionar estágios na área da Orientação Educacional.
- l) Emitir pareceres sobre matéria concernente à Orientação Educacional. (BRASIL, 1973).

Já para as atribuições participativas, o Decreto determina que:

Art. 9º. Compete, ainda, ao Orientador Educacional as seguintes atribuições:

- a) Participar no processo de identificação das características básicas da comunidade;
- b) Participar no processo de caracterização da clientela escolar;
- c) Participar no processo de elaboração do currículo pleno da escola;
- d) Participar na composição caracterização e acompanhamento de turmas e grupos;
- e) Participar do processo de avaliação e recuperação dos alunos;
- f) Participar do processo de encaminhamento dos alunos estagiários;
- g) Participar no processo de integração escola-família-comunidade;
- h) Realizar estudos e pesquisas na área da Orientação Educacional. (BRASIL, 1973).

Apesar de estabelecer as atribuições do orientador educacional, o Decreto não deu novo sentido à sua atuação, permanecendo com caráter individualizado, dirigida a alunos que necessitassem de aconselhamento psicológico, no sentido de ajustamento, sem se preocupar com a autonomia do sujeito. Ou seja, uma orientação voltada para os “alunos-problema”.

A orientação educacional reforça, assim, a ideologia da mobilidade social individual via escola, pela sua ação na formação – qualificação para o trabalho. Assegurando a igualdade de oportunidades, a escola dissimula os mecanismos de discriminação da própria educação. Se a escola garante as mesmas oportunidades para todos, a responsabilidade pelo fracasso ou sucesso escolar e social é do próprio indivíduo, aluno ou profissional. (MAIA; GARCIA, 1995, p. 38).

“Mas, entre a legislação que vinha de cima e as teorias que vinham de fora, começa a surgir, no final da década de 1970, a crítica dos próprios orientadores educacionais, que, insatisfeitos com o papel que lhes fora destinado, buscaram um novo papel.” (MAIA; GARCIA, 1995, p. 24). Portanto, foi no final da década de 1970 e início dos anos de 1980 que a atividade do orientador educacional começou a ser repensada, passando para o entendimento de que sua ação deveria estar integrada ao trabalho docente. Pela primeira vez, começa-se a questionar o sentido da Orientação Educacional na escola. Com o fim da Ditadura Militar (1964-1985) e o início de um contexto mais democrático, os orientadores educacionais começam a tomar consciência de seu papel diante de um modelo de escola que também passa a ser questionada pelos seus propósitos e objetivos.

O orientador, que já havia sido concebido como um agente de mudança, um *terapeuta* que deveria rogerianamente atender os alunos-problema, um “*psicólogo*” que só deveria trabalhar as relações interpessoais dentro da escola, um *facilitador da aprendizagem*, vai, pouco a pouco, deixando essas funções/denominações para assumir, com mais competência técnica, seu compromisso político *na e com* ela. (GRINSPUN, 2001b, p. 24-25, grifo do autor).

Para Grinspun (2001b), a tomada de consciência crítica e política por parte dos orientadores educacionais foi superando a ideia do ajustamento social e dando lugar ao questionamento da realidade e da sociedade em que o aluno vive e atua. A produção acadêmica na área da Orientação Educacional também passou a se tornar mais crítica e questionadora. Para a autora, o papel do orientador foi assumindo um contorno mais político e comprometido com as causas sociais da classe trabalhadora. Porém, “[...] o que se nota, na realidade, é que houve uma mudança no discurso, mas na prática não se conseguiu acompanhar tal ‘transformação’.” (GRINSPUN, 2001b, p. 25).

No início da década de 1990, houve a extinção da Federação Nacional dos Orientadores Educacionais (FENOE), que havia sido fundada em 1966, sendo os orientadores absorvidos pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE). Grinspun (2001b) considera que, na prática, este fato representou uma fragilização da classe dos orientadores educacionais. Atualmente, poucos Estados brasileiros ainda possuem associações estaduais de orientadores educacionais, como Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Outro fato que pode ter contribuído para a fragilização da profissão foi a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96), que, apesar de reconhecer a existência desse profissional nas escolas brasileiras, retirou a obrigatoriedade da presença

desse cargo nas instituições públicas (BRASIL, 1996). O artigo 64 da lei mencionada é o único que se refere à Orientação Educacional e o faz de maneira bem superficial, tratando apenas da questão da formação do profissional.

Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional. (BRASIL, 1996).

Percebemos que, com a promulgação da LDB de 1996, apesar de não ser mais obrigatório, o cargo do orientador educacional está previsto dentro da escola como um especialista da educação, firmando sua prática dentro da escola e dando ao seu trabalho uma dimensão mais pedagógica. Grinspun (2001b) afirma que o espaço conquistado pelo orientador educacional dentro da escola, atualmente, se deu pela efetivação de sua consciência profissional, passando a encarar criticamente as relações que se estabelecem no processo educacional e não mais por imposição legal.

No entanto, acreditamos que esse gradual desaparecimento da Orientação Educacional na legislação educacional brasileira tenha contribuído para a perda de espaço que os OrEs passaram a enfrentar nos sistemas de ensino. Isso também pode ser verificado através do desaparecimento das Associações Estaduais de Orientadores Educacionais, da extinção da FENOE, e pelo fato de muitos Estados e municípios terem deixado de contratar educadores para esse cargo em suas redes de ensino. Além disso, observamos também que são raros os encontros e congressos nacionais que debatem sobre a Orientação Educacional. Sendo assim, concordamos com Pascoal, Honorato e Albuquerque (2008, p. 104), ao afirmarem que:

Uma leitura crítica da legislação e dos contextos sociais em que foram promulgadas pode nos levar a entender que a orientação educacional no Brasil tem cumprido os papéis que dela eram esperados; muitas vezes a favor do sistema excludente e poucas vezes carregadas de ousadia no sentido de emancipação das camadas populares. Isso se deve, principalmente, ao fato de estar atrelada às políticas educacionais vigentes nos diferentes momentos históricos.

Todavia, ainda assim concordamos com Grinspun (2001b), ao afirmar que a Orientação Educacional nunca deixará de existir. Pois, onde houver Educação, ali haverá Orientação Educacional, visto que a ação da orientação está intrínseca ao processo educativo.

Para saber lidar com as questões hodiernas da sociedade, o orientador educacional necessita estar em constante transformação e reconstrução profissional, pautado em uma

reflexão permanente. Atualmente, a Orientação Educacional no Brasil, em qualquer lugar que ela seja desenvolvida, enfrenta alguns desafios. Fato bastante compreensível, visto que a própria sociedade em que estamos inseridos também passa por constantes mudanças e desafios. Os autores Bugone, Dalabetha e Bagnara (2016), em seu artigo intitulado “O Orientador Educacional e seus desafios no contexto escolar”, apontam algumas dessas questões que valem ser levantadas como elementos que fazem parte da rotina de trabalho do orientador educacional, necessitando de planejamento e atenção. Dentre eles, os autores destacam a dificuldade de inserção da família no debate educacional, o fato de as escolas terem muitos alunos e apenas um profissional para atender a todos eles, a dificuldade em lidar com os problemas de comportamento e indisciplina desses alunos por parte da própria escola, o desafio de promover o diálogo entre todos os atores sociais que se encontram dentro desse mesmo espaço, os fatores que levam ao fracasso escolar e a luta para a sua superação, etc.

Problemas, como indisciplina, violência, rivalidade, competição, descompromisso, individualismo, autoritarismo, estão presentes no cotidiano das escolas brasileiras, sejam elas públicas ou privadas. Tais questões são tratadas empiricamente ou, se tanto, são “psicologizadas” sob diferentes matizes teóricos. Raramente são alvo de uma análise crítica ou de propostas de ação refletidas na perspectiva de uma realidade histórico-social. (PORTO, 2009, p. 72).

Mesmo a escola não tendo a resposta ou a solução para os maiores problemas em discussão na sociedade atual, ainda assim, ela deve se constituir em um espaço importante de discussão que poderá contribuir muito para a formação crítica e cidadã dos alunos, e nessa função o orientador educacional deve ter uma grande participação, pois é reconhecidamente entendido como o promotor do diálogo.

Há ainda algo que parece fundamental para o trabalho do orientador educacional hoje. Além do comprometimento com os problemas de ensino e aprendizagem, é preciso lutar para que a escola não perca a dimensão humana. Em uma sociedade em crise como a nossa, onde os valores humanos e os chamados “antivalores” se confundem, tal a permissividade reinante, precisamos, cada vez mais, criar oportunidades de os professores, os alunos e os pais discutirem sobre questões presentes no dia-a-dia do homem, para as quais ele não tenha clareza sobre sua verdadeira dimensão e as consequências de caminhar nessa ou naquela direção. (PORTO, 2009, p. 71).

Diante desses e de outros desafios a que os orientadores educacionais estão expostos, é necessário ter clareza na compreensão das funções do orientador educacional, tanto por ele próprio, quanto pelos outros profissionais da escola. Nesse sentido, o nosso estudo também

busca refletir sobre os desafios que os orientadores educacionais da rede pública municipal de Franca/SP enfrentam em seus cotidianos, procurando apontar caminhos que possam contribuir para a melhoria no desenvolvimento do seu trabalho. Porém, antes disso, necessitamos compreender os diversos entendimentos e definições teóricas existentes sobre essa temática.

3.2 Algumas definições e abordagens teóricas da Orientação Educacional

O orientador educacional é um profissional especialista da educação, proveniente das habilitações do curso de Pedagogia, sendo a graduação neste curso um dos requisitos básicos para o exercício da profissão. Ele pertence à equipe técnico-pedagógica da escola, junto com o coordenador pedagógico e o diretor.

Atualmente, por não mais haver obrigação legal, nem todas as escolas do país têm, em seu quadro de profissionais, o OrE. De acordo com o artigo de Pascoal, Honorato e Albuquerque (2008, p.115), apenas 13 Estados do Brasil contam com a presença deste em suas redes públicas de ensino, demonstrando uma relativa extinção da profissão nas redes estaduais.

No entanto, nas escolas onde ele ainda existe, o OrE vem desempenhando as mais variadas atividades, ou de caráter pedagógico ou de caráter técnico-administrativo, como por exemplo, atendimento de pais e alunos, elaboração de relatórios, mediação de conflitos, acompanhamento de faltas e frequência, elaboração de bilhetes, sanções disciplinares, observações das turmas, participação no planejamento e nos conselhos escolares, relações diretas com as famílias e a comunidade escolar, etc. Segundo as autoras Pascoal, Honorato e Albuquerque (2008, p. 101), podemos concluir que esta grande gama de funções acaba descaracterizando o real sentido e dimensão do trabalho deste profissional.

Apesar de não existir em boa parte das escolas brasileiras, o cargo não é algo desnecessário ou alegórico dentro do contexto escolar. Segundo Giacaglia e Penteado (2003), na ausência deste profissional, geralmente, é o coordenador pedagógico que acaba absorvendo suas funções, gerando, assim, uma confusão equivocada entre as características específicas do trabalho que cada um deve desenvolver.

O orientador educacional diferencia-se do coordenador pedagógico, do professor e do diretor. O diretor ou gestor administra a escola como um todo; o professor cuida da especificidade de sua área de conhecimento; o coordenador fornece condições para que o docente realize a sua função de maneira mais satisfatória possível; e o orientador educacional cuida da formação de seu aluno, para a escola e para a vida. (PASCOAL; HONORATO; ALBUQUERQUE, 2008, p. 109).

Apesar de existirem essas divisões apontadas pelos autores, na prática do cotidiano escolar elas se fundem e o propósito de todo educador acaba sendo a formação integral do aluno.

Outro problema descrito por alguns autores é o que vem sendo exposto por Ayub (2005). Segundo a autora, a Orientação Educacional convive com uma insuficiência e até um certo ecletismo de referenciais teóricos, onde diversas concepções pedagógicas coexistem num verdadeiro mosaico de tendências e teorias, dificultando o reconhecimento de sua importância como parte integrante do processo de ensino e aprendizagem e caracterizando uma certa indefinição teórica da profissão.

Infelizmente, essa parece ser uma situação que persiste ao longo do tempo. Em 1984, Selma Garrido Pimenta (1995, p. 7), na apresentação do livro de Eny Marisa Maia e Regina Leite Garcia (1995), já apontava:

A preocupação dos Orientadores Educacionais com a definição de suas funções tem sido tema constante de encontros, congressos, teses, pesquisas. A indefinição permanece e, com ela, a insatisfação profissional. Chega-se a imaginar que esta é consequência daquela. Assim, no momento em que se conseguir definir, especificar e delimitar claramente as funções do Orientador Educacional no interior da escola, as causas que têm provocado a insatisfação profissional desaparecerão. Como causas dessa insatisfação têm sido apontadas: “desconhecimento por parte da equipe da escola de quais são as funções do O.E.”, “não participação do O.E. nas decisões da escola”, não-valorização do trabalho do O.E., “O O.E. é solicitado constantemente para resolver problemas que não dizem respeito às suas funções” e assim por diante.”

Sendo assim, para compreender o trabalho do orientador educacional na escola, recorreremos, neste ponto, a algumas diferentes concepções de autores que estudaram sobre a Orientação Educacional e contribuíram para a construção do referencial teórico acerca deste assunto. Existem várias definições sobre a Orientação Educacional e qual deve ser o papel do orientador dentro da escola. A partir da década de 1970, vários educadores dedicaram anos de suas vidas atuando como orientadores educacionais e também teorizando sobre esta profissão. Neste trabalho optamos por um recorte temporal desse referencial teórico, utilizando os estudos e pesquisas mais recentes (entre os anos de 1980 a 2016).

Vera Maria Placco (1994) defende que atuação do orientador educacional deve estar direcionada, primordialmente, para um assessoramento pedagógico do corpo docente, ajudando os professores a compreenderem que o processo educacional se pauta através da

sincronicidade de três dimensões: a política, a humanístico-interacional e a técnica. Nesta mesma obra, a autora define a Orientação Educacional como:

[...] um processo social desencadeado dentro da escola, mobilizando todos os educadores que nela atuam – especialmente os professores – para que, na formação desse homem coletivo, auxiliem cada aluno a se construir, a identificar o processo de escolha por que passam, os fatores sócio-econômicos-político-ideológico e éticos que o permeiam e os mecanismos por meio dos quais ele possa superar a alienação proveniente de nossa organização social, tornando-se, assim, um elemento consciente e atuante dentro da organização social, contribuindo para sua transformação. (PLACCO, 1994, p. 30).

Outro entendimento que vai no mesmo sentido é o de Heloísa Lück (2013). Segundo a autora, o processo educativo terá êxito se a relação entre professor e aluno for de qualidade. A equipe de especialistas da escola (direção, supervisão e orientação) deve assistir o professor para ajudá-lo no desenvolvimento saudável desta relação e na potencialização de suas habilidades para o melhor desenvolvimento do aluno. Segundo ela, o êxito da educação está nas relações interpessoais do contexto escolar e esta é a maior contribuição que a ação da Orientação Educacional pode oferecer: colaborar no desenvolvimento destas relações.

[...] preconiza-se que o orientador educacional assuma funções de assistência ao professor, aos pais, às pessoas da escola com as quais os educando mantêm contatos significativos, no sentido de que estes se tornem mais preparados para entender e atender às necessidades dos educandos, tanto com relação aos aspectos cognitivos e psicomotores como os afetivos. (LÜCK, 2013, p. 28).

A autora afirma que é importante que haja uma concentração de esforços na coordenação e assistência ao professor, para que ele se sinta mais motivado, ajudando-o no desenvolvimento dos seus conhecimentos, habilidades e atitudes, a fim de que sua atuação junto aos alunos se torne mais eficaz.

Análises feitas reforçam a idéia de que é a qualidade do relacionamento professor-aluno que tornam o processo educativo e a escola significativos para o educando, e não outros aspectos, como por exemplo, métodos e técnicas interessantes, atividades extraclasse variadas, etc. (FOSTER *apud* LÜCK, 2013, p. 20).

Portanto, a atuação da Orientação Educacional deve estar voltada para a compreensão do aluno como um ser único e múltiplo; que influencia e é influenciado e que o processo de ensino e aprendizagem carrega em si mais do que a aplicação dos conhecimentos disciplinares.

Uma ação educativa relevante e um círculo positivo unem em uma associação harmoniosa os conhecimentos, habilidades e sentimentos. Consideram equilibradamente tanto as necessidades individuais como as de grupo, as pessoais e as institucionais. A educação sob esse ângulo traduz o ponto de vista da orientação educacional. (LÜCK, 2013, p. 19).

Para Maia e Garcia (1995, p. 57, 60):

O Orientador Educacional competente é aquele que define o seu papel político-pedagógico na escola, a partir da compreensão crítica da relação da escola com a sociedade.

[...]

Se ele é o profissional que se apresenta como especialista em relações, caberia a ele resgatar a importância da relação professor-aluno no processo ensino-aprendizagem. O Orientador Educacional competente não será mais o facilitador de relações, pelas relações, mas, tendo claro o objetivo fundamental da escola, recupera a importância das relações na transmissão-criação-transformação do saber. É ele, com a sua competência técnica, que deve conhecer e trabalhar os fenômenos do grupo, as tensões, os conflitos, os papéis, os modelos de interação que interferem na relação professor-alunos, em que o professor mediatize a relação aluno-conhecimento.

De acordo com Pascoal, Honorato e Albuquerque (2008, p. 103), o papel do orientador educacional deve “[...] ser o de mediador entre o aluno, as situações de caráter didático-pedagógico e as situações socioculturais”, trazendo para dentro da escola as questões que possam interferir negativa ou positivamente na aprendizagem dos educandos.

Para colaborar com o aluno e com as suas necessidades, a escola precisa contar com o trabalho do orientador educacional. Esse é o profissional que trabalha diretamente com o aluno e se preocupa com a sua formação pessoal. A ele cabe desenvolver propostas que elevem o nível cultural do aluno e tudo fazer para que o ambiente escolar seja o melhor possível. (PASCOAL; HONORATO; ALBUQUERQUE, 2008, p. 103).

No artigo referido, as autoras, Pascoal, Honorato e Albuquerque (2008, p. 103), afirmam que o orientador educacional pode desenvolver o seu trabalho dentro da escola em cinco áreas: com o aluno, com a escola, com a família, com a comunidade escolar e com a sociedade.

Em relação aos alunos, as autoras afirmam que o OrE deve atuar como um mediador entre o educando e o meio social em que ele vive, debatendo e problematizando as questões do cotidiano e contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência crítica. Para isso, ele precisa compreender também o desenvolvimento cognitivo, a afetividade, as emoções, sentimentos, valores e atitudes destes alunos.

Em relação ao desenvolvimento do trabalho com a escola, o OrE deve efetivar sua participação nos momentos coletivos dela. “Como membro do corpo gestor da escola, cabe ao orientador educacional participar da construção coletiva de caminhos para a criação de condições facilitadoras e desejáveis ao bom desenvolvimento do trabalho pedagógico.” (PASCOAL; HONORATO; ALBUQUERQUE, 2008, p. 110). Portanto deve participar dos Conselhos de Classe e Escolar, de Assembleias, reuniões de pais e professores e avaliação ou revisão do Projeto Político-Pedagógico da Escola.

No que tange ao seu trabalho com a família, o OrE tem a função de aproximá-la da escola, planejando momentos em que a família possa participar mais ativamente da vida escolar de seus filhos, contribuindo para o estabelecimento de uma parceria positiva que influenciará diretamente na aprendizagem do aluno.

Buscar compreender os hábitos, costumes, interesses e necessidades da comunidade em que a escola está inserida também faz parte do trabalho do OrE, pois esta relação também influi diretamente na organização escolar.

Como polo cultural, cabe à escola e, especificamente ao orientador educacional elevar o nível cultural dos membros da comunidade, propiciar debates sobre temas de interesse, bem como de alunos, pais, professores, envolvendo questões presentes no dia-a-dia. É fundamental que se estabeleça um clima de constante diálogo entre ambas, uma vez que a escola deve estar aberta à comunidade à qual pertence. (PASCOAL; HONORATO; ALBUQUERQUE, 2008, p. 110).

Da mesma forma que reflete sobre as questões cotidianas da comunidade escolar, o OrE deve ainda trazer para a escola momentos de reflexão sobre questões sociais marcantes que são diariamente divulgadas pelas mídias. “Discutir a corrupção, os atos de terrorismo, a violência urbana e outras situações presentes na sociedade brasileira e na mundial serão de grande utilidade para os demais componentes curriculares.” (PASCOAL; HONORATO; ALBUQUERQUE, 2008, p. 112).

Dessa forma, essas cinco áreas de atuação do orientador educacional, sendo muito densas e complexas, dispendem boa parte de seu tempo de trabalho e de seu preparo, mas contribuem de forma significativa para o desenvolvimento de uma escola mais democrática e contextualizada com a realidade que a cerca.

Denize Garcia (2005, p. 31-32) também oferece sua definição sobre a Orientação Educacional:

A Orientação Educacional é entendida como um processo permanente, organizado e com bases científicas, destinado a melhorar o rendimento

peçoal, resolver ou minimizar dificuldades propiciando, aos indivíduos envolvidos neste trabalho, condições para formular e realizar planos de ação conforme seus interesses, capacidades e necessidades. A orientação é um processo que visa ajudar aos professores, aos alunos, aos pais e aos funcionários a descobrirem e usarem suas aptidões para que possam viver e trabalhar de forma mais satisfatória para eles e para a sociedade.

Para conseguir desempenhar bem o seu trabalho, oferecendo aos indivíduos os instrumentos necessários para fazerem escolhas conscientes e responsáveis, o OrE precisa, além de conhecer o contexto em que está inserido, ser capaz de “[...] ampliar a autoconfiança, o autocontrole e o auto-conhecimento” (GARCIA, D. S. M., 2005, p. 32) dos atores sociais que estão envolvidos no espaço escolar.

A proposta essencial desse trabalho é interagir a escola, a família e a comunidade, possibilitando uma maior qualificação para a vida, para o trabalho e para o exercício da cidadania. Para que tais objetivos sejam atingidos em parte ou, totalmente, é necessário que o orientador tenha habilidade para lidar com pessoas; tenha preparo e formação contínua; seja bom comunicador, bom observador, bom ouvinte, realizando sua tarefa com responsabilidade, compreensão e muita discrição. (GARCIA, D. S. M., 2005, p. 32).

Ainda segundo a autora, o orientador educacional precisa ter claramente definidas as suas funções e áreas de atuação, tendo como princípio fundamental do seu trabalho a ação democrática e integradora, resultante de um processo e não de ações isoladas. Segundo ela, a Orientação Educacional “[...] deve focar os indivíduos em sua realidade biológica, psicológica e social, não criando independência e estimulando para a cooperação e autonomia. Portanto deve ser vista como uma proposta mais preventiva do que curativa.” (GARCIA, D. S. M., 2005, p. 33).

No livro de Melo (1994), “Orientação Educacional: do consenso ao conflito”, a autora faz uma clara referência de que é preciso partir daquilo que está posto como consenso (em relação às teorias da Orientação Educacional) e questioná-las, buscando desconstruir alguns aspectos para a reconstrução de um referencial teórico mais compatível com as tendências desafiadoras da realidade educacional que se apresenta. Seu livro é de 1994, e naquela época, a autora afirmava o quanto era perceptível que a atuação dos orientadores educacionais, nas várias escolas e redes de ensino pelo país, indicava um avanço da consciência crítica destes em relação à realidade em que estavam inseridos e que praticavam um trabalho mais questionador, levando para o planejamento escolar a realidade do aluno e da sociedade da qual fazia parte.

A realidade vem demonstrando também que a atuação de muitos Orientadores nas escolas tem indicado um certo avanço em sua consciência crítica em relação à realidade que os cerca, resultando disso uma prática mais questionadora, que busca trazer para o planejamento curricular a realidade do aluno e da sociedade onde ele vive. (MELO, 1994, p. 13).

Porém, ela afirma que, apesar desse avanço, ainda era necessário aprofundar os estudos qualitativos sobre Orientação Educacional, que, à época, a autora considerava insuficientes.

Melo faz também uma crítica muito pertinente em relação ao entendimento da definição básica de orientação dentro dessa ótica capitalista. Se orientar é indicar o caminho, indicar o rumo, guiar alguém para um destino que se considere correto, significa que a orientação é para alguém que está desorientado. E se existe quem precisa de orientação, existem outros que não estão desorientados e que, portanto, não precisam dela (MELO, 1994, p. 28). Como vimos na subseção acima, essa tendência de entendimento de que a Orientação Educacional servia primordialmente aos desajustados só começa a ser superada em meados da década de 1980. Até então, segundo a autora, a Orientação Educacional estava servindo para justificar as desigualdades sociais próprias do capitalismo.

Sônia Melo (1994, p. 88) também demonstra ser contra a tendência que defende a exclusão dos especialistas educacionais (dentre eles o OrE) do contexto escolar

Entendemos que a Orientação Educacional em sua forma histórica atual é fruto das relações social de produção vigente [...]. E que não será o simples compromisso individual e a opção política do orientador que resolverá a questão, nem também a preconizada exclusão dos especialistas (dentre eles os orientadores) dos quadros de pessoal da escola pública brasileira.

Diferentemente do que apontaram alguns teóricos, Melo acredita que, em todas as épocas, houve uma postura política determinando a prática pedagógica dos orientadores educacionais e não somente em fases mais recentes como afirmam alguns autores.

Joanir Azevedo e Regina Leite Garcia (1984 *apud* MELO, 1994) afirmam que a Orientação Educacional se apresentou no Brasil como um serviço prestado pela escola, de caráter psicológico, onde o OrE teria a incumbência de ajustar o aluno para um futuro papel na sociedade. Dessa forma, os autores criaram então cinco enfoques em que a Orientação Educacional pode ser classificada ao longo de sua existência no Brasil, são eles: racionalismo acadêmico, enfoque cognitivo, autorrealização, tecnologia de ensino e reconstrução social.

O racionalismo acadêmico segue o modelo de educação tradicional, onde o aluno é visto como receptor do conhecimento que o professor transmite, as disciplinas estão

desconexas e desarticuladas, e a educação nada mais é do que a simples transmissão de conhecimento. Neste enfoque o aluno deve ser sempre disciplinado e estudioso, aceitando sempre o poder de quem sabe. Todo e qualquer aluno que fuja a esse padrão é visto como um aluno que deve ser encaminhado ao orientador educacional, que teria como função ajustar esse aluno às exigências da escola e da sociedade. O orientador era visto como um prestador de serviço que ajuda na adaptação desse aluno à escola, aos valores, ao saber e ao mundo do trabalho. Dessa forma, o esforço pessoal era visto como a fonte para o sucesso do aluno, e as diferenças individuais explicam as diferentes posições sociais que esse aluno ocupa na escola e na sociedade.

São destaques da atuação desse profissional nesse enfoque: a atuação eminentemente corretiva, com embasamento predominantemente psicológico; sua crença num homem que nasce com potencialidade para o bem e para o mal, e que o meio o leva pra um ou para outro; a ideia de que o homem completo é o que atinge a auto-realização e a autonomia, a qual chega por ser racional, capaz de autocontrole e de aprendizagem; a opção de que tem como tarefa ajudar o aluno a criar um nível de expectativa compatível com a realidade, por meio de uma visão realista de si mesmo e de suas possibilidades. E a visão ‘realista’ que recebe sobre a sociedade é a de que ela é justa e harmoniosa, regida por leis naturais e imutáveis, com iguais oportunidades para todos [...]. (MELO, 1994, p. 53).

Sendo assim, de acordo com esse enfoque, “As diferenças individuais é que explicam as posições sociais diferentes na sociedade e na escola.” (MELO, 1994, p. 53). Segundo esse enfoque, “[...] e em busca do ajustamento total do indivíduo à sociedade que o Orientador Educacional, sempre com base no modelo ideal a ser atingido, atua junto ao aluno para que desenvolva suas potencialidades na busca do modelo preestabelecido.” (MELO, 1994, p. 53).

No próximo enfoque, o do processo cognitivo, entendemos que o aluno fosse capaz de atingir sua autonomia intelectual, por meio do conteúdo. O aluno se tornaria sujeito da aprendizagem e o professor um estimulador. O objetivo do trabalho do orientador educacional dentro deste enfoque seria contribuir para que o aluno atingisse sua autonomia intelectual e criasse capacidade de resolver os seus problemas. Diante disso, determinou-se a participação do orientador educacional nas etapas de planejamento, implementação, desenvolvimento e avaliação do currículo.

No terceiro enfoque, o da autorrealização, houve uma extrema individualização do aluno, que foi visto como único responsável por si próprio, ignorando a sua existência em sociedade, assim como as influências que pudesse sofrer dela. Nesse enfoque as mudanças sociais foram consideradas possíveis, e o orientador educacional passou a ser visto como um

facilitador das relações que pudessem ajudar o aluno a assumir livremente e conscientemente o seu destino de forma autêntica. De acordo com Melo (1994, p. 55), nesse enfoque, “O aluno/ homem é deslocado de sua situação de classe e as mudanças sociais são consideradas como possíveis de serem feitas, baseando-se nas diferenças individuais. A visão de sociedade continua inalterada.”

Já pelo enfoque da tecnologia de ensino, o homem passou a ser visto como produto do meio em que vive. Segundo essa abordagem, a educação deveria seguir um método científico (como uma espécie de retorno ao positivismo), e o foco para o desenvolvimento de uma boa educação estaria na metodologia. O aluno ajustado seria aquele que mais acertasse, e a escola passou a ser entendida como simples formadora de mão-de-obra. Nesta fase, a Orientação Educacional se fechou na orientação vocacional⁶, e o orientador passou a ter como objetivo desenvolver no aluno a capacidade de se tornar útil a si mesmo (sucesso individual) e à sociedade (ser eficiente diante da lógica industrial). Neste enfoque, os determinantes sociais que influem nas escolhas vocacionais eram vistos como naturais e legítimos e não eram questionados. “A base do fazer do Orientador Educacional são os mais variados testes, que servirão, após sua aplicação, para a elaboração do material instrucional a ser usado no processo ensino-aprendizagem.” (MELO, 1994, p. 57).

Por fim, é na última classificação, a da reconstrução social, que os autores Azevedo e Garcia (1984 *apud* MELO, 1994) compreenderam que a postura política do educador deve nortear toda a sua prática pedagógica. O aluno passou a ser visto como um possível construtor de uma nova ordem social, para a transformação da sociedade, ou seja, é visto como um sujeito histórico da construção de seu conhecimento e de sua realidade e não como um sujeito a-histórico como nos enfoques anteriores. Esse entendimento baseia-se em uma visão crítica que questiona as relações e problematiza os conteúdos. “A captação do mundo real dos alunos torna-se possível pela investigação coletiva da realidade por meio de pesquisa participante, em que todos são sujeitos do processo conjunto de aquisição do conhecimento.” (MELO, 1994, p. 58).

De acordo com essa linha de pensamento e de atuação, vista pelos autores como a mais progressista, o orientador educacional deveria se assumir como um ser político que compreende a educação como parte do contexto sócio, econômico, político e cultural, e que, portanto, os problemas educacionais como por exemplo a evasão, a repetência ou o fracasso escolar não devem ser vistos como “[...] fatos isolados que exigem soluções meramente

⁶ Sob esse enfoque foi instituída a já referida Lei 5.692 de 1971 que institucionalizou oficialmente a obrigatoriedade da Orientação Educacional nas escolas públicas de 1º e 2º graus no Brasil.

pedagógicas ou administrativas, mas como fatos políticos que exigem um posicionamento político, do qual decorre uma opção pedagógica.” (MELO, 1994, p.59). Sendo assim, os autores Azevedo e Garcia (1984 *apud* MELO, 1994) concluem que, ao se posicionar como um ser político, o orientador educacional percebe que o importante não é saber como ele faz o seu trabalho e sim o porquê ele faz.

Outro estudo sobre a Orientação Educacional analisado é o de Maria das Graças Sena (1993) que em sua obra, apresentou três fases pelas quais passou o curso de formação de orientador educacional da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, desde 1973. As três classificações de Sena (1993), são: enfoque clínico-terapêutico, enfoque clínico-preventivo e enfoque crítico. Sena (1993), afirma que se trata apenas de uma divisão didática, já que na prática, é difícil definir quando houve a passagem de um enfoque ao outro, já que eles se entrelaçam, ao longo do tempo.

Pelo enfoque clínico-terapêutico, os alunos ditos “anormais”, ou seja, aqueles que não se adequavam às regras de bom comportamento ou que apresentavam dificuldades de aprendizado eram encaminhados ao Serviço de Orientação Educacional (SOE), para que pudessem encontrar aconselhamento necessário, a fim de atingir um equilíbrio emocional esperado para serem educandos de sucesso. Neste enfoque prevalecia a perspectiva psicológico-assistencialista por parte do orientador. Como vimos, posteriormente, esse projeto de Orientação começou a ser questionado como um modelo reducionista que se limitava a definir o papel da escola como formadora de personalidade e que justificava o fracasso escolar como incapacidade do aluno, ignorando as questões sociais, da escola e dos profissionais que nela atuavam.

A ida dos alunos ao SOE [Serviço de Orientação Educacional] podia ser espontânea ou por encaminhamento de outros profissionais da escola. O estudo de caso era a técnica mais usada para atender o problema. Da identificação do caso ao diagnóstico, a perspectiva psicológica assistencialista era preponderante. O emocional era o dado essencial para explicar as ‘falhas individuais’ apontadas. E todo esse enfoque, segundo Sena, orientava as disciplinas básicas do currículo do curso de Orientação Educacional. (MELO, 1994, p. 64).

Sena (1993, p. 26), afirma que, na década de 1970, mesmo existindo uma legislação que definia o trabalho do orientador, constatava-se, não só nas instituições que formavam esse profissional, como também nos próprios profissionais já em atuação, uma dúvida e uma insegurança no que se refere à verdadeira função da Orientação Educacional.

Já no enfoque clínico-preventivo, os orientadores educacionais começaram a entender que não só os alunos considerados como “alunos-problema” precisavam de orientação. As ações da OE se voltaram para a socialização dos indivíduos e para a formação de bons hábitos de estudo, por exemplo, para todos os estudantes. “Os orientadores realizavam, nas escolas de 1º e 2º graus, reuniões com pequenos grupos de alunos ou com toda a turma, e aplicavam técnicas que visavam a socialização dos indivíduos, e aquisição de bons hábitos de estudo, autoconhecimento mais profundo, etc.” (SENA, 1993, p. 27).

Apesar de já compreender o aluno como um ser social, a preocupação com o seu emocional e com a formação de sua personalidade ainda prevalecia. Os problemas oriundos do contexto sociocultural e que refletiam diretamente na escola, apesar de terem sido identificados, não foram considerados na prática.

Em relação à abordagem anterior, mantinha-se a preocupação com o aspecto emocional do indivíduo, porém, agora o indivíduo era considerado como um ser social (ainda que impreciso, vago) – a OE deixa de se preocupar apenas com o aluno “anormal” e passa a se preocupar com toda a população escolar (professores e alunos), na tentativa de criar um ambiente favorável ao desenvolvimento das “habilidades individuais”. (SENA, 1993, p. 29).

Logo surgiram as críticas em torno da falta de conteúdo ideológico sobre a prática da Orientação Educacional que se praticava por esse enfoque, abrindo espaço para o surgimento de um novo entendimento. Assim, nasceu a fase do enfoque crítico em que o papel do orientador, como apaziguador das relações conflituosas na escola, começou a ser questionado, por ser simplista e carente de criticidade. Influenciado pelo clima de reflexões que pairavam sobre a educação brasileira na década de 1980, novos objetivos foram traçados também para a Orientação Educacional. Esse novo enfoque defende uma OE voltada aos reais problemas da escola. Em sua pesquisa, Sena apontou vários fatores influenciadores do fracasso escolar⁷, descartando a antiga ideia de que ele fosse responsabilidade do aluno. Alguns desses fatores apontados por ela são: estado de saúde das crianças, jornada de trabalho das mães, organização da escola (decisões burocráticas e administrativas, planejamento curricular, formação das turmas), o trabalho docente, a linguagem oral, o material didático-pedagógico, tempo de permanência na escola, distúrbios de aprendizagem, relação família-escola-comunidade.

⁷ A ideia de fracasso escolar foi longamente analisada em pesquisas e obras de Maria Helena Souza Patto (1987), tais como: *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia* (Livre-docência). Outros autores também têm discutido, nas últimas décadas, o conceito e a visão de fracasso escolar, desmistificando a ideia de que o fracasso está exclusivamente relacionado ao aluno. Dentre eles estão as pesquisas de Bernard Charlot (2014), entre outros.

A partir do entendimento e reflexão crítica dessa realidade, o enfoque crítico defende a união da OE com o corpo docente da escola, a fim de juntarem forças para contribuir de maneira efetiva para o processo de aprendizagem das crianças. Porém, Sena (1993), afirma não ser tão simples esse movimento, pois na época de sua pesquisa (1983) a Orientação Educacional era marcada por uma inconsistência, tanto em seus pressupostos teóricos, quanto pela fragilidade de sua prática.

José Carlos Libâneo (1984) também criou a sua classificação sobre a atuação dos orientadores educacionais. Esta classificação se divide em quatro tendências teóricas que não se diferenciam muito das outras classificações apresentadas até agora. São elas: abordagem funcionalista, abordagem não diretiva, abordagem fenomenológico-existencial e abordagem tecnicista.

Antes de apresentar as características de cada uma dessas tendências, cabe apresentar aqui a definição-padrão das atribuições da Orientação Educacional definida por Libâneo (1984, p. 24) em seu artigo: Orientação Educacional e emancipação das camadas populares: a pedagogia crítico-social dos conteúdos, como sendo

[...] um serviço que se ocupa da orientação educativa e profissional dos alunos, visando o desenvolvimento de suas potencialidades (interesses, aptidões) e respeitando a personalidade de cada um, a fim de torná-los livres e capazes de fazer opções conscientes frente às exigências pessoais e sociais requeridas pela sociedade. Utiliza-se de técnicas de aconselhamento individual e grupal e, eventualmente, consultoria aos professores.

Percebemos que mesmo essa definição-padrão, que segundo ele perpassa todas as abordagens desde a instituição legal da Orientação Educacional em 1942, carrega uma profunda característica de adaptabilidade do indivíduo às exigências sociais e faz uma forte referência ao papel da orientação vocacional. O autor considera que a orientação educacional nasceu como “[...] um produto genuíno da pedagogia nova, por onde se formalizou sua conotação de mentora, na escola, do enfoque psicológico da educação.” (LIBÂNEO, 1984, p. 24).

Na primeira abordagem criada por Libâneo (1984), a abordagem funcionalista, o papel da Orientação Educacional estava centrado no aconselhamento individual, onde a ideia do ajustamento pessoal e social era muito explícita. A caracterização desta tendência definida pelo autor muito se assemelha às outras tendências já expostas, a de Azevedo e Garcia (1984 *apud* MELO, 1994) (racionalismo acadêmico) e à de Sena (1993) (enfoque clínico-terapêutico).

A abordagem não diretiva, pautada pela psicologia rogeriana⁸, dominou por muito tempo a atuação dos orientadores educacionais. Essa tendência valorizava o potencial interno e espontâneo de autorrealização do indivíduo na capacidade de tomar suas próprias decisões, porém, para que isso fosse possível, a Orientação Educacional deveria atuar dentro da escola, para o bom desenvolvimento das relações interpessoais.

Já na abordagem fenomenológica-existencial, passou-se a admitir a existência de um contexto real que podia ou não fazer parte da consciência do indivíduo, determinando, portanto, seu comportamento, visto como o campo de atuação do orientador educacional. Essa subjetividade do comportamento, ainda inspirada pela psicologia rogeriana, deu suporte aos orientadores para ajudarem os alunos a compreenderem o significado de suas experiências, ampliando suas percepções de mundo, a fim de poderem interpretar a realidade em que estavam inseridos e, assim, agirem sobre ela.

Por fim, a última abordagem criada por Libâneo (1984), a abordagem tecnicista, nascida a partir da criação da Lei 5.692/71, preconizava o aconselhamento vocacional. O autor afirma que, de certa forma, essa abordagem representou um retorno à abordagem funcionalista, porém de maneira mais refinada, fundamentada no behaviorismo⁹, na Teoria da Comunicação e na Teoria dos Sistemas.

Libâneo (1984) afirma que todas essas abordagens se vinculam à Pedagogia Liberal, cumprindo as funções de descoberta das aptidões individuais, do ajustamento do indivíduo à sociedade e da formação profissional. Adepto de uma linha mais progressista e defensor da Pedagogia crítico-social dos conteúdos, o autor afirma que somente uma abordagem centrada

⁸ Carl Rogers (1902-1987): psicólogo estadunidense, desenvolveu no campo da Psicologia a teoria rogeriana, surgida “[...] como uma terceira via entre os dois campos predominantes da psicologia em meados do século 20. De um lado havia a psicanálise, criada por Sigmund Freud (1856-1939), com sua prática balizada pela ortodoxia, e, de outro, o behaviorismo, que na época tinha B. F. Skinner (1904-1990) como expoente e se caracteriza pela submissão à biologia. A corrente de Rogers ficou conhecida como humanista, porque, em acentuado contraste com a teoria freudiana, ela se baseia numa visão otimista do homem.” No campo educacional, as ideias de Rogers são uma extensão da sua teoria psicológica. “A terapia rogeriana se define como não diretiva e centrada no cliente (paciente), porque cabe a ele a responsabilidade pela condução e pelo sucesso do tratamento. Para Rogers, o terapeuta apenas facilita o processo. Em seu ideal de ensino, o papel do professor se assemelha ao do terapeuta e o do aluno ao do cliente. Isso quer dizer que a tarefa do professor é facilitar o aprendizado, que o aluno conduz a seu modo.” (FERRARI, 2008).

⁹ “Também conhecido como comportamentalismo [...]”, é uma teoria e um método de investigação psicológica que tem como objeto de estudo o comportamento humano (ou dos animais) de um modo bem objetivo, com ênfase nos estímulos e reações, sem fazer referência à introspecção. “Esta palavra tem origem no termo *behavior*, que em inglês significa **comportamento** ou **conduta**.” (7 GRAUS, 2016, grifo do autor). Os maiores representantes desta teoria foram John Watson e Burrhus Frederic Skinner. Grosso modo, essa teoria considera o meio ambiente como determinante do comportamento do indivíduo. No campo educacional, a teoria comportamentalista defende que a conduta dos alunos é uma resposta ao ambiente em que se vive e que todo o desempenho é, portanto, aprendido através dos estímulos e reforços. “Uma vez que a aprendizagem é uma forma de modificação de comportamento, a responsabilidade do professor seria construir um ambiente em que o comportamento considerado correto fosse reforçado.” (TAROUÇO, s/d *apud* TEIXEIRA, 2008, cap. 3, p. 47).

no currículo, que leve o educador a uma relação mais estrita com o ensino e aprendizagem pode superar as abordagens apresentadas. Para ele, “[...] os enfoques convencionais do significado da orientação educacional são incompatíveis com a pedagogia progressista” (LIBÂNEO, 1984, p. 25), pois desconsideram o contexto e as influências em que o indivíduo vive e trabalha; preconizam a ideia de ajustamento a uma sociedade vista como ideal e harmônica onde os indivíduos devem se encaixar, tornando o processo de tomada de decisões uma falácia; desconsideram o processo de luta de classes, buscando estabelecer uma harmonia nas relações interpessoais e não levam em conta que a existência de alguns conceitos como personalidade equilibrada, saúde mental e autorrealização dependem da condição da existência material.

De acordo com o entendimento de Libâneo (1984, p. 26), na teoria da Pedagogia crítico-social dos conteúdos, o trabalho do orientador deve configurar-se “[...] como um coordenador de ensino, que dê suporte teórico e técnico ao professor enquanto mediador do encontro entre aluno e as matérias de estudo.” Para ele, o OrE, por ter uma visão mais integrada do currículo, pode ajudar, e muito, na prática dos professores. Portanto, cabe ao orientador educacional:

[...] exigir dos professores um trabalho sério e responsável, cobrar o domínio dos conteúdos e técnicas de trabalho, assiduidade às aulas, exigir que os alunos estudem, que façam suas tarefas, cobrar dos governos melhores condições de trabalho e remuneração, ampliação dos turnos escolares, etc. É necessária, também, [por parte dos orientadores educacionais] a participação política na sociedade, a compreensão dos mecanismos de poder, a tomada de partido pelo movimento histórico-social, engajamento das associações de classe, porque o trabalho pedagógico é uma parte das lutas sociais. (LIBÂNEO, 1984, p. 27).

No entanto, Melo (1994) faz uma crítica a este entendimento de Libâneo. Segundo a autora, essa “fórmula” de bom desempenho, descrita por ele na citação acima, apesar de ideal, quase nunca pode ser verificada na realidade do contexto escolar, pois a dinâmica do cotidiano da escola, quase sempre, se apresenta bem mais complexa do que se imagina. Cobrar e exigir dos alunos e professores um melhor desempenho e compromisso com suas tarefas não significa que o êxito será atingido. É uma ideia um tanto quanto utópica, visto que os desafios da realidade escolar parecem ser mais estruturais.

Uma outra autora extremamente importante para a compreensão do referencial teórico da Orientação Educacional no Brasil é Mirian Grinspun. Em sua obra, Grinspun (1987 *apud* MELO, 1994) divide a atuação da Orientação Educacional em cinco períodos: Período implementador (1920-1940), Período institucional (1942-1960), Período transformador

(1961-1970), Período disciplinador (1972-1980) e Período questionador (a partir de 1980). Para Melo (1994), quando Grinspun classificou a atividade da Orientação Educacional nestes cinco períodos, ela o fez pautada mais pelos fatos históricos de cada época.

Seguindo a classificação de Grinspun (1987 *apud* MELO, 1994), o Período implementador(1920-1940) equivale aos primeiros modelos criados pelos autores citados anteriormente. Foi um período que se tentou incluir a Orientação Educacional nas escolas brasileiras, seguindo um modelo importado dos Estados Unidos e Europa através de pequenas ações pontuais e sem muita reflexão. Era um modelo disciplinador, voltado para o ajustamento social e pela identificação de aptidões, influenciado pelas mudanças promovidas pelo escolanovismo dos anos 1920-1930.

O Período institucional (1942-1960) tem esse nome porque, pela primeira vez, houve a institucionalização da Orientação Educacional através de um documento legal em 1942, a Lei Orgânica do Ensino Industrial. Sem abandonar a característica de ajustamento como primordial, a orientação começa a ser vista com propósitos educativos. Nessa fase ela adota um caráter mais preventivo, no sentido de prevenir desajustamentos e desvios dos alunos, a fim de ajudá-los a fazer as melhores escolhas. Nesse sentido, reforçava o caráter elitista da educação, aos ricos, um ensino que formasse dirigentes; aos pobres, ensino profissionalizante e técnico para cumprirem seu papel na sociedade, pautados, inclusive, em testes de aptidão (MELO, 1994, p. 72).

O Período transformador (1961-1970) condiz com a nova Constituição de 1964 que trouxe muitas mudanças para a área da educação brasileira. Na área da Orientação Educacional, houve o surgimento da Lei 5.564/68 que disciplinava sobre o exercício da profissão do orientador educacional, porém, mantendo o caráter de aconselhamento. Como vemos, não foi um período de transformação, no sentido revolucionário do termo, pelo contrário, no auge da ditadura militar, esse foi o período menos transformador da escola pública brasileira. Portanto, de acordo com Melo (1994), fica difícil entender por que a autora escolheu esse nome para classificar esse período.

No Período disciplinador (1972-1980), a Lei 5.692/71 e o Decreto 72.846/73 foram as maiores matrizes disciplinadoras sobre a profissão do orientador educacional e sua atuação. Como já foi dito anteriormente, esses marcos legais, apesar de trazerem uma mudança prática de extrema relevância para o trabalho dos orientadores, pois criam a obrigatoriedade da existência desse profissional em todas as escolas públicas do país, não trazem ainda mudança do sentido da Orientação Educacional dentro da escola. Ainda era um período caracterizado pelo aconselhamento individual, na sondagem dos interesses e aptidões e de caráter

psicologizante. E mais, nesse período, um dos braços de atuação da Orientação Educacional, a Orientação Profissional, torna-se o carro-chefe das ações da orientação dentro da escola, influência da intensa necessidade de produção de mão de obra para o período.

De acordo com a divisão de Grinspun (1987 *apud* MELO, 1994), é no Período questionador (a partir de 1980) que começa a ser cobrado do orientador educacional uma postura mais política e condizente com o momento histórico da redemocratização que se vivia na década de 1980. Até então, segundo a autora, a Orientação Educacional servia apenas como um instrumento de ajustamento do aluno à escola, à família e à sociedade. No Período questionador, a atuação do orientador educacional ultrapassa os limites da escola e passa a ser exercida dentro do contexto social em que está inserida. Os orientadores começam a participar mais ativamente dos debates sobre a educação brasileira, se envolvem com o processo de democratização da escola e buscam uma maior integração do seu trabalho ao currículo escolar. Grinspun (1987 *apud* MELO, 1994) também afirma que nessa fase, os orientadores começam a considerar a pedagogia dos conteúdos e a interdisciplinaridade dentro da escola, assim como passam a se envolver mais nos movimentos sociais e na luta dos trabalhadores da educação, tornando-se um “[...] articulador de forças dentro da comunidade escolar.” (GRISNPUN, 1987 *apud* MELO, 1994, p. 77). Dessa forma, o orientador passa a carregar em si os valores democráticos necessários para edificação de uma educação voltada para o exercício pleno da cidadania.

Por tais motivos, a Orientação Educacional começa a ser questionada a partir de 1980. Assim, os pressupostos teóricos começam a ser repensados e rediscutidos. O orientador começa a participar de todos os momentos da escola, discutindo questões curriculares, como objetivos, procedimentos, critérios de avaliação, metodologias de ensino, demonstrando sua preocupação com os alunos e o processo de aprendizagem. Os cursos de reciclagem que foram oferecidos aos orientadores contribuíram para que a discussão fosse mais ampla, envolvendo as práticas, os valores que a norteavam, a realidade dos alunos, assim como o mundo do trabalho. (PASCOAL; HONORATO; ALBUQUERQUE, 2008, p. 105).

Diante dessa nova realidade, Grinspun (2001a) defende a ideia de que a Orientação Educacional e o fazer do orientador devam estar voltados para a formação integral do aluno, ajudando na construção da cidadania e na execução do Projeto Político-Pedagógico da escola.

O principal papel da Orientação será ajudar o aluno na formação de uma cidadania crítica, e a escola, na organização e realização de seu projeto pedagógico. Isso significa ajudar nosso aluno ‘*por inteiro*’: com utopias, desejos e paixões. A escola, com toda essa sua teia de relações, constitui o eixo dessa área da Orientação, isto é, a Orientação trabalha na escola em favor da cidadania, não criando um *serviço de orientação* para atender aos

excluídos (do conhecimento, do comportamento, dos procedimentos etc.), mas para entendê-los, através das relações que ocorrem [...] na instituição Escola. (GRINSPUN, 2001a, p. 29, grifo do autor).

Grinspun (2003b, p. 73) afirma que o papel dos orientadores educacionais “[...] se deslocou dos alunos-problema para todos os problemas dos alunos da escola”, tendo, este profissional, que refletir, analisar e interferir sobre esses problemas em tempos de globalização e pós-modernidade. A autora define também o papel do orientador educacional como um mediador entre a aprendizagem do aluno e a realidade conjuntural em que educando e professor se inserem.

Ao acharmos, antes, que a escola oferecia o que ela tinha de melhor, que o professor dava tudo de si e *que o alunos é que não aprendia e era indisciplinado* tínhamos na orientação a presença de um profissional que solucionaria esse problema – quase sempre pela perspectiva do aluno tentando *ajudá-lo, orientá-lo* a encontrar o seu próprio caminho. Hoje a orientação Educacional – como já nos referimos – tem o papel de *mediação na escola* isto é, ela se reveste de mais um campo na escola para *analisar, discutir, refletir com e para todos que atuam na escola – em especial os alunos*, não com um tom preventivo, corretivo, mas com um olhar pedagógico. Mais importante do que resolver o problema do aluno *José*, por exemplo, que está suspenso, ou que está com notas abaixo da média em matemática, é discutir e analisar o que leva um aluno a ser suspenso, quais são as oportunidades que se oferecem de educar antes de punir/ cobrar discutir as metodologias utilizadas, a avaliação oferecida, o ritmo de aprendizagem do aluno etc. A orientação faz um trabalho de interdisciplinaridade entre fatos/situações, ações/razões e emoções que levem o indivíduo a agir de determinada maneira, ou mesmo a Instituição agir de determinada forma. (GRINSPUN, 2003b, p. 76, grifo do autor).

Atualmente, existe quase um consenso entre os teóricos da Orientação Educacional de que o papel do orientador deve ser o de atuar para ajudar na formação integral do aluno, não só no seu desenvolvimento pedagógico, mas na construção de sua cidadania. Para isso, como uma de suas estratégias de trabalho, ele deve se utilizar da capacidade de integrar todos os grupos que participam do processo educativo. Deve fazer valer o diálogo e a cooperação entre família e escola, escola e comunidade, professores, alunos e funcionários, professores e equipe gestora, etc.

Se ele é o profissional que se apresenta como sendo o responsável pela ponte escola-família-comunidade, caberá a ele redefinir esta relação. Ele, que contribuiu para que a relação entre a escola e a família se limitasse ao nível psicológico, deve recuperar seu aspecto político, estabelecendo um diálogo em que, do confronto de dois mundos, até então dicotômicos, vá sendo construída, no interior da escola, a qualidade nova, sintonizada com o movimento de construção de uma sociedade nova. (MAIA; GARCIA, 1995, p. 60-61).

A ideia de uma orientação voltada apenas para os “alunos-problemas”, com dificuldades de aprendizagem ou indisciplinados, pelo menos na área da produção acadêmica, já foi superada. Maia e Garcia (1995, p. 42) acreditam que o novo fazer da Orientação Educacional deve estar relacionado a uma valorização dos conteúdos, não de uma maneira simplista, reprodutiva e factual, mas relacionando com a vida do aluno. Ao orientador cabe problematizar, dialetizar, relativizar e enfocar para facilitar a compreensão da sociedade em que os educandos vivem, assim como suas relações e movimentos, formando homens críticos, questionadores e transformadores. Porém, na prática, diante da cultura organizacional das escolas e dos sistemas de ensino em que o orientador educacional está inserido, esse trabalho enfrenta alguns desafios e nem sempre consegue se desenvolver como poderia.

Para a autora Olívia Porto (2009), a Orientação Educacional enquanto aconselhamento vem sendo questionada principalmente por ter se originado de modelos e técnicas típicas da psicoterapia, sendo assim, o orientador educacional estaria atuando em um campo do qual não tem formação e conhecimento suficiente. Além do mais, ele cairia na armadilha de querer moldar os alunos aos padrões comportamentais impostos pela escola e pela sociedade. Segundo a autora, o advento da Orientação Educacional atual se dá quando

O educando começa a ser olhado de maneira mais compreensiva, com a intenção de ser apreendido, integralmente, em sua realidade sócio-humana, sendo assistido e fortalecido em suas dificuldades, bem como valorizado em seus aspectos positivos, de modo que se possa prepará-lo para integrar-se no meio social, como cidadão participante. (PORTO, 2009, p. 48).

Esse deve ser o ponto da mudança da Orientação Educacional atualmente. Mudar a técnica de intervenção e deixar de se pautar pelo já superado modelo influenciado unicamente pela Psicologia ou até mesmo por um modelo característico de prestação de serviço e se pautar por ações refletidas cientificamente sobre os assuntos que permeiam o contexto escolar e a realidade do aluno, sempre atuando como um assessor/consultor do trabalho do professor, para que o professor não perca também a sua autonomia.

Em outras palavras, o fazer do orientador educacional implica ajudar – afinal, ele é um profissional de ajuda – os outros jogadores a jogarem um bom jogo, a desempenharem seus papéis sem fixar-se neles, a dizerem suas falas nos momentos acertados. Mas o orientador sabe seus momentos, compreende as deixas para sua entrada em cena? É preciso preparar-se para saber, é preciso estudar e estudar-se para não omitir e também não interferir demasiado. Como profissional de ajuda, ele, o orientador educacional, é uma figura muito exposta e muito solicitada no quadro da escola. Por isso há a necessidade de constante “vigília” de seus atos e palavras. No âmbito do

indivíduo, os significados produzidos historicamente pelo grupo social adquirem um “sentido pessoal”, ou seja, a palavra se relaciona com a realidade, com a própria vida e com os motivos de cada indivíduo. (PORTO, 2009, p. 65).

Longe de querer apontar aqui uma abordagem ou classificação entendida como ideal para o desenvolvimento do trabalho do orientador educacional, o que pretendemos nesse item foi apresentar alguns dos entendimentos teóricos que foram criados, a partir da busca de uma definição para esta profissão. Definição essa que, até hoje, parece não ter sido encontrada. O que de fato podemos afirmar é que toda prática se pauta por alguma teoria, mesmo que bastante distorcida e abstrata, e que, portanto, torna-se necessário revisitar essas ideias e assim refletir sobre a prática que se exercita. Sabemos também que uma única teoria não seria suficiente para resolver todos os problemas que emergem dentro da escola. Justamente por serem problemas de diversas origens, devemos nos pautar por referenciais teóricos que não privilegiem apenas o aspecto intelectual, mas também as emoções, os sentimentos, os desejos, as fantasias e o imaginário social no ato educativo (PORTO, 2009, p. 113), que são também extremamente importantes na ação educacional, respeitando, sempre, as particularidades das realidades de cada escola.

Não se trata, portanto, de fazer uma “salada pedagógica” e, sim, buscar na contribuição dos estudos dos diferentes teóricos os pontos convergentes e complementares, que ajudam a ampliar nosso olhar sobre a realidade concreta, podendo-se construir um trabalho significativo com todos os que partilham do processo de construção do conhecimento. (PORTO, 2009 p. 114).

Nesta pesquisa, não existe a pretensão de se apontar falhas no trabalho desenvolvido pelos orientadores educacionais da rede pública municipal de Franca, mas refletir sobre a construção do cargo como um todo no município, passando pela análise das leis e determinações que regem o seu trabalho, pelos processos de formação continuada e pelos imbróglis diários que envolvem a atuação desses profissionais, levando em consideração a perspectiva dos próprios orientadores educacionais envolvidos nesse processo. Pretendemos relacionar a prática dos orientadores educacionais da rede municipal de Franca às abordagens e enfoques teóricos aqui apresentados, nos pautando pelas respostas dos orientadores ao questionário aplicado, buscando compreender, sob a perspectiva deles próprios, a avaliação do trabalho que desenvolvem. Mas, antes disso, faremos uma apresentação do panorama geral da escola pública municipal de Franca, assim como das formas de ingresso e capacitação do profissional orientador educacional, na rede de ensino deste município.

4 A REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE FRANCA

Para compreender o trabalho do orientador educacional em Franca necessitamos entender como está organizada a rede pública municipal de ensino. Nesta seção, além dos dados qualitativos colhidos pela pesquisa, nos utilizamos também de dados quantitativos fornecidos pela Secretaria de Educação, assim como das leis que regulamentam o serviço público municipal e a atividade do magistério. Apresentamos um panorama geral da educação nas escolas do município, passando pela caracterização da estrutura física e de pessoal da rede, assim como pela construção e distinção do trabalho dos orientadores educacionais, ao longo dos anos.

4.1 Panorama da rede pública municipal de ensino de Franca

Franca é um município brasileiro localizado na região nordeste do Estado de São Paulo. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2018, a cidade possui uma população estimada de aproximadamente 350 mil pessoas. Possui uma economia predominantemente industrial, destacando-se no setor calçadista e coureiro, sendo reconhecida nacionalmente como a capital do calçado. Também se destaca pela relevante produção agrícola, como pertencente a umas das mais importantes regiões produtoras de café do país, a região da Alta Mogiana. Com um Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* anual de R\$ 24.679,09 é considerada uma cidade com bom desenvolvimento econômico e humano, possuindo um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,78, segundo dados do IBGE, retirados do site do instituto.

Igualmente positivos também são os dados e índices educacionais do município. O percentual de escolarização entre crianças e adolescentes de 6 a 14 anos é de 98,2%¹⁰ (IBGE, 2010) e o Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (IDEB¹¹) em 2017 para os alunos concluintes do 5º ano do ensino fundamental foi de 7,2, uma média acima da média do Estado

¹⁰ De acordo com o IBGE, este percentual segue o seguinte cálculo: “[população residente no município de 6 a 14 anos de idade matriculada no ensino regular/total de população residente no município de 6 a 14 anos de idade] x 100.”

¹¹ O IDEB apesar de ser questionado por alguns estudiosos da área de Política Educacional, ainda, é o principal indicador de medição da qualidade da educação básica no Brasil. O índice sintetiza em um único indicador dois conceitos importantes para aferir a qualidade do ensino no país, fluxo (taxa de aprovação dos alunos) e a aprendizagem (resultados de desempenho nas avaliações da educação básica aplicadas pelo Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa - INEP). A média do IDEB varia de 0 a 10 sendo calculada a partir dos dados de aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, fornecidos pelas escolas anualmente com os resultados de desempenho obtidos na Prova Brasil (no caso de escolas e municípios) aplicada nos 5ºs e 9ºs anos do Ensino Fundamental.

de São Paulo, que foi de 6,6 e do Brasil que foi de 5,6, segundo dados coletados no *site* do Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa (INEP).

A Constituição Federal Brasileira define em seu artigo 30, inciso VI, que compete aos municípios “[...] manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental.” (BRASIL, 1988). Atendendo a este dispositivo constitucional, em Franca, a Secretaria Municipal de Educação (SME) foi instituída para atender e organizar seu próprio sistema de ensino, definindo normas e procedimentos pedagógicos adequados à realidade do município.

A Lei Complementar 01/95, que dispõe sobre o plano de cargos do Serviço Público Municipal de Franca e sua estrutura organizacional, determina que

Art. 9º - A Secretaria Municipal de Educação tem por finalidade implantar, coordenar e executar a política municipal de educação e tem por competências:

1. Implantação e coordenação da política municipal de educação;
2. Desenvolvimento de programas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio;
3. Supervisão da educação em geral, abrangendo o Ensino Fundamental, Médio, Educação de Jovens e Altos e Educação Especial, além de outras que a lei determinar.
4. Definir as diretrizes para a elaboração do Plano Municipal de Ensino.
5. Promover o desenvolvimento do ensino, incentivando a integração entre a escola e a comunidade.
6. Cuidar da construção e preservação de todos os próprios voltados para a área da Educação;
7. Emitir atos normativos, portarias ou resoluções, visando ao bom desenvolvimento dos projetos;
8. Formular políticas e estratégias para a inovação e modernização dos ambientes e das tecnologias educacionais;
9. Executar outras atividades correlatas. (FRANCA, 1995).

Em cada gestão administrativa, a Secretaria Municipal de Educação (SME) assume novas metas, missão e compromissos com a sociedade. Sendo assim, este departamento, em sua atual gestão (2017-2020), definiu como sua atribuição:

[...] planejar e executar as ações educacionais no âmbito o Sistema Municipal de Ensino, por meio da promoção de políticas públicas de democratização e acesso ao ensino público gratuito e de qualidade nos níveis da Educação Infantil, Ensino Fundamental, nas modalidades de Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos. Tem como objetivos centrais preparar os educandos para o exercício da cidadania; valorizar os profissionais da educação; garantir autonomia didática e de gestão às unidades escolares; promover a integração entre a escola, a família e a comunidade; contribuir para ampliação do acesso, garantia de permanência e sucesso das crianças com idade escolar obrigatória. (FRANCA, 2018).

A SME afirma ainda que sua missão é "Servir a comunidade e a família garantindo educação de qualidade, assegurando acesso, permanência e sucesso de todos os alunos, promovendo uma cultura para a paz e a justiça, num processo de melhoria contínua." (FRANCA, 2018).

Portanto, "[...] é através da Secretaria Municipal de Educação que as linhas de ação, a coordenação, a avaliação e os contínuos acompanhamentos são definidos, assim como a maioria das políticas públicas educacionais relacionadas à gestão escolar das escolas municipais." (MARQUETI, 2016, p. 80).

A missão defendida pela SME foi elaborada, no início da estruturação desta pasta, com o apoio de diversos atores da sociedade civil e busca ser consolidada pela equipe de gestão pedagógica que se forma a cada gestão administrativa na cidade. As determinações da SME sobre as metas da educação municipal e sobre a organização do trabalho nas escolas têm grande influência sobre a construção das funções dos profissionais que atuam nas instituições de ensino do município. Na próxima seção, veremos que a SME também desenvolve com seus profissionais da educação a formação continuada dos vários segmentos dos quais tais educadores fazem parte, e compreender a formação continuada também é importante para entender as prioridades educacionais adotadas em cada gestão.

4.2 Estrutura física e recursos humanos da rede municipal de ensino de Franca

Atualmente, a rede municipal de ensino de Franca atende a mais de 16 mil alunos de Educação Infantil e Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano), distribuídos em 54 Unidades Escolares, entre Escolas Municipais de Educação Básica (EMEBs) e Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI), segundo consta na tabela a seguir:

TABELA 1 - 2018 - Rede Municipal Geral

REGIÃO	EMEBs	EMEI	Alunos	Fase I	Fase II	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	Total de alunos	Total de EMEBs e EMEIs
I- REGIÃO NORTE	12	06	Alunos	682	707	1084	756	812	836	805	5682	18
II- REGIÃO SUL	09	02	Alunos	488	548	746	561	569	519	602	4033	11
III-REGIÃO LESTE	06	02	Alunos	350	365	538	370	442	382	382	2828	8
IV-REGIÃO OESTE	08	04	Alunos	461	527	638	446	460	466	449	3447	12
V-REGIÃO CENTRO	02	03	Alunos	196	201	290					687	05
TOTAL GERAL	37	19	Alunos	2177	2348	3296	2133	2283	2203	2237	16677	56

Fonte: Dados da Secretaria Municipal de Educação - educação em números (FRANCA, 2018).

Além das EMEBs e EMEIs, o município também dispõe de 65 creches conveniadas, 3 unidades de Educação de Jovens e Adultos (EJA), 1 unidade do Centro de Ensino Supletivo Municipal (CESUM) e 1 unidade de Escola Municipal de Iniciação Musical (EMIM).

Em relação ao número de colaboradores que compõem o quadro do magistério na rede municipal, segundo informações que constam no *site* da SME, este departamento conta com 1.056 professores I (PEB I) atuando como titulares ou para substituições de efetivos; 85 professores II (PEB II), especialistas nas disciplinas de Arte, Biologia, Ciências, Física, Espanhol, Filosofia, Geografia, História, Inglês, Matemática, Português, Química e Sociologia; 120 professores II especialistas em Educação Física; 63 professores I de Educação Musical; 59 coordenadores pedagógicos; 34 orientadores educacionais e 75 pedagogos (divididos entre pedagogos escolares, pedagogos de creche e pedagogos de Salas de Recursos Multifuncionais).

De acordo com a Lei Complementar Municipal 01/95, que dispõe sobre o Plano de Classificação de Cargos do Serviço Público Municipal de Franca e sua estrutura organizacional, o quadro de pessoal do magistério é composto pelos seguintes cargos: coordenador pedagógico, orientador educacional, pedagogo, professor I, professor III, professor de ensino especial e supervisor de ensino. Compõem o quadro técnico de apoio educacional e administrativo os cargos de assistente técnico de ensino e pesquisa, inspetor de aluno, secretário de escola e escriturário. As escolas contam ainda com os cargos de servente merendeiro, ajudante geral e auxiliares de limpeza, estes últimos contratados por empresa terceirizada.

Há certo tempo, convencionou-se chamar o grupo formado por diretor, coordenador pedagógico, orientador educacional, pedagogos e pedagogos das salas de Recursos Multifuncionais nas escolas de Franca de Equipe Gestora. Porém esta denominação não encontra nenhuma regulamentação em lei ou regimento. A Lei 01/95 se encontra, portanto, desatualizada em relação à realidade vivenciada nas escolas do município, pois não contempla a existência, nem a descrição dos cargos de diretor de escola e do pedagogo da Sala de Recursos Multifuncionais.

O cargo de diretor está previsto como pertencente ao quadro do magistério apenas na Lei 4.972 de 1998, que institui o Estatuto do Magistério Público Municipal de Franca. Porém, contrariando o disposto nesta lei, o acesso a este cargo é feito por nomeação através de indicação da administração pública (prefeito e secretário da educação). O Estatuto é claro ao afirmar, no artigo 4º, inciso I que a Prefeitura Municipal, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, deve assegurar ao pessoal do Magistério, o ingresso, exclusivamente

por concurso público de provas e títulos. A nomeação do diretor por indicação direta do poder público pode sofrer influências políticas, seja na admissão ou exoneração dos diretores, na medida em que ocorrem as mudanças de governo¹², sendo esta uma dinâmica prejudicial à escola e à educação do município. O diretor indicado perde sua autonomia como gestor escolar, tendo, muitas vezes, de aceitar decisões tomadas de cima para baixo, para não correr o risco de perder o cargo.

Vimos que a indicação se articula com a dominação tradicional (Weber, 2004; Mendonça, 2000), e nela a administração do sistema de ensino e as lideranças políticas que indicaram os dirigentes operam intervindo e controlando a política escolar. Neste tipo de dominação, os dirigentes escolares são sujeitos da confiança dos mandatários maiores e, como tal, têm a tarefa de dirigir as escolas equilibrando-se no jogo político-eleitoral, pois sabem que o cargo político de confiança que ocupam é instrumento de compensação naquele jogo. (SOUZA *apud* MARQUETI, 2016, p. 59).

Em pesquisa realizada por Marqueti (2016) com os diretores das escolas municipais da rede de ensino de Franca, onde, na ocasião da pesquisa, todos ocupavam a função por indicação, notamos que a maioria destes gestores defendia a nomeação direta feita por escolha dos entes políticos, acarretando, segundo a autora, em uma perpetuação da administração pública patrimonialista, caracterizada pelo clientelismo e favorecimento político (MARQUETI, 2016).

Outro documento que caracteriza o quadro de pessoal das escolas públicas municipais de Franca é o Regimento Escolar, que apesar de não ter força legal, constitui-se em um conjunto de regras e normas que definem a organização administrativa e pedagógica das escolas, estabelecendo, por exemplo, os direitos e deveres daqueles que compõem o ambiente escolar.

De acordo com o artigo 29 do Regimento Escolar, fazem parte do quadro de pessoal das escolas municipais em Franca: inspetor de aluno, secretário de escola e escriturário, pertencentes ao quadro de apoio educacional e administrativo; ajudante geral e servente merendeiro, pertencente ao quadro operacional de apoio; professor I, professor I de Educação Musical, professor I de Educação Especial, professor II de Educação Física, diretor de Escola, coordenador pedagógico, orientador educacional, pedagogo e supervisor de ensino (lotado na SME), todos pertencentes ao quadro do magistério. A disposição desses cargos segue os

¹² Um estudo sobre o cargo de diretor de escola no município de Franca foi realizado por Marqueti (2016) em: *Políticas de Acesso ao Cargo de Diretor de Escola Pública da Educação Básica – Novas Perspectivas a partir da realidade do município de Franca/SP*.

critérios da Lei Municipal 01/95, com exceção do cargo de diretor de escola, que não é previsto nesta lei, apenas no já referido Estatuto do Magistério.

Esta é a estrutura organizacional com a qual o orientador educacional se depara ao ingressar na rede pública municipal de ensino em Franca. Na próxima seção, apresentamos como está organizado o trabalho deste profissional nas escolas da rede.

5 A ATUAÇÃO DO ORIENTADOR EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DE FRANCA

A existência do orientador educacional em algumas redes e sistemas de ensino revela o compromisso de um modelo educativo que preza pela formação integral do sujeito. Porém, a organização do trabalho deste profissional varia de acordo com as determinações legais e da cultura organizacional de cada instituição. Apresentamos neste item as particularidades desse ofício, segundo a estrutura organizacional da rede de ensino municipal de Franca.

5.1 O ingresso do orientador educacional na rede pública municipal de Franca

De acordo com a Lei 01/95 e com o Estatuto do Magistério Público Municipal de Franca, o orientador educacional compõe o quadro do magistério do município, sendo o profissional que “[...] executa e avalia o processo de orientação educacional na Unidade Escolar, em cooperação com os professores, a família e a comunidade.” (FRANCA, 1998).

No artigo 8º, inciso IV, da referida Lei 4.972/98 (Estatuto do Magistério), fica definido que para ocupar o cargo de orientador educacional, o candidato deve possuir “Licenciatura plena em Pedagogia com habilitação específica em Orientação Educacional e experiência mínima de 03 (três) anos no Magistério”, além de ser aprovado em concurso público de provas e títulos. A jornada de trabalho integral deste cargo é de 40h semanais.

Desde 1995 a contratação dos orientadores educacionais na rede de ensino municipal em Franca se deu por meio de concurso público. Analisando os editais destes concursos, encontramos, como requisito para a ocupação do cargo, apenas a exigência de formação em Licenciatura Plena em Pedagogia e experiência mínima em 03 anos no magistério, sem a necessidade de se possuir a habilitação específica em Orientação Educacional, como apregoa o Estatuto referido acima. A não obrigação desta habilitação talvez tenha se delineado a partir da constatação de que a demanda de profissionais que atendesse a este requisito era escassa, já que muitos cursos de Pedagogia, nas últimas décadas, deixaram de oferecer esta opção como habilitação específica, tornando o curso de Orientação Educacional uma opção de pós-graduação. Todavia, não há nenhuma referência à nossa suposição.

Na descrição do trabalho do orientador educacional, os editais dos concursos estabelecem que, após aprovado, este profissional terá como função:

1. Organizar e atualizar a documentação pertinente à orientação educacional;

2. participar do processo de identificação das características básicas da comunidade e da clientela escolar;
3. cooperar na elaboração, execução e avaliação do plano de trabalhos escolares;
4. participar na elaboração do Plano escolar;
5. pesquisar e solucionar problemas relacionados com o corpo discente, contando com o assessoramento do corpo docente;
6. realizar frequentes contatos com os pais de alunos, através de associação própria, objetivando estudar a adaptação desses na comunidade;
7. exercer atribuições que lhe forem diretamente cometidas pelo Diretor da Escola;
8. executar tarefas correlatas, determinadas pelo superior imediato.¹³

Após a aprovação no concurso e a convocação para compor o quadro do serviço público municipal, o novo orientador educacional é designado para trabalhar em alguma escola pública da rede de ensino do município. Ele passa a ser responsável pelo desenvolvimento da Orientação Educacional naquela escola, inclusive pelo preenchimento de alguns documentos que são designados a ele. O orientador educacional, sem experiência, conta com o direcionamento do gestor de formação da Orientação Educacional do município, alocado na Secretaria da Educação, que lhe orienta sobre os documentos e protocolos a serem cumpridos. Mas a intimidade com o trabalho efetivamente desempenhado, o novo orientador só conquista com o tempo, a partir da familiarização com a comunidade que atende e com os alunos da escola em que trabalha. Em outras palavras, o novo orientador educacional vai aprendendo a exercer sua função na prática, no dia a dia da escola, além de contar com a ajuda da formação continuada.

5.2 A capacitação do orientador educacional na Secretaria Municipal de Educação

A Lei Federal 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – trata sobre a formação continuada dos profissionais do magistério, em alguns dos seus artigos. O artigo 62, § 1º afirma que “A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério.” (BRASIL, 1996).

A mesma lei, no artigo 67, também determina que

Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

¹³ Estas funções e atribuições descritas nos editais de concurso foram retiradas da Lei 01/95 que determina as funções dos servidores públicos municipais de Franca, dentre eles a do orientador educacional.

[...]

II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

[...]. (BRASIL, 1996).

Porém, em Franca, atualmente, este artigo da referida lei não é totalmente contemplado, pois o município ainda não possui plano de carreira específico para o magistério e, portanto, não prevê licença remunerada para os profissionais da educação que queiram se especializar.

As leis municipais norteadoras do magistério também tratam sobre a formação continuada dos profissionais da educação da rede pública de ensino. Sobre o treinamento dos servidores públicos municipais, a Lei Complementar 01/95 determina:

Art. 21 - Fica institucionalizado como atividade permanente, o treinamento dos servidores, tendo como objetivos:

I. criar e desenvolver mentalidade, hábitos e valores necessários ao digno exercício da função pública;

II. capacitar o servidor público municipal da administração direta para o desempenho de suas atribuições específicas, orientando-se no sentido de obter os resultados desejados pela Administração;

III. estimular o rendimento funcional, criando condições propícias para o constante aperfeiçoamento dos servidores;

IV. integrar os objetivos de cada servidor no exercício de suas atribuições à finalidade última da Administração como um todo.

Art. 22 – O treinamento será de dois tipos:

I - De integração, tendo como finalidade integrar o servidor no ambiente de trabalho e desenvolver valores necessários ao exercício da função pública; e

II - De formação, que objetiva dotar o servidor de maiores conhecimentos e técnicas referentes às atribuições que desempenha, mantendo-o permanentemente atualizado e preparando-o para a execução de tarefas mais complexas.

§ 1º - O treinamento será ministrado:

a. preferentemente pela Prefeitura, com a utilização de servidores de seu quadro;

b. mediante encaminhamento de servidores para cursos e estágios realizados por entidades especializadas, sediadas ou não no município;

c. através da contratação de especialistas ou entidades especializadas. (FRANCA, 1995).

Da mesma forma, o Estatuto do Magistério também prevê, no Artigo 4º, inciso II o “[...] aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim [...]”, porém, como já foi dito acima esta lei atualmente não é respeitada, pois ao profissional da educação não é concedido licenciamento remunerado para seu aperfeiçoamento e especialização.

O Plano Municipal de Educação (PME) de Franca foi instituído pela Lei Municipal 8.300 de 31 de agosto de 2015, atendendo a uma obrigatoriedade instituída pela LDB em que os municípios deveriam elaborar e aprovar seus próprios planos decenais para a educação municipal. O PME pode ser entendido como:

- Um instrumento de planejamento da política educacional do município.
- Um conjunto de reflexões, de intenções e de ações que respondem demandas reais da educação no município, centradas em estratégias de curto, médio e longo prazo.
- Um plano de Estado e não de governo, com dez anos de duração e institucionalizado por meio de Lei Municipal, articulada a uma legislação estadual e nacional.
- Um importante instrumento contra a descontinuidade das políticas, pois orienta a gestão educacional e referencia o controle social e a participação cidadã. (FRANCA, 2018).

O PME também prevê a formação continuada dos profissionais da educação do município, propondo como objetivo principal:

[...] subsidiar o trabalho pedagógico das escolas em seus aspectos teóricos e práticos, por meio de reuniões de formações continuadas e assessorias aos profissionais da educação atuantes em cada unidade escolar. Percebe-se a necessidade de estudos constantes para o aprimoramento pessoal e profissional no que diz respeito à educação de qualidade e de orientações por meio de assessorias, sempre garantindo a continuidade da compreensão da proposta pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Franca com formações e informações atualizadas. (FRANCA, 2015, p. 44).

Sendo assim, a formação continuada dos educadores da rede pública municipal fica a cargo da Secretaria Municipal de Educação (SME). A SME possui a Divisão de Gestão Educacional – Setor de Formação Continuada, responsável por oferecer formação continuada a todos os segmentos de professores e especialistas que atuam na escola.

[...] composto por profissionais concursados e que são designados para desenvolver o trabalho de formação, orientação e monitoramento das funções e ações, associando a teoria e a prática do contexto escolar, favorecendo a qualificação e instrumentalizando o profissional para que seja capaz de desenvolver com qualidade os serviços prestados, contribuindo assim para a formação integral de todos os alunos, dentro de seu nível de atuação. (MARQUETI, 2016, p. 83).

O trabalho de nenhum educador na escola nunca se desenvolve sozinho. Dessa forma, o orientador educacional conta com o apoio de vários profissionais para o desenvolvimento de sua prática, e o inspetor de alunos é um dos seus principais parceiros. O PME de Franca declara que a SME oferece formação continuada aos inspetores de alunos. Porém, isso já não

acontece há alguns anos na rede. Pela Lei 01/95, o inspetor de alunos não faz parte do quadro do magistério, apesar de desenvolver um trabalho diretamente relacionado ao aluno, sendo, portanto, um educador tão importante como qualquer outro na escola. O inspetor está em contato direto com os alunos nos ambientes extraclasse, se relacionando com as crianças e contribuindo para o desenvolvimento das relações entre os alunos, destes com as regras, etc. Atualmente, existe um déficit no número de inspetores atuando nas escolas da rede, e a falta deste profissional é muito prejudicial para a dinâmica e organização escolar, ficando o orientador educacional, muitas vezes, sobrecarregado, pois acaba assumindo as suas funções.

O inspetor observa as relações interpessoais entre os alunos e age nos momentos de conflito, contribuindo para o bom andamento da Unidade Escolar. A atuação ética deste profissional torna-o parceiro na educação dos alunos, auxiliando assim os professores e equipe escolar no dia a dia da escola. (FRANCA, 2015, p. 46).

Como parte da formação continuada dos profissionais da educação da rede, nas escolas municipais de Franca são realizadas, semanalmente, as Reuniões de Estudos Pedagógicos (REPs) com todos os docentes e equipe gestora para estudos, planejamento de ações e avaliação do trabalho pedagógico. Com duração de 50 minutos, essas reuniões são, geralmente, dirigidas pelo coordenador pedagógico com o apoio da equipe gestora e atendem ao que é determinado pela Lei 01/95, quanto ao tipo de treinamento de integração do servidor ao ambiente de trabalho, desenvolvendo os valores necessários ao exercício de sua função. Na atual gestão municipal, outra parte da REP é realizada na modalidade a distância – REP online – atendendo ao artigo 87, § 3º, inciso III da LDB que determina que Distrito Federal, Estados, Municípios e União devem “realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação a distância”. (BRASIL, 1996). Na REP online, os professores devem cumprir as leituras e atividades propostas na plataforma, totalizando 2h/aula semanais obrigatórias de estudos pedagógicos.

Em relação à formação continuada do segmento da Orientação Educacional, o Plano Municipal de Educação de Franca afirma que:

O objetivo das formações com os Orientadores Educacionais é proporcionar momentos de estudos para dar qualidade à práxis pedagógica no contexto da escola, garantindo para estes reflexões sobre temas a serem priorizados pela equipe, sugerindo formas de atuação na prática. Tendo em vista que a principal atribuição do Orientador Educacional é a integração família, escola e comunidade, visando à formação integral do ser. Portanto, tornam-se fundamentais estudos, neste sentido, para subsidiar a prática deste profissional. (FRANCA, 2015, p. 45-46).

A Secretaria Municipal de Educação de Franca oferece formação continuada a todos os segmentos do magistério. Para cada categoria de educadores, é designado um gestor de formação¹⁴ que fica alocado na SME e se torna responsável por organizar as reuniões de estudos para o grupo, que geralmente acontecem quinzenalmente.

A capacitação profissional do educador contribui para a melhoria da qualidade de ensino. Dentre um dos objetivos desta capacitação deve estar a compreensão do papel e das funções de cada profissional, partindo, inclusive do conhecimento das determinações legais em relação ao cargo que se ocupa.

5.3 A atuação dos orientadores educacionais nas escolas municipais segundo as definições legais

Como foi dito anteriormente, o trabalho dos orientadores educacionais é regido por Leis Federais que indicam os caminhos que estes profissionais devem seguir em sua atuação. Trata-se de leis antigas, criadas no final da década de 1960 e início da década de 1970, época em que se fortaleceu a profissão da Orientação Educacional no Brasil, e que ainda estão em vigor, apesar de entendermos que necessitam serem revistas em alguns aspectos. A Lei 5.564 de 1968 provê sobre o exercício da profissão do orientador educacional. O artigo 1º desta lei determina que:

A orientação educacional se destina a assistir ao educando, individualmente ou em grupo, no âmbito das escolas e sistemas escolares de nível médio e primário visando ao desenvolvimento integral e harmonioso de sua personalidade, ordenando e integrando os elementos que exercem influência em sua formação e preparando-o para o exercício das opções básicas. (BRASIL, 1968).

O Decreto Federal 72.846 de 1973 surgiu para regulamentar a Lei de 1968. Além das atribuições privativas e participativas do orientador educacional, já descritas anteriormente na primeira seção, o Decreto também determina que

¹⁴ Designados pelo secretário de educação, os gestores de formação são classificados como cargos técnicos da Secretaria e atuam diretamente em cada frente de ação de sua especialidade e/ou função, promovendo formações e informações atualizadas, prestando assessoria técnica e acompanhamento pedagógico e/ou administrativo junto às equipes escolares. Atualmente existem na SME um gestor de formação para cada um das seguintes frentes de atuação: Coordenação Pedagógica, Orientação Educacional, Pedagogos Escolares, Pedagogos de AEE (Atendimento Educacional Especializado), Educação Física Escolar, Educação Musical, Formação de Professores (PEB I).

Art. 2º O exercício da profissão de Orientador Educacional é privativo:

I - Dos licenciados em pedagogia, habilitados em orientação educacional, possuidores de diplomas expedidos por estabelecimentos de ensino superior oficiais ou reconhecidos.

II - Dos portadores de diplomas ou certificados de orientador educacional obtidos em cursos de pós-graduação, ministrados por estabelecimentos oficiais ou reconhecidos, devidamente credenciados pelo Conselho Federal de Educação.

III - Dos diplomados em orientação educacional por escolas estrangeiras, cujos títulos sejam revalidados na forma da legislação em vigor. (BRASIL, 1973).

Para compor parte da nossa pesquisa, aplicamos um questionário aos orientadores educacionais que atuam na rede pública municipal de ensino em Franca, cuja análise será feita na próxima seção. Numa primeira leitura às respostas do referido questionário, dos 28 participantes da pesquisa, percebemos que somente uma pessoa indicou que possui habilitação específica em Orientação Educacional, embora no questionário aplicado não houvesse uma pergunta específica para esta informação.

Ainda de acordo com o Decreto de 1973, o artigo 5º afirma que

A profissão de Orientador Educacional, observadas as condições previstas neste regulamento, se exerce na órbita pública ou privada, por meio de planejamento, coordenação, supervisão, execução, aconselhamento e acompanhamento relativos às atividades de orientação educacional, bem como por meio de estudos, pesquisas, análises, pareceres compreendidos no seu campo profissional. (BRASIL, 1973).

Por este artigo, percebemos que tão importante quanto as atividades práticas dentro da escola, também devemos destacar o incentivo à formação continuada do orientador, para que se atualize profissionalmente através de estudos e pesquisas em sua área de atuação. A formação continuada dos orientadores educacionais em Franca está contemplada pela política educacional do município através de ações de capacitação profissional, oferecidas pela SME.

Outro importante documento que se relaciona ao trabalho do OrE é o Código de Ética da Orientação Educacional. Esse documento tem por objetivo estabelecer normas de conduta profissional para os orientadores educacionais que atuam nos estabelecimentos de ensino do país. O Código está registrado no livro de Atas número 02, da extinta Federação Nacional dos Orientadores Educacionais (FENOE), datado de 18 de novembro de 1978 e prevalece até os dias atuais.

É notável que os orientadores educacionais em atuação devem seguir os preceitos éticos descritos neste código no desenvolvimento do seu trabalho. Logo no *caput* do documento, lemos que “[...] somente pode intitular-se orientador educacional e, nesta

qualidade, exercer a profissão no Brasil, a pessoa legalmente habilitada, nos termos da legislação em vigor.” (FENOE, 1979). Porém, como já afirmamos anteriormente, os editais de concurso, para o provimento do cargo de orientador educacional no município de Franca, não exigem a habilitação específica em Orientação Educacional, mas apenas a graduação em Licenciatura plena em Pedagogia e três anos de experiência no magistério.

O referido Código de Ética traz como deveres fundamentais do orientador educacional:

- a) Exercer suas funções com elevado padrão de competência, senso de responsabilidade, zelo, discrição e honestidade;
- b) Atualizar constantemente seus conhecimentos;
- c) Colocar-se a serviço do bem comum da sociedade, sem permitir que prevaleça qualquer interesse particular ou de classe;
- d) Ter uma filosofia de vida que permita, pelo amor à verdade e o respeito à justiça, transmitir segurança e firmeza a todos aqueles com quem se relaciona profissionalmente;
- e) Respeitar os códigos sociais e expectativas morais da comunidade em que trabalha;
- f) Assumir somente a responsabilidade de tarefas para as quais esteja capacitado, recorrendo a outros especialistas sempre que necessário;
- g) Lutar pela expansão da Orientação Educacional e defender a profissão;
- h) Respeitar a dignidade e os direitos fundamentais da pessoa humana;
- i) Prestar serviços profissionais desinteressadamente em campanhas educativas e situações de emergência, dentro de sua possibilidade. (FENOE, 1979).

Dentre estes deveres, destacamos o item “[...] b. atualizar constantemente seus conhecimentos; [...]” (FENOE, 1979), como uma prerrogativa para a importância da formação continuada aos orientadores educacionais, fato que já vem sendo desenvolvido pela SME em Franca, e que atende também ao disposto no Estatuto do Magistério como um dos direitos dos educadores do município.

Dentre os deveres descritos pelo Código, também observamos a ênfase em valores morais e éticos importantes como: honestidade, responsabilidade, discrição, respeito, etc., valores estes que acabam se tornando também objeto de trabalho dos orientadores educacionais com os alunos na escola, sendo parte importante de sua prática a compreensão e o desenvolvimento destes valores junto às crianças.

Segundo o Código de Ética, o orientador educacional fica impedido de

- a) Encaminhar o orientando a outros profissionais, visando a fins lucrativos;
- b) Aceitar remuneração incompatível com a dignidade da profissão;
- c) Atender casos em que esteja emocionalmente envolvido, por certos fatores pessoais ou relações íntimas;
- d) Dar aconselhamento individual através da imprensa falada ou escrita;

- e) Desviar para atendimento particular próprio os casos da instituição onde trabalha;
- f) Favorecer, de qualquer forma, pessoa que exerça ilegalmente e, em desacordo com este Código de Ética, a profissão de Orientador Educacional. (FENOE, 1979).

O Código também trata, em seu Art. 3º, sobre o sigilo profissional, destacando que o OrE deve “Guardar sigilo de tudo que tem conhecimento, como decorrência de sua atividade profissional, que possa prejudicar o orientando.” (FENOE, 1979). Porém, este sigilo poderá ser quebrado quando a situação oferecer perigo iminente ao próprio orientando ou a terceiros. A ênfase no sigilo profissional também se encontra no Art. 6º, onde se afirma que o orientador educacional deve “[...] proteger a identidade do orientando, assegurando o sigilo dos dados que lhe dizem respeito.” (FENOE, 1979).

As relações profissionais com os orientandos, com os outros orientadores educacionais, com os profissionais de outras categorias, com a instituição empregadora, com a comunidade e com a entidade de classe também se constituem como assuntos versados pelo Código de Ética em questão. No que tange à relação do orientador educacional com a comunidade, fica determinado que o OrE tem como incumbência:

- Art. 15º - Facilitar o bom relacionamento Instituição X Comunidade.
- Art. 16º - Respeitar os direitos da família na educação do orientando.
- Art. 17º - Empenhar-se por uma crescente aproximação entre a família e a instituição. (FENOE, 1979)

A preocupação em desenvolver boas relações com as famílias dos alunos e com a comunidade constitui-se como uma das mais relevantes ações desenvolvidas pelo orientador educacional no contexto escolar e também como uma das ações mais estimadas entre os diretores das escolas. Para compreendermos a visão dos diretores das escolas sobre o trabalho da Orientação Educacional, aplicamos um questionário para cinco diretoras da rede municipal. Utilizamos, como critério de amostragem, o fato de cada uma delas ser gestora de uma escola sediada em regiões administrativas diferentes da cidade, conforme divisão proposta pela própria Secretaria da Educação (Norte, Sul, Leste, Oeste e Central). Apresentaremos a seguir a análise destes questionários, mas adiantamos que pudemos constatar que há uma unanimidade entre as diretoras pesquisadas de que o trabalho do orientador educacional deva estar voltado, principalmente, para o atendimento às famílias/comunidade, para o desenvolvimento de um bom relacionamento entre escola-família-comunidade.

Discorrendo ainda sobre as deliberações legais em relação ao trabalho do orientador, em escala municipal, existem também leis que determinam sobre a atuação e atribuição deste profissional nas escolas. As duas leis básicas do município que tratam sobre este assunto, já foram citadas, são a Lei 01/95 e o Estatuto do Magistério.

Sendo um profissional pertencente ao quadro do magistério, o Estatuto do Magistério determina que o orientador educacional tem em comum com os outros profissionais da educação os seguintes deveres:

- I. conhecer e respeitar as leis;
- II. preservar os princípios, os ideais e fins da educação brasileira, através do seu desempenho profissional;
- III. empenhar-se em prol do desenvolvimento do aluno, utilizando processos que acompanhem o progresso científico da educação;
- IV. participar das atividades educacionais que lhe forem atribuídas por força de suas funções;
- V. comparecer ao local de trabalho com assiduidade e pontualidade, executando suas tarefas com eficiência, zelo e presteza;
- VI. manter espírito de cooperação e solidariedade com a equipe escolar e a comunidade em geral;
- VII. incentivar a participação, o diálogo e a cooperação entre educandos, demais educadores e a comunidade em geral, visando à construção de uma sociedade democrática;
- VIII. assegurar o desenvolvimento do senso crítico e da consciência humana do educando;
- IX. respeitar o aluno como sujeito do processo educativo e comprometer-se com a eficácia de seu aprendizado;
- X. comunicar à autoridade imediata as irregularidades de que tiver conhecimento, na sua área de atuação ou às autoridades superiores, no caso de omissão por parte da primeira;
- XI. zelar pela defesa dos direitos profissionais e pela reputação da categoria profissional;
- XII. fornecer elementos para a permanente atualização de seus assentamentos, junto aos órgãos da administração;
- XIII. participar das atividades promovidas pela Secretaria de Educação. (FRANCA, 1998).

Ainda de acordo com esta mesma Lei, são direitos dos integrantes do quadro do magistério municipal:

- I. ter a seu alcance informações educacionais, bibliografias, material didático e outros instrumentos, bem como contar com a assistência técnica que auxilie e estimule a melhoria de seu desempenho profissional e ampliação do seu conhecimento;
- II. opinar sobre as deliberações que afetam a vida e as funções da unidade escolar e o desenvolvimento eficiente do processo educacional;
- III. dispor de condições de trabalho que permitam dedicação plena às suas tarefas profissionais e propiciem a eficiência e eficácia do ensino;
- IV. ter assegurada igualdade de tratamento;

- V. ter assegurada a oportunidade de frequentar cursos de formação, atualização e especialização profissional desde que compatível com a área de atuação do docente;
- VI. receber remuneração de acordo com a classe, nível de habilitação, tempo de serviço e regime de trabalho conforme o estabelecido por lei;
- VII. receber remuneração por serviços extraordinários, desde que devidamente convocados para tal fim, independentemente da classe a que pertença;
- VIII. participar como integrante do Conselho de Escola, dos estudos e deliberações que afetam o processo educacional;
- IX. considerando os elementos psico-pedagógicos, a realidade sócio-econômica da clientela escolar e as diretrizes da política educacional, ter liberdade na escolha e utilização de materiais, procedimentos didáticos e instrumentos de avaliação do processo ensino aprendizagem, com vistas a alcançar dois objetivos: respeito à pessoa humana e construção do bem comum;
- X. participar do processo de planejamento, execução e avaliação das atividades escolares. (FRANCA, 1998).

Junto às leis municipais, balizadoras do trabalho do magistério, e por conseguinte do trabalho do orientador educacional, há também um importante documento que versa sobre as funções e atribuições dos profissionais escolares. O Regimento Escolar, apesar de não ser uma lei oficial, é um dispositivo que trata da organização interna das escolas municipais da rede de ensino de Franca. Entre outros assuntos, o Regimento determina as atribuições de todos os profissionais que atuam dentro da escola. Trata-se de um documento que passa, periodicamente, por mudanças e adequações, conforme a realidade escolar. Em relação ao trabalho dos orientadores educacionais, o Regimento Escolar, que está sendo seguido atualmente, determina que são atribuições deste profissional:

- I. Planejar e desenvolver o Recreio Programado;
- II. Acompanhar, juntamente com os pais ou responsáveis a administração de medicamentos às crianças em período de aula;
- III. Participar do processo de integração Escola, Família e Comunidade;
- IV. Realizar devolutivas de casos atendimentos sistematicamente;
- V. Fornecer as informações necessárias para os responsáveis pelos Programas Sociais desenvolvidos na cidade;
- VI. Recorrer ao Conselho Tutelar e demais recursos da comunidade e outros parceiros, incluindo a Direção da Escola;
- VII. Participar das reuniões da categoria realizada pela Secretaria de Educação para discussão e reflexão da prática profissional;
- VIII. Realizar estudos e pesquisas na área da Orientação Educacional;
- IX. Participar na composição, caracterização e acompanhamento de turmas e grupos;
- X. Acompanhar o aluno quanto à assiduidade, pontualidade, saúde, higiene e uso do uniforme;
- XI. Planejar o acolhimento e o acompanhamento diário da entrada e saída dos alunos, com atividades diversificadas;

- XII. Intervir junto aos problemas relacionados a atrasos, tanto nas entradas, quanto nas saídas, tomando medidas cabíveis para a solução dos mesmos;
- XIII. Levantar dados sobre a criança;
- XIV. Ouvir, orientar e aconselhar o aluno segundo suas necessidades;
- XV. Registrar a entrada e saída de alunos fora do horário habitual, em material impresso ou caderno específico;
- XVI. Aceitar os educandos em seus aspectos positivos e negativos e, quanto a estes, orientá-los;
- XVII. Coordenar o processo de sondagem de interesses, aptidões e habilidades do educando, através de diagnósticos realizados para proceder aos atendimentos individuais ou em grupo, específicos da orientação educacional;
- XVIII. Sistematizar e viabilizar o processo de acompanhamento dos alunos, encaminhando a outros especialistas aqueles que exigirem assistência especial, em parceria com a equipe gestora da Escola;
- XIX. Planejar, implementar, avaliar e aperfeiçoar as ações para a Orientação Educacional segundo as necessidades dos alunos;
- XX. Atender e orientar pais ou responsáveis;
- XXI. Definir o conteúdo, forma ou modelo de bilhetes e comunicados, providenciando sua reprodução;
- XXII. Realizar visitas domiciliares, quando achar necessário, sempre acompanhados de um dos membros da equipe escolar, desde que autorizado pela Direção da Escola;
- XXIII. Socializar conhecimentos, material teórico e bibliográfico;
- XXIV. Atender às solicitações dos professores em sala de aula, de acordo com os projetos definidos no Plano de Ação, orientando e tomando providências necessárias;
- XXV. Receber informações procedentes dos professores comunicando a incidência de faltas dos alunos;
- XXVI. Orientar os professores e colaboradores na observação dos alunos, propondo ações dentro de sua competência;
- XXVII. Co-organizar e co-participar do planejamento e execução de promoções, festas e eventos escolares;
- XXVIII. Participar da composição de murais, painéis alusivos, eventos e datas comemorativas e temáticas do calendário escolar, em parceria com outros profissionais da equipe escolar;
- XXIX. Co-participar do Programa de Acuidade Visual juntamente com outro profissional da equipe escolar designado para este fim;
- XXX. Articular-se com os Professores, Pais, Equipe Interdisciplinar em Educação e demais colaboradores, para atingir as metas de trabalho;
- XXXI. Manter sigilo absoluto sobre as informações obtidas e, orientar demais profissionais envolvidos a mantê-lo também;
- XXXII. Co-participar dos processos de avaliação e recuperação dos alunos;
- XXXIII. Participar dos Conselhos de Ano/Classe;
- XXXIV. Atuar com a Equipe Interdisciplinar em Educação na elaboração das atividades do processo de ensino e aprendizagem;
- XXXV. Atender alunos, professores e familiares e promover ambiente de respeito, criatividade e inovação para garantir a sustentabilidade da Proposta Pedagógica de Escola. (FRANCA, 2017, p. 25-27)

Em uma leitura comparativa, das Leis Federais e Municipais mencionadas acima, com o Regimento Escolar, podemos perceber que este último traz um número muito maior de atribuições destinadas ao orientador educacional do que as leis diretamente superiores a ele.

Algumas das atribuições determinadas pelo Regimento não encontram respaldo nem nas leis municipais, nem nas leis federais que versam sobre o trabalho e as funções do orientador. Muito do que se dispõe no Regimento faz parte de uma criação cultural do ambiente escolar, ou seja, trata-se daquilo que se convencionou atribuir como responsabilidade do OrE, na rede municipal de Franca, mas que não encontra amparo legal ou teórico.

Considerando demasiadamente extensas as funções do orientador educacional descritas pelo Regimento escolar, em julho de 2018 os orientadores educacionais do município pesquisado se organizaram para estudar e debater sobre suas funções e elaboraram um novo texto sobre suas atribuições. Este texto foi apresentado por uma orientadora educacional, representante do grupo, em uma reunião na Secretaria Municipal de Educação que tratou, especificamente, sobre alterações e modificações do Regimento Escolar vigente. É válido ressaltar que todos os cidadãos puderam se manifestar sobre essas possíveis mudanças do Regimento através de processo de consulta pública, aberto no mês de julho de 2018, pelo site da prefeitura municipal de Franca.

O novo texto, pensado e escrito pelos orientadores educacionais, sobre as atribuições do cargo ficou bastante diferente do texto que ainda está em vigor. Ele condensou alguns incisos, retirou outros e ainda alterou a redação de outros incisos que davam abertura para duplas interpretações. A proposta de modificação das atribuições dos orientadores educacionais ficou assim definida:

- I. Participar do processo de integração Escola, Família e Comunidade;
- II. Programar as atividades do recreio e orientar os responsáveis pela execução;
- III. Realizar devolutivas de casos atendidos sistematicamente;
- IV. Colaborar com informações e realizar encaminhamentos aos responsáveis referente aos Programas Sociais e Rede de Proteção;
- V. Participar das reuniões da categoria realizada pela Secretaria Municipal de Educação para discussão e reflexão sobre a prática profissional;
- VI. Realizar estudos e pesquisas na área da Orientação Educacional, no intuito de planejar, implementar, avaliar e aperfeiçoar as ações na prática;
- VII. Participar do processo de identificação das características básicas da comunidade e clientela escolar;
- VIII. Acompanhar e orientar as famílias e os alunos por meio de um trabalho sistemático de prevenção e conscientização quanto a regras do ambiente escolar, princípios e valores;
- IX. Planejar, realizar e subsidiar reuniões, com pais de alunos, relacionadas a assuntos da Orientação Educacional;
- X. Atender às solicitações dos professores em sala de aula e orientá-los, de acordo com os projetos definidos no Plano de Ação, com os encaminhamentos realizados no Conselho de Ano e ocorrências;

- XI. Receber sistematicamente, dos professores, comunicado de falta dos alunos, orientar a família, fazer encaminhamentos pertinentes e retornar ao professor a devolutiva dos casos;
- XII. Orientar o professor sobre o procedimento de organização das atividades para a Compensação de Ausência e acompanhar a realização;
- XIII. Colaborar com os responsáveis do Programa de Acuidade Visual, enviados pela Secretaria da Educação e Secretaria da Saúde, durante a triagem e consulta;
- XIV. Colaborar com os processos de avaliação e recuperação integral dos alunos;
- XV. Subsidiar a criação e organização do Grêmio Estudantil, bem como acompanhar as ações de acordo com o Estatuto do Grêmio;
- XVI. Participar das reuniões administrativas, de Estudos Pedagógicos, Conselhos de Ano e demais;
- XVII. Contribuir para o cumprimento dos preceitos constitucionais, da legislação educacional em vigor e do Estatuto da Criança e do Adolescente como fundamentos da prática educativa;
- XVIII. Executar outras tarefas correlatas, determinadas pelo superior imediato. (FRANCA, 2018, 28-29).

Como podemos observar a proposta de reformulação das atribuições do orientador educacional elaborada pelos próprios orientadores ficou mais concisa e eliminou muita coisa que não faz parte da função deste educador. O processo de alteração do Regimento Escolar das escolas municipais de Franca ainda não foi concluído, portanto, essa alteração propostas pelos orientadores educacionais ainda não está em vigor. Porém, a reflexão e organização, desses profissionais sobre possíveis mudanças de suas funções e atribuições representa uma importante conscientização do grupo sobre a definição de seu trabalho, levando, necessariamente, a uma maior preocupação com o estudo sobre os temas da Orientação Educacional, contribuindo também para uma reflexão acerca do trabalho que desempenham na escola.

A existência de um espaço e momento reservados para a formação continuada são de extrema importância para atuação dos orientadores educacionais. São nesses espaços e momentos de reflexão e estudo sobre a prática que se aprimora o trabalho e se busca o embasamento necessário para conduzir a ação.

De acordo com a Lei 01/95, o OrE tem como atribuição executar tarefas correlatas determinadas por seu superior imediato. Na escola, o superior imediato dos orientadores educacionais é o diretor escolar. Portanto, o que este gestor pensa sobre o trabalho e o papel dos orientadores educacionais acaba tendo grande relevância sobre a sua prática. Na próxima seção, apresentamos a análise dos questionários e documentos que compõem esta pesquisa, dentre eles a análise dos questionários que foram construídos e aplicados a alguns diretores de escola para a compreensão desta questão.

6 A PERSPECTIVA DOS ENVOLVIDOS: ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO

Nesta seção apresentamos a análise de todos os dados colhidos através de questionários semiestruturados que construímos e aplicamos a alguns profissionais que estão diretamente envolvidos com o trabalho do orientador educacional, inclusive os próprios orientadores. Fizemos parte da pesquisa: cinco diretoras escolares escolhidas aleatoriamente, cada uma representando uma região administrativa diferente da cidade (Norte, Sul, Leste, Oeste, Centro), segundo critérios de divisão da Secretaria Municipal de Educação; a atual gestora de formação continuada dos orientadores educacionais, designada pelo secretário da educação para desempenhar tal função e 28 orientadores educacionais que atuam nas escolas públicas municipais de Franca/SP.

Além dos questionários, também apresentamos dados obtidos a partir da consulta aos documentos que reúnem os planos de trabalho com as propostas de temas para estudos nas reuniões de formação continuada da orientação educacional, realizadas entre 2007 e 2012.

Para a análise, tanto dos questionários quanto dos documentos, nos utilizamos da Análise de Conteúdo, segundo Laurence Bardin (2016). Os dados analisados revelam as influências e as características do trabalho e do papel que vêm sendo desempenhado pelos orientadores educacionais na rede pública municipal de ensino em Franca, contribuindo para a reflexão crítica deste ofício, a fim de contribuir para seu aperfeiçoamento.

6.1 O que pensam os diretores escolares sobre o papel dos orientadores educacionais nas escolas?

Considerando que o diretor escolar é o chefe imediato do orientador educacional nas escolas, e que, de certa forma, a visão daquele acaba determinando muito sobre as funções e atribuições deste, julgamos ser necessário analisar o que pensam os diretores escolares sobre o papel e o trabalho da Orientação Educacional na escola.

Para a composição deste item da pesquisa, construímos um questionário (Apêndice A) para ser aplicado aos diretores escolares da rede pública municipal de ensino em Franca/SP. Para tanto, como critério de amostragem, selecionamos aleatoriamente cinco diretoras de escola, cada uma representando uma diferente região administrativa da cidade, conforme divisão estabelecida pela Secretaria Municipal de Educação, sendo elas: região norte, sul, leste, oeste e região central. As gestoras representam uma amostragem de um universo total de 44 diretoras de EMEBs e EMEIs pertencentes à rede pública municipal de ensino.

As cinco diretoras¹⁵ que aceitaram participar da pesquisa são mulheres com faixa etária entre 33 e 45 anos. Todas são graduadas em Pedagogia, sendo que duas delas possuem também uma segunda formação acadêmica. Elas ocupavam o cargo de diretora de escola por nomeação direta do secretário da educação, sendo que três delas têm o cargo de origem como coordenadoras pedagógicas, uma como pedagoga escolar e outra como professora PEB I. Possuem de 7 a 25 anos de experiência na área da Educação, e como diretoras têm experiência profissional que varia de 1 a 13 anos no cargo.

Na análise das respostas às questões abertas que fizemos no questionário, realizamos uma categorização temática, segundo a análise de conteúdo descrita por Bardin (2016). A partir de cada pergunta, buscamos elucidar os pontos em comum entre as respostas das participantes, o que indica o que elas pensam sobre o papel e a atuação dos orientadores educacionais nas escolas em que são gestoras.

Na primeira pergunta do questionário, procuramos saber qual a opinião delas sobre o papel do orientador educacional dentro da escola. Quatro delas responderam que se trata de um papel muito importante, e todas discorreram sobre quais pontos de atuação do orientador consideram mais relevantes. Em uma divisão por categorias temáticas, as respostas à primeira pergunta podem ser classificadas segundo o quadro a seguir.

QUADRO 1 – O que pensam as diretoras sobre o papel do orientador educacional na escola

Questão 1: No seu entendimento, qual é o papel do Orientador Educacional dentro da Escola			
	Orientador como elo entre família-escola-comunidade	Realiza um trabalho diretamente voltado para o aluno	Verbos mencionados pelas gestoras que representam ações importantes do Orientador Educacional
GESTORA 1	“Elo que liga família, aluno e escola.” “[...] papel fundamental na comunidade escolar”	“[...] trabalhando com orientação dos alunos” “[...] desenvolvimento pessoal dos alunos” “[...] formação dos seus valores, atitudes, emoções e sentimentos.” “[...] resolver os seus conflitos”	Ouvindo; Dialogando; Ajudando; Trabalhando; Preocupando-se.

¹⁵ No ano de 2018, por decisão do Tribunal de Justiça do Estado São Paulo, a Prefeitura Municipal de Franca exonerou 215 cargos comissionados, dentre os quais, 44 diretores escolares da rede municipal de ensino. A decisão judicial declarou ilegal a nomeação dos diretores sem a realização de concurso público, recomendando a efetuação de processo seletivo para a regularização destes cargos, o que ainda não foi realizado pela prefeitura. Na ocasião da aplicação do questionário, as participantes da pesquisa também haviam sido exoneradas dos seus cargos de direção, porém, eram designadas pela Secretaria da Educação como “auxiliares de administração escolar” e, na prática, continuavam desempenhando as mesmas funções como diretoras nas unidades escolares.

	Orientador como elo entre família-escola-comunidade	Realiza um trabalho diretamente voltado para o aluno	Verbos mencionados pelas gestoras que representam ações importantes do orientador educacional
GESTORA 2	“Faz um elo entre a escola, os pais e a comunidade” “Precisa conhecer profundamente a comunidade”	(o OE) “[...] tem um papel fundamental com os alunos (de orientar mesmo)” “[...] tem que conhecer o limite com cada aluno.” “[...] tem que ter um olhar muito aprimorado do aluno”. “realizar o trabalho junto ao aluno com maestria.”	Orientar; Conhecer; Dialogar; Realizar;
GESTORA 3	“É o gestor que articula junto às famílias” “[...] cuida dos aspectos relacionados com as famílias.”	“Zela pela formação dos alunos como cidadãos” “[...] melhoria da aprendizagem dos alunos.” “[...] orientá-los nos aspectos da aprendizagem escolar, rendimento, frequência e comportamento” “Auxilia a compreender o comportamento dos alunos” “Auxilia no acompanhamento da frequência dos mesmos”.	Articula; Zela; Auxilia; Cuida.
GESTORA 4	(o papel do orientador) “[...] é olhar atentamente as questões relacionadas à vida escolar e à família”	“[...] aprendizagem do aluno.” “[...] ser suporte no desenvolvimento pessoal, moral e ético do aluno.”	Olhar; Observar; Investigar; Analisar.
GESTORA 5	“É ele a ponte entre a família e a escola”	“[...] tem como foco principal do seu trabalho os alunos” “[...] acompanhamento de frequência/ausência dos alunos” “[...] acompanhamento do Grêmio Estudantil”. “[...] resolução de conflitos entre alunos.” “[...] orientação aos alunos sobre diversos temas.”	Acompanhar; Resolver; Orientar.

Fonte: Elaborado por Flávia Pinheiro da Silva Colombini.

Na segunda pergunta do questionário, pedimos para que as gestoras elencassem quais funções do orientador educacional elas consideravam como principais. As respostas seguiram um padrão parecido com as categorias descritas nas respostas da pergunta anterior, havendo uma concordância de que o trabalho do orientador educacional deve estar direcionado, principalmente, a três esferas (alunos, família e comunidade), mudando apenas a ordem de importância que cada gestora deu a cada uma das funções.

QUADRO 2 – As principais funções do orientador educacional segundo as diretoras escolares

Questão 2: Quais funções do orientador educacional você elencaria como principais?				
CATEGORIAS	Em relação ao aluno	Em relação à família	Em relação à comunidade	Outras
GESTORA 1	“Acompanhamento da frequência dos alunos” (1º lugar) “Acompanhamento e orientação ao aluno com trabalho de prevenção e conscientização (2º lugar)	“Acompanhamento e orientação às famílias.” – (4º lugar) “Acompanhar e comunicar as famílias sobre alunos faltosos” (5º lugar)	“Participar do processo de caracterização básica da comunidade” – (6º lugar) “Participar do processo de integração Escola, Família e Comunidade” – (3º lugar)	“Fazer encaminhamentos referentes a Programas sociais e redes de proteção”. (7º lugar)
GESTORA 2	“Orientação específica aos alunos (orientar e acompanhar)” – (5º lugar)	“Atendimento às famílias”. – (3º lugar)	“Ter um olhar amplo da escola”. (7º lugar)	“Acompanhamento dos alunos nos momentos de entrada e saída e nos eventos da escola” (1º lugar) “Acompanhar de perto o trabalho do inspetor” – (2º lugar)
GESTORA 3	“Orientação aos alunos com relação aos temas transversais, principalmente os ligados à ética, comportamentos, normas e regras”. (1º lugar) “Acompanhamento da aprendizagem dos alunos, principalmente com relação à frequência e comportamento.” (2º lugar)	“auxiliando o professor a entender questões familiares”. – (3º lugar) “É ele que ouve e dialoga com os responsáveis” – (4º lugar)		

CATEGORIAS	Em relação ao aluno	Em relação à família	Em relação à comunidade	Outras
GESTORA 4	“Pesquisar e solucionar problemas relacionados ao corpo discente”. – (1º lugar) “Apoiar alunos em situações diversas”. – (2º lugar) “Exercer trabalho de prevenção através de orientações aos pais e alunos”. – (5º lugar)	“Exercer trabalho de prevenção através de orientações aos pais e alunos”. – (5º lugar)	“Conhecer a realidade da comunidade escolar” – (4º lugar)	“Ser mediador de conflitos” – (3º lugar)
GESTORA 5	“Escuta ativa dos alunos”. – (1º lugar)	“Constante parceria e comunicação com as famílias” – (2º lugar)		

Fonte: Elaborado por Flávia Pinheiro da Silva Colombini.

Na terceira questão, perguntamos qual a importância da Orientação Educacional dentro da escola e pedimos para justificar a resposta. Apesar da pergunta se assemelhar à primeira questão, a indagação era diferente. Enquanto na primeira investigamos a visão das gestoras sobre o que elas pensavam em relação ao papel do orientador na escola, na terceira pergunta era para discorrer sobre a importância da Orientação Educacional na escola. Pelas respostas, podemos inferir se as participantes da pesquisa consideram a Orientação Educacional importante ou não. Vale ressaltar que todas iniciaram suas respostas indicando o grau de importância que davam ao trabalho da Orientação Educacional da seguinte maneira:

QUADRO 3 – Grau de importância atribuído à Orientação Educacional pelas diretoras escolares

GESTORA 1	“Fundamental importância”
GESTORA 2	“Importante”
GESTORA 3	“Fundamental importância” / “peça-chave junto com os outros gestores”
GESTORA 4	“Extrema relevância”
GESTORA 5	“Suma importância para o bom funcionamento da escola”

Fonte: Elaborado por Flávia Pinheiro da Silva Colombini.

Como podemos observar, todas elas destacam a importância da Orientação Educacional dentro da escola, confirmando o que é apontado pelos teóricos da área. Porém duas gestoras relativizaram essa importância.

A primeira afirma que é importante

Gestora 1: “[...] quando o profissional, sabendo de suas funções, desenvolve com foco e parceria de toda equipe”.

Ou seja, pela resposta, inferimos que a gestora considera que, apesar de importante, nem todo orientador consegue desenvolver um bom trabalho, ou por não conhecer bem suas funções, ou por não haver parceria de todos da equipe.

A outra gestora considera que o trabalho da Orientação Educacional é importante

Gestora 3: “[...] quando o OrE tem consciência de toda a importância do seu papel e exerce com clareza suas funções.”

Ou seja, ela também relativiza a relevância deste trabalho, afirmando que nem todos os orientadores entendem o significado do seu papel e que por isso não conseguem desenvolver com clareza suas funções.

Diante das justificativas à terceira pergunta do questionário, também pudemos organizar as respostas por categoria, destacando os temas que foram mais mencionados pelas diretoras, obtendo o seguinte quadro:

QUADRO 4 – A definição da importância da Orientação Educacional para as diretoras escolares

Questão 3: Qual a importância da Orientação Educacional dentro da escola? Explique		
CATEGORIAS	Em relação ao aluno	Em relação à família
GESTORA 1	“[...] garantia do desenvolvimento pessoal e pedagógico dos alunos.”	
GESTORA 2	“[...] trabalha para o bom desempenho dos alunos. Ajuda os alunos no desenvolvimento pessoal [...].”	“[...] dinâmica coerente junto às famílias, trazendo a família para dentro da escola de forma tranquila, contribuindo na gestão participativa.”
GESTORA 3	“[...] ajuda a solucionar problemas que possam influenciar na aprendizagem.” “[...] sempre colaborando para a formação dos alunos.” “[...] compreende comportamentos e ajuda-os a agirem de forma adequada no convívio com os outros.” “[...] é comprometido com valores, atitudes, emoções e sentimentos.”	“[...] dialogar com as famílias com o intuito de descobrir pontos que podem ser motivadores de desempenhos inadequados.”

CATEGORIAS	Em relação ao aluno	Em relação à família
GESTORA 4	“[...] compreensão do comportamento das crianças, ajuda a solucionar problemas relacionados à saúde física e emocional dos alunos.”	
GESTORA 5	“Colabora para que os alunos sejam atendidos na sua totalidade.” “[...] nossos alunos [...] precisam ser ouvidos em seus anseios e angústias.”	

Fonte: Elaborado por Flávia Pinheiro da Silva Colombini.

Como podemos observar, nas respostas à questão 3, as diretoras mencionam a importância do trabalho da Orientação Educacional voltado para as questões socioemocionais que envolvem a vida pessoal e escolar dos alunos. Sobre esse assunto, Grinspun (2001a) assim como o Plano Municipal de Educação também afirmam que a escola e o orientador educacional devem se atentar a isto.

A prática do orientador, hoje, deve estar em procurar ajudar o aluno a construir o conhecimento, a facilitar as condições de aquisição desse conhecimento, promovendo as interações e toda a teia de relações que envolva o sujeito e o meio. Os sentimentos permearão todo o processo e o seu significado será valorizado na construção pretendida. É com esse desafio que o orientador, na prática, terá que lidar: ajudar o aluno, orientá-lo no sentido de permitir viver seus desejos, sonhos e paixões, que se inter-relacionam com os saberes, com os fazeres, com próprio conhecimento. (GRINSPUN, 2001a, p. 150).

A escola tem a necessidade de atentar-se para os problemas de ordem pedagógica, mas, as questões sócio-emocionais também são de sua responsabilidade quando estas interferem no processo de ensino e aprendizagem. Cabe ao Orientador Educacional, em caráter preventivo, o atendimento aos alunos e a orientação aos professores. (FRANCA, 2015, p. 46).

Na quarta pergunta do questionário, indagamos as diretoras sobre os reflexos que o trabalho do orientador educacional pode ter sobre a aprendizagem dos alunos. Duas delas afirmaram que os reflexos existem e que são positivos. As outras três gestoras afirmaram que os reflexos podem ou não ser positivos, dependendo da atuação dos orientadores.

GESTORA 2: “Se não for um olhar apurado (o reflexo) pode ser negativo”.

GESTORA 4: “Depende de como cada profissional conduz o seu trabalho”

GESTORA 5: “Quando pensamos em um OE comprometido com seu trabalho, os reflexos serão sempre positivos”.

Pela análise das respostas a esta pergunta, podemos destacar também trechos interessantes que revelam uma visão mais subjetiva do trabalho do orientador na escola.

QUADRO 5 – Reflexos do trabalho do orientador educacional na aprendizagem dos alunos, segundo as diretoras escolares

Questão 4: Você acha que o trabalho do orientador educacional pode ter reflexos, positivos ou negativos, na aprendizagem dos alunos? Justifique.	
GESTORA 1	“[...] não só o orientador educacional como todos da escola têm em suas mãos a responsabilidade de trabalhar com vidas.”
GESTORA 2	“[...] o orientador educacional trabalha com questões emocionais do aluno, então por isso ele precisa conhecer a realidade de vida e familiar daquela criança para saber como agir.”
GESTORA 3	“[...] é o orientador que consegue enxergar caminhos, rumos para o aluno que necessita.” “ [...] com uma simples conversa, o orientador resolve problemas de baixa estima, socialização, conflitos.” “ [...] um profissional que se dispõe a ouvir ou dialogar com as famílias e os alunos (...)”
GESTORA 4	“[...] tendo muito tato e comprometimento com sua profissão.”
GESTORA 5	“[...] este profissional saberá conduzir os diálogos e suas orientações sempre para o bem e o sucesso escolar dos alunos.”

Fonte: Elaborado por Flávia Pinheiro da Silva Colombini.

Pelas respostas podemos perceber que algumas gestoras destacam a habilidade do orientador em promover e conduzir os diálogos na escola. Sobre este assunto, a autora Denize Garcia (2005, p. 24, 26) afirma que

O trabalho do especialista em Orientação Educacional alicerça-se no diálogo, no vínculo, na troca de percepções, trabalhando afetividade e cognição como características interligadas aos indivíduos.

[...]

O diálogo entre orientador e orientados é a base para o estabelecimento de vínculos positivos, ou seja, uma ligação verdadeira e moral, responsável pelo aprofundamento de dados e veracidades nas trocas que serão estabelecidas.

Na última pergunta do questionário, procuramos investigar se existe integração do orientador educacional à equipe gestora das escolas e se existe participação dele nas decisões de caráter pedagógico da escola.

QUADRO 6 – Participação e integração do orientador educacional nas decisões de caráter pedagógico da escola, segundo as diretoras escolares.

Questão 5: Pautado em sua experiência como diretora de escola, existe integração do orientador educacional à Equipe Gestora da escola? Existe participação dele nas decisões de caráter pedagógico da escola? De que forma? Explique.		
	Participação do OrE nas decisões pedagógicas na escola	Integração do OrE à equipe gestora da escola
GESTORA 1	“[...] como integrante da equipe (o OE) traz conhecimentos e vivência de aluno, família e escola que são importantes para todas as decisões pedagógicas.”	“A integração entre orientador educacional e equipe é fundamental que aconteça (...)”
GESTORA 2	“O OE está envolvido no PPP (Projeto Político-Pedagógico) (...) ele coloca sua visão pedagógica.” “O OrE atua mais como um apoio pedagógico”	“[...] a integração do orientador educacional à equipe gestora é evidente, pois um profissional completa o trabalho do outro.”
GESTORA 3	“O orientador é muito importante nas decisões também pedagógicas (...) adequando intervenções pedagógicas para a melhoria do rendimento do aluno.”	“Semanalmente há a realização de Reuniões de Equipe onde há compartilhamento de funções.”
GESTORA 4	“[...] convidado a participar das decisões de cunho pedagógico.”	“em minha experiência (...) houve pouca integração do orientador com a equipe gestora (...)”
GESTORA 5	“Para ser orientador educacional é preciso ter formação em Pedagogia, então não vejo o porquê deste profissional se isentar de decisões pedagógicas.” “[...] participa de todos os momentos (...) Conselhos de Ano, reuniões pedagógicas e reuniões de equipe.”	“[...] a Orientador Educacional participa de todos os momentos (...)”

Fonte: Elaborado por Flávia Pinheiro da Silva Colombini.

Na questão 5, encontramos também outros pontos interessantes que foram mencionados por três diretoras participantes da pesquisa, expressando a singularidade do trabalho do orientador.

QUADRO 7 – Singularidades do trabalho do orientador observadas nas respostas das diretoras escolares

GESTORA 2	“[...]as questões pedagógicas em si está mais relacionado ao CP (coordenador pedagógico). [...] as questões pedagógicas específicas são do CP. [...] o olhar do OrE é muito importante para se compreender as questões relacionadas à vida deste aluno, o que pode ajudar a compreender seu insucesso.”
GESTORA 3	“[...] o OrE auxilia com os alunos que apresentam baixo rendimento, muitas vezes, apontando quais as causas do mesmo. Descobre crianças com problemas sociais, <i>bullying</i>, desnutrição, frequência inadequada que atrapalham o desempenho pedagógico das mesmas. Ainda auxilia o professor com relação aos caminhos que o mesmo pode tomar [...].”
GESTORA 5	“[...] em nossa escola temos um excelente exemplo de orientador educacional; ela é comprometida, interessada e sempre disposta a fazer o melhor pelos alunos e pela escola.”

Fonte: Elaborado por Flávia Pinheiro da Silva Colombini.

Enfim, é inegável que as diretoras consideram o orientador educacional um profissional de extrema importância para a escola e para o aluno. Elas consideram o trabalho da Orientação Educacional como uma peça fundamental, principalmente na ligação entre escola e família e entendem que estes profissionais devem estar mais próximos dos alunos, ajudando todos da equipe escolar a compreenderem o contexto social da comunidade em que a escola está inserida, assim como auxiliando os alunos a entenderem sua própria realidade. Lück (2013) entende a escola como um sistema aberto, onde os elementos que dela fazem parte (alunos, professores, funcionário, comunidade) se influenciam mutuamente. Daí a importância de uma atuação integradora da escola.

A ação da Orientação Educacional, no sentido de captar o mundo do aluno, seria se mobilizar e mobilizar a comunidade-escola e a comunidade maior, realizando a ponte escola-família-comunidade, conforme lhe confere a Lei 5692/71. Esta é uma das funções da Orientação Educacional. Então, eu vou me mobilizar, mobilizar a comunidade escola e mobilizar a comunidade circundante para que se investigue o mundo do aluno, naquilo que nos interessa, enquanto escola, instituição que tem a responsabilidade de transmitir o conhecimento historicamente acumulado e de criar novos conhecimentos. (NEVES, 1991, p. 32).

Aquilo que as diretoras pensam e definem como funções e atribuições do orientador educacional não se distingue do que está descrito pelas Leis 01/95 e Estatuto do Magistério ou

pelo Regimento Escolar. Porém, na prática, o trabalho destes profissionais se desvia um pouco daquilo que deveria ser suas prioridades. Posteriormente, pela análise dos questionários respondidos pelos orientadores educacionais, poderemos compreender a perspectiva deles em relação a esta questão. Porém, antes disso, buscamos compreender as influências recebidas por estes profissionais da formação continuada, como um importante instrumento definidor de suas ações na escola.

6.2 A formação continuada dos orientadores educacionais do município

Para compreender sobre o histórico da formação continuada dos orientadores educacionais no município de Franca, analisamos os documentos que nos trazem informações sobre as reuniões de formação continuada desenvolvidas entre os anos de 2007 e 2012 e aplicamos também um questionário à gestora responsável pela formação dos orientadores educacionais, no ano de 2018.

Os documentos analisados foram disponibilizados pela coordenadora desta pesquisa, que ocupava o cargo de coordenadora de ensino da Secretaria de Educação de Franca, durante o período analisado (2007-2012) e que ficou como responsável pela guarda desta documentação. Trata-se dos planejamentos anuais produzidos pela então gestora de formação daquele período, onde estão registrados os assuntos e temas que foram abordados nos encontros de formação dos orientadores educacionais, durante esses anos. Tais temas, que foram discutidos, estudados ou oferecidos como forma de treinamento aos orientadores da rede municipal, indicam também os conteúdos que foram mais privilegiados durante esses anos e que influenciaram o trabalho da Orientação Educacional no município.

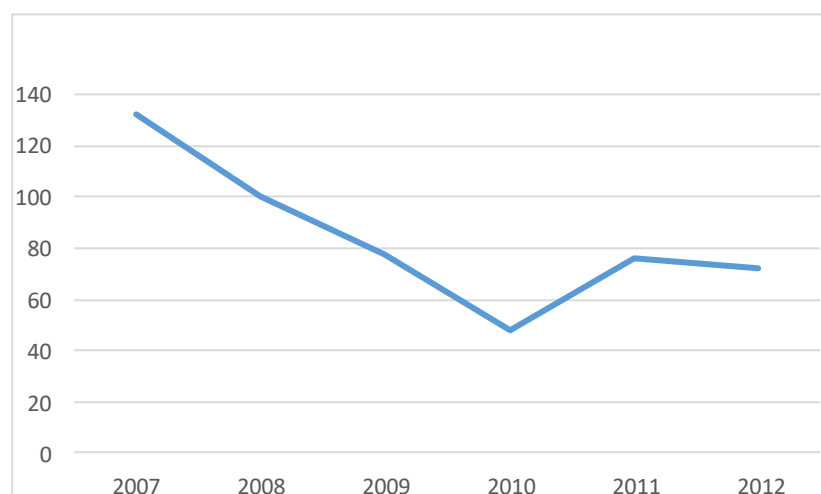
Já o questionário aplicado à gestora de formação da orientação educacional de 2018 (vide Apêndice B) foi construído por nós a partir de indagações que pudessem nos levar a compreender as referências atuais da formação continuada dos orientadores educacionais do município, assim como compreender também sobre o início do trabalho destes educadores, visto que a gestora que respondeu ao questionário faz parte do grupo dos primeiros orientadores educacionais concursados e contratados pela prefeitura para atuarem nas escolas da rede pública municipal de ensino.

6.2.1 Registros e tendências da formação continuada dos orientadores educacionais entre 2007 e 2012

A partir da análise dos Planos de Trabalho semestrais para a formação continuada do segmento da Orientação Educacional entre os anos de 2007 a 2012, pudemos construir alguns gráficos que ilustram melhor as informações contidas nesses documentos.

O gráfico a seguir demonstra a variação da quantidade de horas anuais dedicadas às reuniões de formação continuada dentro do período analisado, indicando uma diminuição destas horas com o passar dos anos.

GRÁFICO 1 - Horas anuais dedicadas às reuniões de formação na SME



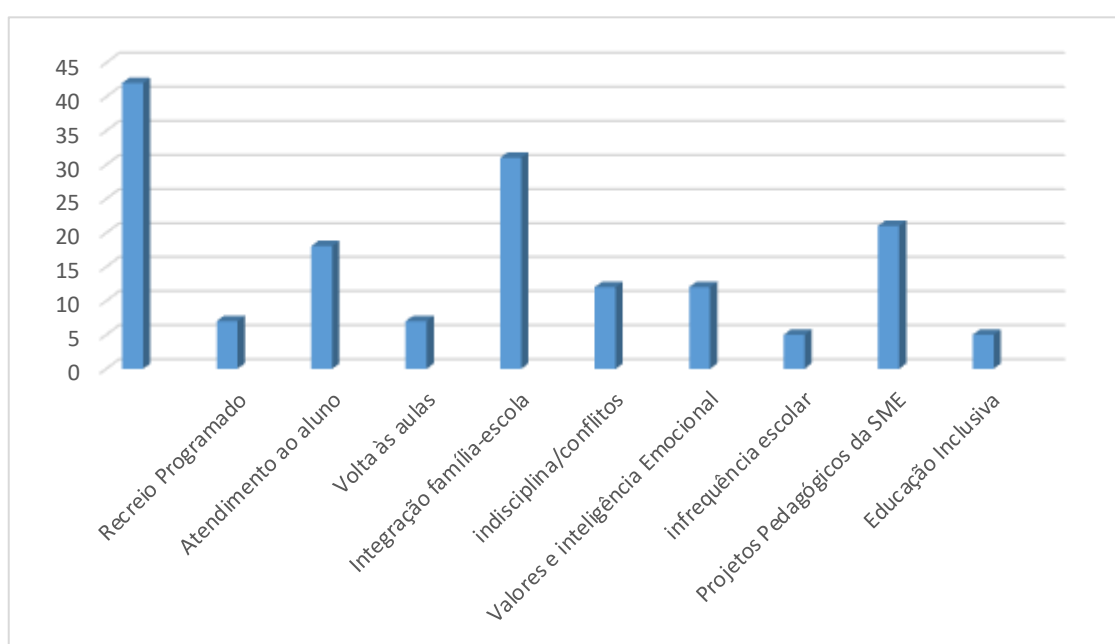
Fonte: Elaborado por Flávia Pinheiro da Silva Colombini.

Conforme as informações que constam nos planos de trabalho propostos pela gestora de formação continuada do período analisado, notamos que, em 2007, foram 132 horas anuais de reuniões de formação, em 2008 foram 100 horas, em 2009 78 horas, em 2010 48, em 2011 76 horas e em 2012 72 horas.

As reuniões de formação, tanto as do período atualizado quanto as que acontecem atualmente, têm duração de 4h e são realizadas na sede da Secretaria Municipal de Educação. Cada reunião aborda dois ou três assuntos, variando o tempo de dedicação ao estudo dos mesmos. Analisando os Planos de Trabalho propostos pela então gestora de formação, pudemos organizar uma categorização temática dos assuntos que foram mais abordados durante esse período. Segundo Bardin (2016, p. 135), “Fazer uma análise temática consiste em descobrir os ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação e cuja presença, ou

frequência de aparição, podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido.” A maior ou a menor frequência de aparição dos assuntos tratados, ao longo do período analisado, refletem a relevância que a gestora e o próprio grupo de orientadores educacionais do município deram a certos temas, indicando também as referências teóricas que influenciaram as formações. A partir da frequência de aparição dos temas durante os anos, pudemos construir o seguinte gráfico:

GRÁFICO 2 - Temas abordados nas reuniões de formação da Orientação Educacional entre 2007 e 2012



Fonte: Elaborado por Flávia Pinheiro da Silva Colombini.

A primeira coluna do gráfico indica o tema que obteve maior relevância dentro do período analisado. Os **Estudos e reflexões sobre a prática da orientação educacional** foram abordados 42 vezes. Dentro deste tema, encontramos estudos sobre as funções e atribuições do orientador educacional e seu envolvimento na prática escolar, planejamento, replanejamento e apresentação de ações desenvolvidas pelos orientadores educacionais nas escolas, a organização do trabalho e da documentação da orientação educacional, o papel e as contribuições do orientador educacional diante do contexto escolar, entre outros. A preocupação em enfatizar estes assuntos revela uma necessidade do grupo em compreender e refletir sobre suas práticas e funções, a fim de contribuir para o aprimoramento do seu trabalho, no cotidiano das escolas. A autora Olívia Porto (2009, p. 70) aponta sobre a importância de refletirmos sobre a nossa rotina para não sermos anulados por ela:

“Examinando a nossa prática quotidiana, percebemos que o nosso fazer está impregnado, muitas vezes, de uma rotina que, cada vez mais, nos distancia de uma ação refletida e que, conseqüentemente, limita a nossa capacidade de ver, sentir e agir cientificamente”

O segundo tema mais abordado refere-se à coluna descrita como **Integração família-escola**, mencionado nos planos de trabalho 31 vezes. Estudos acerca deste tema apareceram 31 vezes, durante os seis anos (2007-2012). Nos assuntos estudados, podemos observar uma grande preocupação em fazer da família uma aliada ao processo de educação e aprendizado dos alunos, buscando aprender como atender, integrar, interagir e orientar as famílias neste processo. A ênfase na relação família-escola é quase uma unanimidade entre os teóricos da Orientação Educacional que destacam a importância do conhecimento da realidade familiar do aluno como ponto de partida para o trabalho educacional. “A proposta essencial desse trabalho é integrar a escola, a família e a comunidade, possibilitando uma maior qualificação para a vida, para o trabalho e para o exercício mais consciente da cidadania.” (PORTO, 2009, p. 32).

O terceiro tópico mais trabalhado nas reuniões de formação, tendo aparecido como proposta de trabalho 21 vezes, foi **Projetos Pedagógicos da SME**. Este tema relaciona-se ao treinamento dos orientadores educacionais para compreenderem e colaborarem no desenvolvimento dentro da escola dos projetos pedagógicos criados pela Secretaria Municipal de Educação de Franca. Estudos sobre o Referencial Curricular do Município, metas, sondagens, sistemas de avaliação da rede e avaliações externas, como Prova Brasil e SARESP, apareceram 21 vezes. A dedicação a estes temas reflete a preocupação em integrar o orientador educacional às propostas pedagógicas da rede, sugerindo o reconhecimento deste profissional como um especialista da educação e integrante da equipe gestora das escolas.

Logo em seguida, está o tópico que se relaciona ao **Atendimento de alunos**, mencionado 18 vezes como tema de estudo das reuniões de formação. Este tema engloba tanto o atendimento individual como o atendimento em grupo dos alunos que necessitam de um “olhar especial” da orientação educacional. Grinspun (2001a) afirma que atualmente a Orientação Educacional não deveria mais estar voltada apenas para o atendimento dos “alunos-problemas”, mas que todos os alunos da escola devem ser considerados pelo trabalho do orientador educacional. Porém, no cotidiano escolar, o orientador acaba sendo muito solicitado, principalmente pelos professores, para atender os alunos que não se adequam às regras ou que estejam fora dos padrões de comportamento e aprendizagem desejados. Este fato talvez explique a ocorrência deste tema ter sido trabalhado 18 vezes nas reuniões de formação, ao longo dos seis anos analisados. Porém, segundo Lück (2013), a orientação direta

ao aluno tem os seus problemas, pois é carregada de características psychologizantes, dando muita ênfase ao indivíduo e aos seus “desvios” de comportamento e aprendizagem.

Empatados em quinto lugar estão os temas descritos como **Indisciplina/conflitos e Valores e Inteligência Emocional** que foram abordados 12 vezes cada. A incidência do tema **Indisciplina/conflitos** indica, mais uma vez, que faz parte da cultura organizacional escolar associar a figura do orientador educacional à função de resolução de conflitos ou àquele educador que tem a responsabilidade de tentar minimizar os casos de indisciplina ou agressividade dos alunos na escola.

Em relação ao tema **Valores e inteligência Emocional**, que foram trabalhados também 12 vezes nas reuniões de formação, estão os textos e estudos relacionados ao combate ao *bullying*, ao trabalho com valores, a influência dos aspectos socioafetivos nas relações de aprendizagem, etc. É notório, nos últimos anos, que os teóricos da Educação têm chamado a atenção para a importância de um processo educativo pautado também sobre as questões afetivas e emocionais que englobam os alunos, assim como a construção de valores humanos e socioculturais importantes, e não mais em um processo que privilegie apenas o aspecto cognitivo. Como afirma Grinspun (2001b, p. 49)

O momento atual na Orientação está direcionado para compreender o desenvolvimento do aluno, do homem, do ponto de vista cognitivo, da afetividade, da tomada de decisão, da sua inserção social. Pretende-se buscar a totalidade de conhecimento do aluno que está se desenvolvendo como pessoa, construindo sua personalidade e participando consciente e ativamente de sua própria história de vida. Queremos, como orientadores, atuar junto ao aluno, no cotidiano da escola, valorizando todas as ações que formam o seu “contexto social”; a parte cognitiva é importante na escola, mas também o é a construção afetiva, subjetiva em que se apoiam os valores, ideias e ideais, em conjunto com os aspectos objetivos.

Recreio Programado e Volta às aulas apareceram sete vezes cada, seguidos pelo tema **Infrequência escolar e Educação Inclusiva**, abordado cinco vezes cada. Apesar de não terem sido amplamente trabalhados, na rede municipal de Franca, nas escolas, estes temas são entendidos como assuntos de responsabilidade direta do orientador educacional. O Recreio Programado, criado inicialmente como um projeto comum da Orientação Educacional no município, consiste, basicamente, em aprender e desenvolver técnicas e instrumentos para a implementação de jogos e brincadeiras dirigidos para os alunos, durante o recreio. O tema Volta às aulas engloba ações que possam contribuir para a acolhida e adaptação dos alunos à escola no início do ano letivo e o tema Infrequência escolar está relacionado às técnicas, procedimentos e ações que devem ser desenvolvidos e tomados pelo orientador diante dos

casos recorrentes de alunos infrequentes, ou seja, com assiduidade abaixo da média permitida por lei. Sobre a temática da Educação inclusiva, os orientadores educacionais receberam formação para identificar e poder intervir pedagogicamente junto aos alunos que apresentam algum tipo de dificuldade de aprendizagem, segundo as definições específicas da Educação Inclusiva.

Esses foram os temas mais trabalhados ao longo dos seis anos analisados (2007-2012), influenciando a atuação dos orientadores educacionais do município, que direcionaram seu trabalho para o atendimento e o desenvolvimento destes temas nas escolas, criando, portanto, a ideia de que alguns assuntos específicos, como os citados acima, são responsabilidade direta do orientador, significando, inclusive, uma caracterização de trabalho deste grupo.

6.2.2 A formação continuada dos orientadores educacionais no município de Franca sob a perspectiva do gestor de formação da SME

Para compreender sobre as características da formação continuada desenvolvida mais recentemente, aplicamos um questionário à atual gestora responsável pelas reuniões de formação do segmento da Orientação Educacional na Secretaria Municipal de Educação de Franca/SP. O questionário semiestruturado, com perguntas discursivas, foi construído com o objetivo de entender a trajetória da formação continuada desse segmento, assim como suas características e influências teóricas atuais, tendo em vista que sempre foi desenvolvida por gestores de formação nomeados pela SME (Apêndice B). A análise do referido questionário também foi feita a partir da metodologia de análise de conteúdo, segundo Bardin (2016).

A gestora de formação respondente da pesquisa é uma das orientadoras educacionais mais experientes do grupo, possui 23 anos de experiência na área da Educação, atuando como orientadora desde 1996, quando ocorreu o primeiro concurso para este cargo. Portanto, por trabalhar como orientadora educacional do município desde o início do cargo, a gestora participou diretamente da construção deste ofício na rede de ensino em Franca, sendo uma experiência significativa para nossa pesquisa.

A atual gestora de formação continuada da Orientação Educacional¹⁶ possui graduação em Pedagogia, com habilitação em Orientação Educacional e nos informou que foi

¹⁶ O referido questionário foi construído e aplicado em 2018. A participante da pesquisa ocupava a função de gestora de formação continuada da Orientação Educacional há poucos meses. A designação para este cargo varia de acordo com o perfil selecionado pelo secretário de educação do município, não sendo um cargo concursado. Desde o início das atividades de Orientação Educacional nas escolas da rede municipal de ensino

convocada, com outros nove candidatos aprovados, para ocuparem as 10 vagas em escolas da rede que haviam sido disponibilizadas na época, em 1996. Ela relatou, também, que nesse período não houve formação inicial para nenhum dos orientadores educacionais que estavam ingressando e que também não havia formações continuadas. Segundo ela, houve apenas uma reunião com uma orientadora educacional que atuava na Secretaria da Educação e que passou algumas informações e orientações para todos. A gestora afirmou que não tem muita certeza, mas acredita que as formações continuadas oferecidas pela SME começaram no ano de 2003, com regularidade de encontros mensais, sendo coordenadas pela equipe da Assistência Social da Secretaria Municipal de Educação.

Diante da pergunta: “Você observa mudanças e permanências no trabalho da OE ao longo dos anos? Quais?”, a gestora nos forneceu a seguinte resposta:

GESTORA DA FORMAÇÃO CONTINUADA - Sim. A formação da Orientação Educacional nunca seguiu uma linha teórica da Orientação. Muitas vezes, a gente seguia como função e linha de trabalho aquilo que era estabelecido pelo diretor. Na minha formação em pedagogia fiz especialização em Orientação Educacional, onde a base teórica definia a Orientação Educacional como um trabalho preventivo, atendendo alunos de maneira individualizada. Porém, ao começar a trabalhar na área, não identifiquei esse segmento de trabalho. No início, por seguir muito as determinações de minha chefe imediata (diretora) direcionei meu trabalho para a questão assistencialista e disciplinadora. Com as formações a mente foi expandido, mudou a linha de pensamento dos próprios orientadores, onde se pensa mais em desenvolver um trabalho preventivo, baseado em valores. Depois das formações desenvolvidas pelas assistentes sociais, veio a formação da Marta, que era psicóloga, seguindo uma linha Socioconstrutivista. As formações tinha enfoque nos atendimentos em grupo com um forte viés da Psicologia, como um atendimento terapêutico. Mas, devido à falta de conhecimento e de suporte teórico da psicologia por parte dos orientadores, esse tipo de atendimento não dava certo. A gente identificava os problemas psicológicos que podiam estar interferindo no comportamento e na aprendizagem do aluno, mas não conseguíamos avançar. Em 2015, o Orientador Educacional L.C.A, assume as formações da Orientação Educacional, sendo a primeira vez que um orientador torna-se formador desse seguimento.

Pela resposta da gestora, percebemos que os diretores de escola tinham e ainda têm uma grande influência na definição das funções do orientador educacional, sendo seu chefe imediato dentro da escola. Podemos inferir, também, que a gestora reconheceu a existência de várias formas de atuação da Orientação Educacional como o trabalho preventivo, o atendimento individualizado de alunos, a característica assistencialista e disciplinadora que se

pode dar ao trabalho da orientação, os atendimentos de alunos feitos em grupo e a influência da Psicologia que os estudos de formação tiveram, durante um certo tempo. Destacamos, também, que a informação nos foi dada por ela de que o primeiro orientador educacional pertencente ao grupo foi convidado para ser gestor de formação deste segmento apenas em 2015. Até então as formações eram coordenadas por profissionais que não conheciam a realidade de trabalho vivida pelos orientadores nas escolas.

Perguntada sobre sua proposta de trabalho na atual gestão da formação continuada dos orientadores educacionais, ela respondeu que procura

GESTORA DA FORMAÇÃO CONTINUADA- [...] enfatizar o trabalho preventivo dos orientadores educacionais,

afirmando que

GESTORA DA FORMAÇÃO CONTINUADA - [...] a gente tem que trabalhar com o aluno, com o professor e com a família.

Ela afirmou também que sempre procura

GESTORA DA FORMAÇÃO CONTINUADA - [...] atender uma demanda dos orientadores educacionais baseado nas expectativas que foram dadas por eles no começo do ano,

Definindo, como temas das reuniões de formação, assuntos que foram pedidos pelos próprios orientadores em um questionário diagnóstico de trabalho feito por ela no início do ano letivo. Perguntamos ainda se ela achava que havia aspectos na formação que podiam ser melhorados, como uma autoavaliação do seu trabalho. Ela afirmou que podiam sim ser melhorados em muitos aspectos. Para ela, as formações deveriam ter

GESTORA DA FORMAÇÃO CONTINUADA - [...] estudos mais aprofundados para a área de Orientação.

Afirmou, ainda, que defende

GESTORA DA FORMAÇÃO CONTINUADA - [...] uma linha de atuação da Orientação Educacional

Ela também acredita que

GESTORA DA FORMAÇÃO CONTINUADA - [...] deveria existir uma definição que viesse mais do alto, tipo da SME, orientando como fazer ou como organizar nossa atuação.

Na próxima pergunta, procuramos saber qual a visão da gestora sobre o grupo dos orientadores educacionais geridos por ela, com relação à atuação destes nas escolas.

GESTORA DA FORMAÇÃO CONTINUADA - Pela indefinição de nossa função, o orientador não faz o que deveria fazer, mas o que é nossa função? Muitas pessoas não sabem qual a nossa verdadeira função e falam que os orientadores não fazem. A falta dessa linha de atuação causa uma insatisfação geral no grupo, inclusive em mim. O grupo é um grupo engajado, coerente, não são leigos, entendem e têm conhecimento do que fazem, é um grupo em que eu tenho que me preparar pra gerir. É um grupo que traz muito conhecimento de forma geral.

Pela resposta, notamos que existe uma insatisfação por parte da gestora com a falta de definição de uma linha de atuação da Orientação Educacional, e que esta insatisfação é também um reflexo do que pensa o grupo de orientadores. Segundo ela, existe uma indefinição inclusive da função do orientador e que muitas pessoas na escola pouco conhecem sobre o seu trabalho e que por isso criticam ou acusam os orientadores de não cumprirem com seu papel. Neste ponto, a fala da gestora contempla a ideia de Maia e Garcia (1995, p. 9), ao afirmarem que a Orientação Educacional, “Por não ter surgido de uma necessidade percebida na escola e pela escola, sua trajetória caracteriza-se pela indefinição e, conseqüentemente, pelo descrédito.”

Perguntamos também se a gestora encontrava dificuldades no desenvolvimento do seu trabalho como gestora e quais seriam estas. Ela afirmou que sim e que acreditava que a SME

GESTORA DA FORMAÇÃO CONTINUADA - [...] deveria ter uma política de formação para os formadores [...], ofertando cursos e incentivos, inclusive financeiros, em pós-graduação, disponibilizando verbas e tempo para nos permitir a buscar parcerias fora da SME que incrementasse nossa atuação, dando embasamento teórico para nossas funções.

Por fim, perguntamos se ela teria alguma consideração ou sugestão a fazer sobre o trabalho dos orientadores educacionais no município.

GESTORA DA FORMAÇÃO CONTINUADA - É um trabalho que tem muito a evoluir. Tem que mudar a mentalidade dos profissionais da escola em relação à Orientação que nos vem como inspetores de luxo. Nós somos profissionais especialistas da Educação, uma função fundamental pra escola e com o direcionamento certo temos muito a contribuir. Mais uma vez enfatizo que o trabalho da Orientação é o trabalho preventivo, voltado para valores morais e éticos e o trabalho com valores socioafetivos são a base do nosso trabalho.

Há, nessa resposta, um desconforto com uma fala muito comum na cultura escolar do município, onde as pessoas costumam afirmar que o orientador educacional nada mais é do que um “inspetor de luxo”, isto porque, muitas vezes as funções do orientador definidas pelo Regimento Escolar se assemelham muito às funções do inspetor de alunos. Este desconforto se explica não pelo desmerecimento do trabalho do inspetor, que acima já foi destacado como um trabalho de grande importância para a escola, mas sim pela falta de valorização do orientador educacional como um especialista da educação.

Pela resposta a essa pergunta, percebemos também a ênfase dada pela gestora à realização de um trabalho preventivo. Segundo Grinspun (2001a), o trabalho da Orientação Educacional passou por três fases distintas: houve a fase romântica, onde se acreditava que a Orientação por si só resolveria todos os problemas dos alunos – baseada no ajustamento, no modelo perfeito de aluno e de pessoa a ser seguido; houve também a fase objetiva, que definia a Orientação como uma prestadora de serviço, sendo o conceito-chave desta fase o da prevenção. Era preventiva, pois se adiantava em todas as circunstâncias para que não houvesse conflitos entre os atores escolares. Por fim, a fase atual, definida como fase crítica, onde se procura ajudar o aluno como um todo, com seus problemas e o significado desses problemas junto ao momento histórico em que ele vive, não buscando eliminar os conflitos, mas buscando resolvê-los, não sem antes compreendê-los, aceitando o fato de que eles fazem parte da nossa vida. Portanto, na fase atual da orientação educacional, devemos encarar os conflitos não como algo a ser evitado, mas como algo que faz parte do contexto social em que se vive, e na construção de soluções onde se criam oportunidades ricas de aprendizagem.

Se eu penso a sociedade criticamente, não vou mais ver como disfunção as suas contradições. Não vou fugir de reconhecer os conflitos e as contradições desta sociedade. Nem vou tampouco fazer o que a gente faz num determinado momento que é “prevenir”. Não vou exercer uma ação preventiva pois já está claro pra mim o que está subjacente à chamada ação preventiva. Ação preventiva pressupõe o desajuste, a disfunção, a doença, a anormalidade, o distúrbio e pretende a volta à “normalidade”, ao “equilíbrio”, à “harmonia”. Ao contrário, agora eu vou explicitar as contradições, vou trabalhar as contradições, única possibilidade de superá-las, atingindo uma nova síntese provisória. É uma outra forma de pensar e de agir. (NEVES, 1991, p. 27).

O destaque dado pela gestora aos valores morais, éticos e socioafetivos também foi observado nos documentos que registram as reuniões de formação entre 2007 e 2012, analisados anteriormente. A relevância de se trabalhar com as questões afetivas e emocionais

que envolvem a vida escolar e cotidiana do aluno também é apontada pelos teóricos da Orientação Educacional como um desafio a ser alcançado dentro da escola.

“A prática do orientador deverá valorizar a criatividade, respeitar o simbólico, permitir o sonho, recuperar a poesia. O conhecimento não exclui o sentimento, o desejo e a paixão. Precisamos encontrar em cada um de nós esse espaço e, simplesmente, deixá-lo existir.” (PORTO, 2009, p. 74).

Para compreender a realidade prática do trabalho dos orientadores educacionais no município de Franca/SP, partimos para a análise dos questionários respondidos por eles, buscando compreender suas próprias perspectivas em relação ao universo pedagógico e profissional, construído a partir de suas atuações na escola.

6.3 O universo pedagógico dos orientadores educacionais: a prática, a vivência e a visão dos principais atores da pesquisa

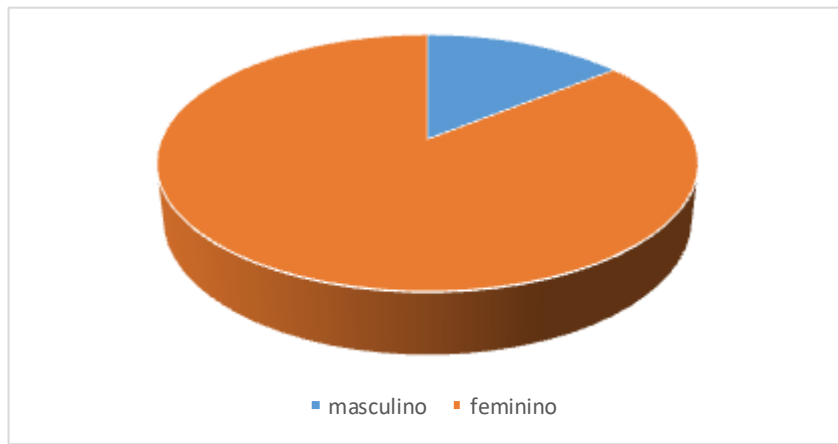
Para melhor compreender o trabalho desenvolvido pelos orientadores educacionais nas escolas de Franca/SP, construímos um questionário semiestruturado composto por questões objetivas e discursivas e aplicamos a estes educadores municipais (Apêndice C), servindo como fonte para a investigação e análise da realidade prática em que se encontram. O objetivo da aplicação deste questionário foi analisar a atuação e as contribuições destes profissionais dentro do contexto escolar, segundo a perspectiva dos mesmos, verificando as visões, anseios, angústias, frustrações e expectativas destes educadores frente ao universo pedagógico, profissional e social em que se inserem, tendo em vista também as atribuições do seu ofício.

Procuramos, também, compreender as particularidades vividas pelos orientadores educacionais em suas práticas diárias, nas escolas que atuam. Devido ao grau de complexidade e de subjetividade das informações coletadas, o método de análise escolhido para as questões discursivas do questionário foi o método qualitativo. Diante de um universo restrito como o nosso, todas as variáveis analisadas terão como objetivo entender as complexidades que envolvem o trabalho desses educadores, portanto, toda nossa pesquisa se insere na descrição de uma pesquisa qualitativa, de acordo com as definições de Gunther (2006). Para Chaer, Diniz e Ribeiro (2011), a pesquisa qualitativa é a mais indicada quando se busca uma melhor compreensão teórica e conceitual de temas que ainda não têm um conhecimento adequado e que possam auxiliar na construção do objeto estudado. Porém, a análise dos questionários também nos forneceu dados quantitativos importantes e que, do mesmo modo, foram considerados na análise e interpretação das respostas.

Como metodologia de análise dos questionários, nos utilizamos novamente da Análise de Conteúdo descrita por Bardin (2016). À semelhança do que fizemos na análise dos questionários aplicados às diretoras de escola, demonstrada no item anterior, categorizamos as respostas às questões abertas do questionário dos orientadores, em uma divisão temática, a partir da constatação de frequências de ocorrências.

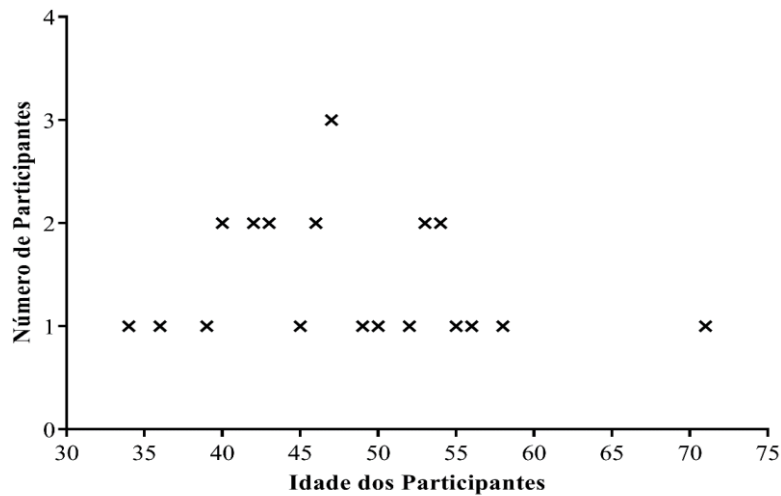
Iniciamos a análise destes questionários apresentando o perfil dos orientadores educacionais que atuam nas escolas municipais de Franca/SP. Os gráficos a seguir apresentam o gênero sexual declarado pelos participantes da pesquisa e a idade dos mesmos.

GRÁFICO 3 - Gênero sexual declarado pelos orientadores participantes da pesquisa



Fonte: Elaborado por Flávia Pinheiro da Silva Colombini

GRÁFICO 4 - Idade dos orientadores educacionais participantes da pesquisa

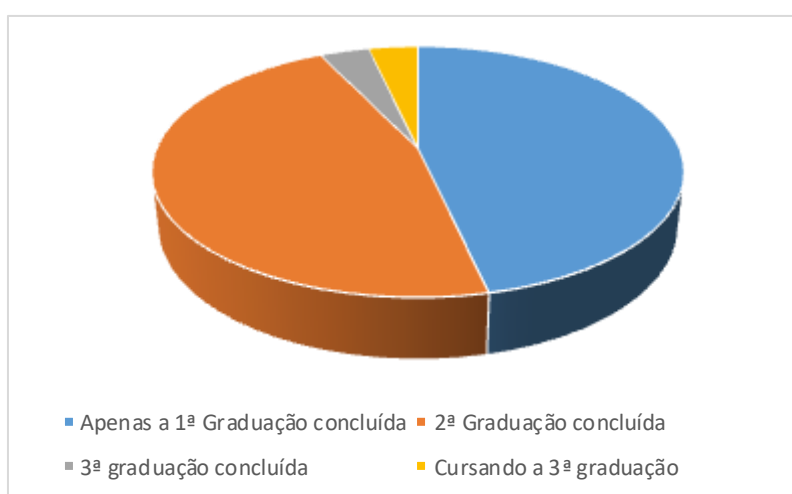


Fonte: Elaborado por Flávia Pinheiro da Silva Colombini

Os dados comprovam que se trata de um grupo majoritariamente feminino, com idades que variam de 34 a 71 anos. Sobre a predominância feminina na área educacional, podemos referenciar os estudos de Souza (2006 *apud* MARQUETI, 2016) que afirma que a maciça presença das mulheres nos ambientes escolares se relaciona com uma concepção de que o processo educativo desenvolvido nas escolas seja uma continuação do processo educativo familiar, que sempre esteve sob orientação das mulheres.

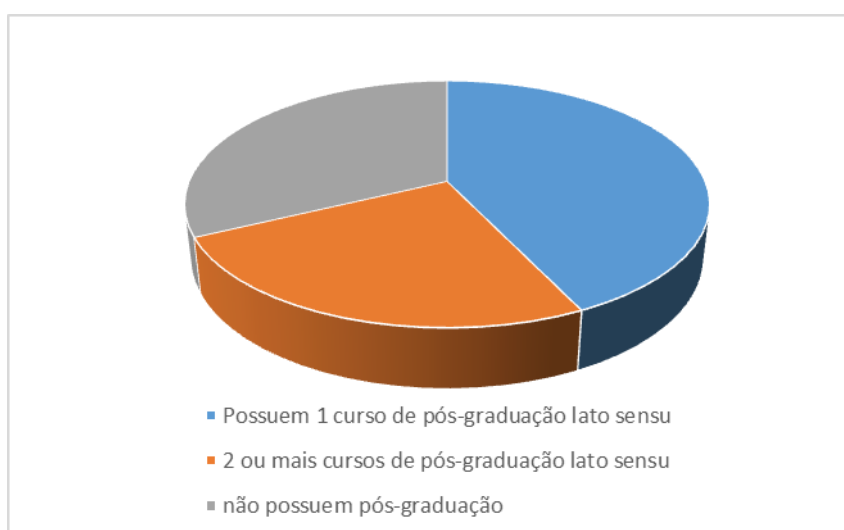
Os Gráficos 5 e 6 apresentam os dados sobre a formação acadêmica do grupo.

GRÁFICO 5 - Graduação dos orientadores educacionais



Fonte: Elaborado por Flávia Pinheiro da Silva Colombini

GRÁFICO 6 - Participantes da pesquisa que possuem pós-graduação



Fonte: Elaborado por Flávia Pinheiro da Silva Colombini

Os dados fornecidos pelas respostas às perguntas relacionadas à formação acadêmica e aos cursos de pós-graduação que os orientadores educacionais possuem nos revelaram que dos 28 orientadores educacionais, participantes da pesquisa, todos possuem graduação em Pedagogia (Licenciatura Plena), sendo que 13 deles possuem apenas esta graduação, outros 13 possuem duas graduações, um possui também uma terceira graduação e um está cursando a sua terceira graduação. Em relação aos cursos de pós-graduação dos orientadores, 12 deles possuem um curso de pós-graduação *lato sensu* (todos na área da Educação), sete orientadores possuem dois ou mais cursos de pós-graduação *lato sensu* (também na área da Educação) e nove participantes não possuem nenhum curso de pós-graduação. Por estes dados, constatamos que se trata de um grupo com suficiente preparo teórico para o desempenho de suas atividades como educadores.

Em relação ao tempo de experiência profissional, os gráficos a seguir indicam que a maioria dos participantes da pesquisa possui muitos anos dedicados às atividades educativas e também à Orientação Educacional.

GRÁFICO 7 - Tempo de experiência na área de educação (em anos)

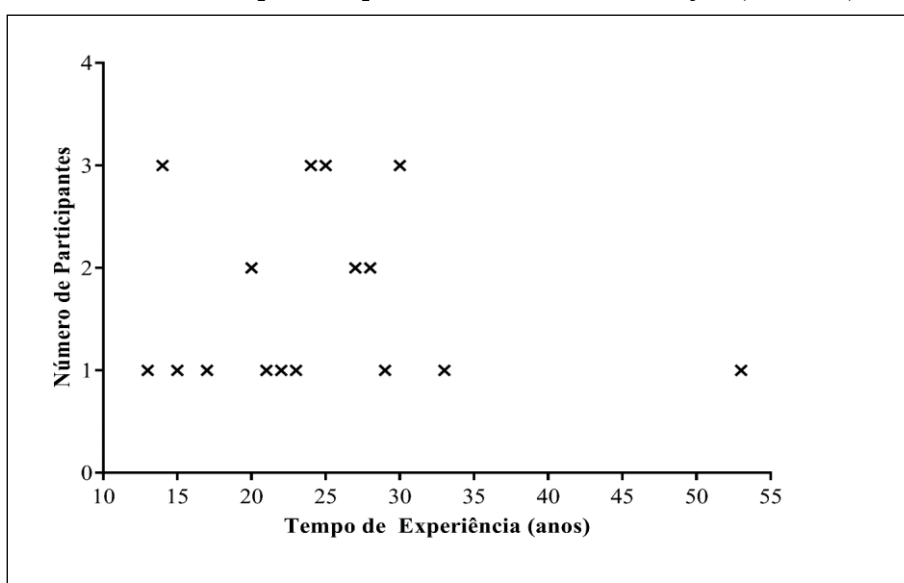
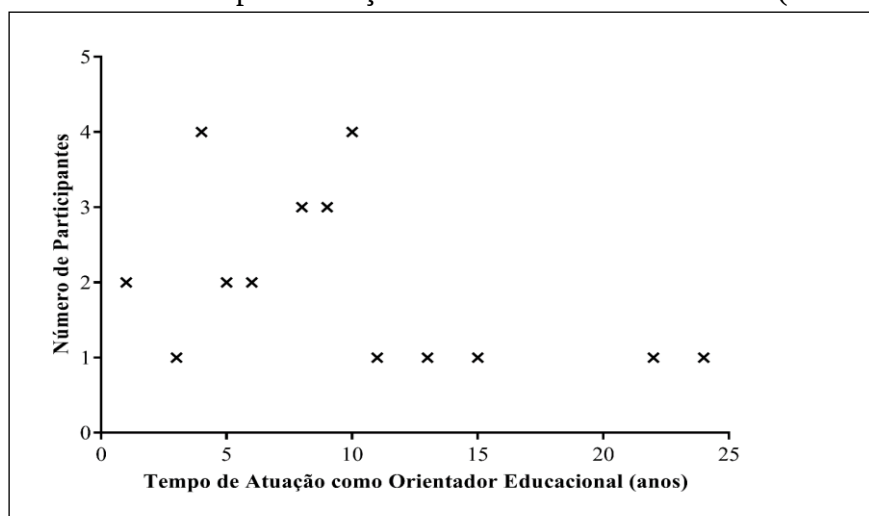


GRÁFICO 8 - Tempo de atuação como orientador educacional (em anos)

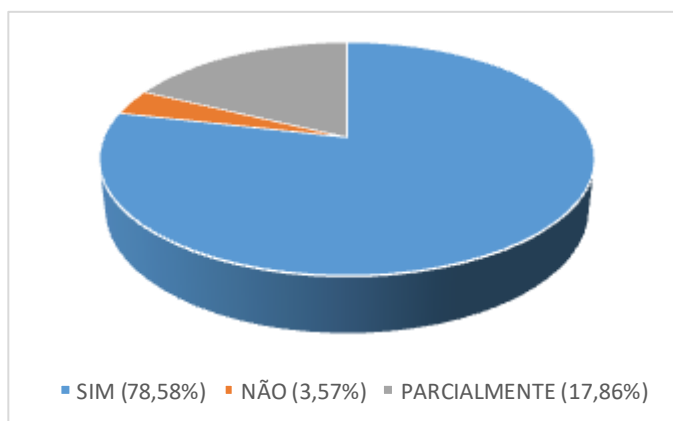


Fonte: Elaborado por Flávia Pinheiro da Silva Colombini

Os questionários semidiretivos, aplicados aos orientadores educacionais, visavam a colher informações pertinentes quanto ao pensamento, às expectativas, aos anseios, às angústias e insatisfações desses educadores quanto ao desenvolvimento do seu trabalho. Para isso, uma parte do questionário foi feita com perguntas abertas, no intuito de captar as subjetividades dos indivíduos pesquisados, e outra parte, para colher informações mais diretas, foi feita com questões de múltipla escolha.

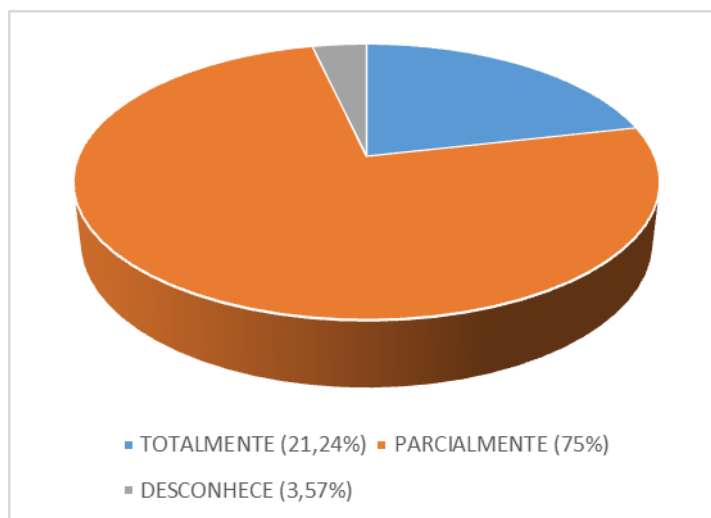
Em relação às perguntas diretas, organizamos as respostas obtidas nos gráficos apresentados a seguir:

GRÁFICO 9 - Você tem conhecimento claro de suas funções e atribuições como orientador educacional?



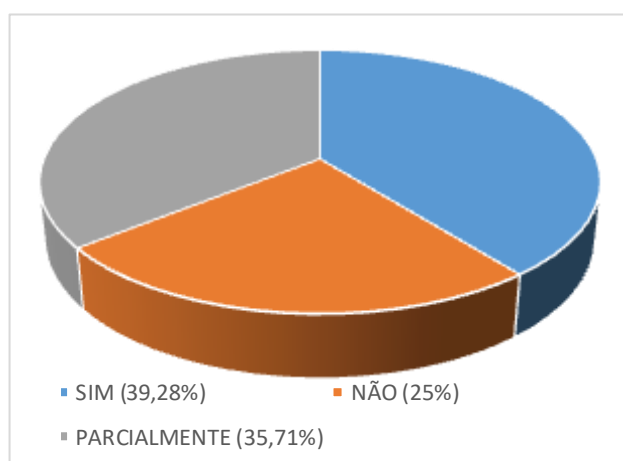
Fonte: Elaborado por Flávia Pinheiro da Silva Colombini

GRÁFICO 10 - Sobre o regimento escolar e a Lei 01/95, você diria que as conhece?



Fonte: Elaborado por Flávia Pinheiro da Silva Colombini

GRÁFICO 11 - Você sente que sua formação teórica e acadêmica foram suficientes para exercer sua função como orientador educacional?



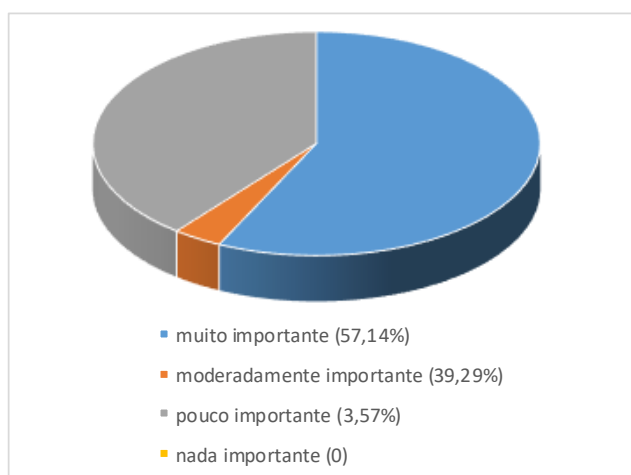
Fonte: Elaborado por Flávia Pinheiro da Silva Colombini

Como vemos representado pelos Gráficos 9, 10 e 11, a maioria dos orientadores educacionais afirma conhecer suas funções e atribuições, porém, apenas 21,24% deles afirmam conhecer totalmente o Regimento Escolar e a Lei 1/95, entendidos como os maiores balizadores das funções destes profissionais nas escolas municipais de Franca/SP. Da mesma forma, uma parte considerável (25%) não sente que sua formação teórica e a acadêmica foram suficientes para exercer suas funções como orientador, e outra parte (35,71%) sente que sua formação os preparou parcialmente para a execução de suas funções atuais. Portanto, a parte

que considera que sua formação teórica e a acadêmica foram suficientes (39,28%) é menor, se considerarmos a soma das outras duas.

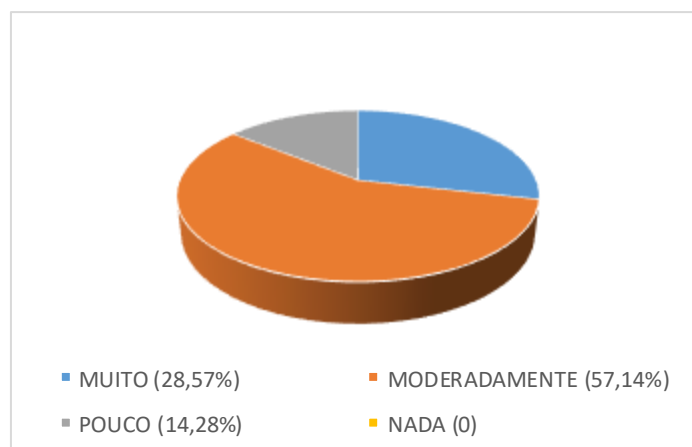
Talvez por este motivo, conforme demonstra o Gráfico 10, logo abaixo, a maioria (57,14%) dos participantes da pesquisa considera as reuniões de formação continuada oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação como muito relevantes. Porém, conforme o Gráfico 11, apenas 28,57% afirmam conseguir aplicar efetivamente muito do que aprendem nestas reuniões, em suas práticas nas escolas. Ainda assim, de acordo com os dados do Gráfico 12, a maioria dos orientadores educacionais (71,42%) considera que sua atuação está diretamente muito relacionada ao processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

GRÁFICO 12 - Qual grau de importância você atribui às reuniões de formação oferecidas pela SME?



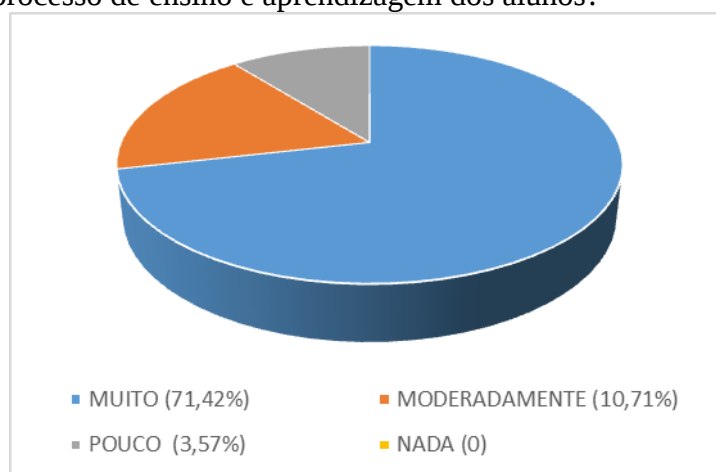
Fonte: Elaborado por Flávia Pinheiro da Silva Colombini

GRÁFICO 13 - Dos conhecimentos adquiridos nas reuniões de formação, quanto você consegue aplicar efetivamente em sua prática?



Fonte: Elaborado por Flávia Pinheiro da Silva Colombini

GRÁFICO 14 - Qual o nível de relação de sua atuação como orientador educacional com o processo de ensino e aprendizagem dos alunos?



Fonte: Elaborado por Flávia Pinheiro da Silva Colombini

Um dos objetivos do nosso trabalho foi compreender qual a percepção, entendimento e as expectativas dos orientadores educacionais da rede municipal de Franca frente ao universo pedagógico, profissional e social em que estão inseridos, a partir de suas próprias perspectivas. Por se tratar de informações mais subjetivas, formulamos algumas questões abertas para que os participantes da pesquisa pudessem expressar de maneira mais livre as suas opiniões. Na análise das respostas a estas questões, fizemos uma categorização temática de acordo com as referências que foram mais citadas por eles. Diante da pergunta: “Na sua opinião, descreva no que consiste o trabalho do orientador educacional, destacando seu principal objetivo”, pudemos dividir as várias respostas apresentadas em três grandes categorias: Alunos, Família e Escola. De acordo com os participantes, o trabalho dos orientadores educacionais deve estar voltado para o atendimento destas três categorias, podendo ser encontradas subcategorias dentro delas, ficando os dados organizados da seguinte maneira:

QUADRO 8 – Categoria 1: em relação aos Alunos

SUBCATEGORIAS TEMÁTICAS	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS ENCONTRADAS NAS RESPOSTAS
Trabalhar valores, atitudes, emoções e sentimentos	12
Responsável pela formação do aluno como cidadão	6
Promover o desenvolvimento pessoal do aluno	7
Contribuir com o desenvolvimento pedagógico do aluno	9
Zelar pela garantia dos direitos dos alunos	4
Orientar as relações sociais dos alunos	7
Resolver conflitos que envolvam os alunos/ questões disciplinares	4

Fonte: Elaborado por Flávia Pinheiro da Silva Colombini

O destaque dado pelos orientadores educacionais às inúmeras questões que englobam a realidade do aluno, principalmente quanto ao desenvolvimento de suas emoções, sentimentos e atitudes e à construção de valores fundamentais para a convivência humana, indica que a escola se preocupa muito mais do que apenas com a simples aquisição de conteúdos.

Mas há algo que nos parece fundamental no trabalho do orientador educacional hoje; além do comprometimento com os problemas de ensino e aprendizagem, é preciso lutar para que a escola não perca a dimensão humana. [...] Quero dizer que a dificuldade que temos hoje, sobretudo o jovem, de pautar a conduta dentro de padrões morais e éticos compatíveis com os verdadeiros valores humanos. Daí as questões que envolvem o uso de drogas e a delinquência nas classes ditas não carentes, aborto, aids, a responsabilidade individual e coletiva do cidadão e tantas outras questões presentes à vida do homem moderno. Embora a escola não tenha a solução para esses problemas, ela deve se constituir em um espaço excelente de discussão, que muito poderá contribuir para a formação da consciência crítica de seus alunos. (ASSIS, 2001, p. 138).

Porém, devemos nos atentar para não praticar na escola um modelo de orientação educacional, considerado por Sena (1993), como um modelo questionável. Segundo a autora, a prática do orientador exclusivamente voltada para aplicação de técnicas que visam a uma socialização harmoniosa entre os indivíduos, a busca do autoconhecimento, a aquisição de bons hábitos de estudo, a promoção de um clima propício para o desenvolvimento humano e a criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento das habilidades individuais são características do enfoque clínico-preventivo e devem ser consideradas com certo cuidado. Porém, esses aspectos nunca devem ser ignorados pois também são fundamentais para o desenvolvimento do aluno. Uma orientação educacional voltada unicamente para estes aspectos perde sua função questionadora na sociedade, inibindo um movimento de transformação social, na medida em que concebe o indivíduo como aquele que deve estar ajustado a um modelo de escola e sociedade ideal, descontextualizando as complexas relações e situações que ocorrem dentro delas.

QUADRO 9 – Categoria 2: em relação às Famílias

SUBCATEGORIAS TEMÁTICAS	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS ENCONTRADAS NAS RESPOSTAS
Orientação/ atendimento às famílias	8
Integração/participação da família na escola	5
Elo entre família-escola-comunidade	8

Fonte: Elaborado por Flávia Pinheiro da Silva Colombini.

QUADRO 10 - Categoria 3: em relação à Escola

SUBCATEGORIAS TEMÁTICAS	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS ENCONTRADAS NAS RESPOSTAS
Orientar, fazer intervenções e promover a boa relação do professor com o aluno	3
Promover a interação entre os atores escolares	4
Desenvolver o trabalho preventivo (conscientização) promovendo o diálogo.	2

Fonte: Elaborado por Flávia Pinheiro da Silva Colombini

As respostas fornecidas pelos orientadores educacionais a esta pergunta condizem com o que afirma Villon (2001, p. 97):

A Orientação Educacional, como integrante do sistema escolar, por força da legislação oficial, observa, analisa, reflete e realimenta o processo educacional que ocorre na turma, na escola e na comunidade, considerando os fatores psicológicos e sociais que o envolvem, tendo como ponto de referência o aluno como pessoa.

Também perguntamos aos orientadores educacionais quais são principais atividades diárias executadas em seu trabalho na escola, pedindo para que eles as listassem. As atividades mais mencionadas foram organizadas no gráfico a seguir e representam a maior demanda de tempo de trabalho destes profissionais diariamente.

GRÁFICO 15 - Atividades diárias dos orientadores educacionais



Fonte: Elaborado por Flávia Pinheiro da Silva Colombini

As atividades diárias mais citadas pelos orientadores educacionais, conforme o gráfico, foram: Acompanhamento dos alunos nos momentos de entrada e saída (19 ocorrências); Acompanhamento e supervisão dos alunos no refeitório e recreio (23); Controle de faltas e ligação para os pais para saber as justificativas das mesmas (23); Orientação/ atendimento do aluno por motivos diversos (21); Orientação/ atendimento da família por motivos diversos (23); Orientação/atendimento de professores por motivos diversos (15); Produção de relatórios de encaminhamento de alunos para órgãos responsáveis pela proteção dos direitos das crianças quando se observa, pela equipe, um caso de violação de direitos (10); Confecção de bilhetes, comunicados e autorizações (9); Mediação de conflitos entre alunos e ocorrências disciplinares (9). Foram ainda mencionadas como atividades de responsabilidade do orientador educacional, mas que não são diárias:

- semanalmente: Reuniões de Equipe, REP;
- Quinzenalmente: Reuniões de formação na SME;
- Esporadicamente: venda de uniformes, visitas domiciliares aos alunos; reunião com alunos do Grêmio Estudantil, agendamento e acompanhamento de passeios pedagógicos, confecção de mural/lembrancinhas para a escola, organização de projetos e eventos;
- bimestralmente: preenchimento da planilha do Bolsa Família, organização e acompanhamento das compensações de ausência dos alunos;
- anualmente: execução do projeto Acuidade Visual e acompanhamento dos atendimentos oftalmológicos realizados na escola, caracterização da comunidade escolar no início do ano letivo, eleição e regularização do Grêmio Estudantil.

Todas as atividades citadas estão descritas no Regimento Escolar das escolas públicas municipais de Franca, mas não são especificadas pela Lei 01/95 e pelo Estatuto do Magistério que são leis mais genéricas. Notamos que a grande demanda de trabalho destinada ao orientador educacional pode acarretar em uma falta de clareza e foco no desempenho de suas funções. Esta foi uma insatisfação demonstrada pelos próprios orientadores nas respostas da próxima pergunta a ser analisada.

Pedimos aos orientadores para que, de maneira livre, registrassem suas observações em geral acerca do desempenho de suas funções. Dos 28 questionários analisados, nove participantes não quiseram responder a essa questão, ou seja, 32,14%, um número significativamente alto. Dos 19 participantes que forneceram suas respostas, oito deles (42,10%) apontaram que falta foco e clareza no trabalho do orientador educacional, pois suas funções são muito abrangentes e até não condizentes com o cargo. Outros seis (31,57%) demonstraram também insatisfação com o fato de o orientador educacional ser muito

requisitado para resolver problemas de ordem emergencial e remediativa, quando, na opinião deles, deveria atuar mais em projetos e trabalhos preventivos. Três (15,78%) afirmaram que o tempo de trabalho do orientador educacional, enquanto especialista da educação, não deveria ser gasto com funções que possam ser desempenhadas por qualquer outro funcionário da escola (inspetores, secretários), como acompanhar os alunos no recreio e no refeitório, nos momentos de entrada e saída e na confecção de bilhetes, comunicados e autorizações. Dessa forma, o tempo gasto com essas atividades poderia ser mais bem aproveitado para o trabalho direto com alunos, pais e professores. A maioria dos participantes que responderam a esta questão utilizou o espaço livre da resposta para fazerem críticas e demonstrarem suas insatisfações com o desempenho da função, sendo que apenas cinco das 19 respostas analisadas, ou seja 26,31%, iniciaram sua argumentação destacando a importância da Orientação Educacional na escola como um trabalho diretamente voltado para o aluno, para a família e a comunidade.

A insatisfação dos orientadores educacionais com as funções diariamente desempenhadas por eles também se reflete na análise da seguinte pergunta: “Das funções desempenhadas por você, há alguma que você acredita não ser específica do seu cargo?” Vinte e três participantes (82,14%) responderam que sim, quatro (14,28%) responderam que não e apenas um (3,57%) não soube dizer. Dentre as funções, que eles acreditam não serem de sua responsabilidade, as mais citadas foram:

- Desenvolvimento do Programa Acuidade Visual, citada em 15 respostas, representando 53,57% do total dos questionários analisados. O Programa Acuidade Visual do Escolar é um programa da Secretaria Municipal de Saúde realizado em parceria com a Secretaria da Educação do município. Anualmente, todos os alunos da Fase II ao 5º ano passam por uma triagem diagnóstica, realizada pelo orientador educacional da escola, que aplica o teste de visão a partir da utilização da escala optométrica de Snellen. Ao final do teste com todas as crianças, o orientador envia a planilha de resultados para a Secretaria da Educação que articula junto à Secretaria da Saúde o atendimento oftalmológico com o médico que vai até a escola assistir os alunos que obtiveram resultado abaixo do esperado no teste. O programa é muito importante para a saúde e também para o desempenho das crianças na escola, porém, a maior insatisfação dos orientadores é que eles defendem que o teste deveria ser feito por profissionais habilitados da área da saúde, pois os orientadores não têm capacitação técnica para tal. Outro ponto criticado por

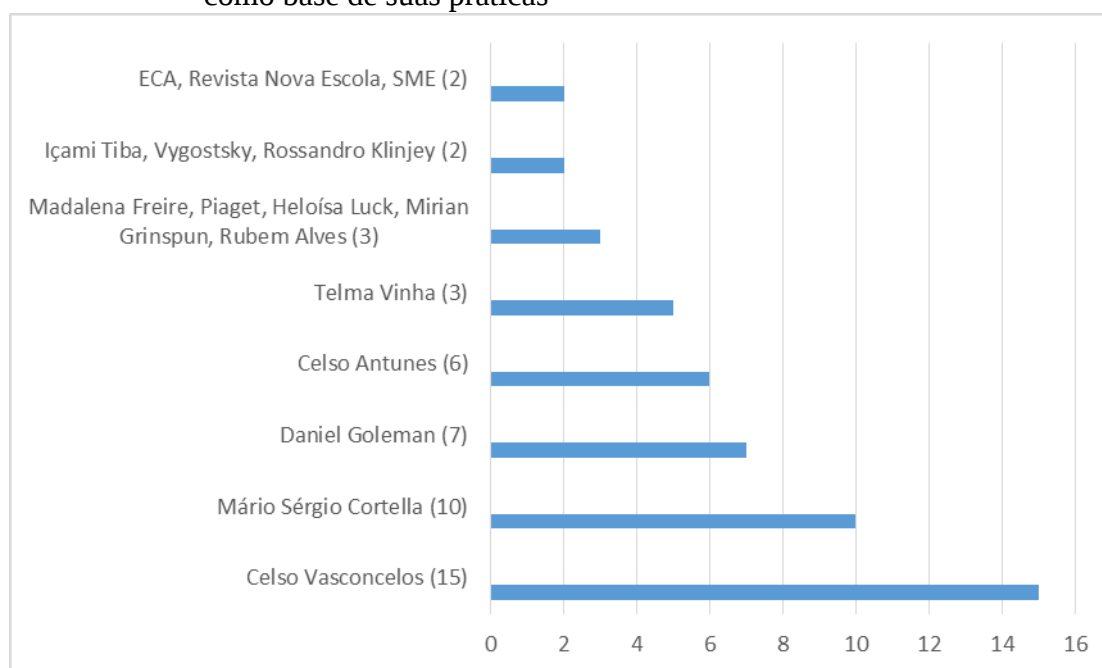
eles é que no dia da consulta, são os orientadores que ficam encarregados de pingar os colírios usados para dilatação da pupila nos olhos dos alunos, o que eles também defendem que deveria ser realizado por profissionais da saúde, habilitados para tal. No próprio Regimento Escolar, inciso XIII, está descrito que o orientador educacional deve “Colaborar com os responsáveis do Programa de Acuidade Visual, enviados pela Secretaria da Educação e Secretaria da Saúde, durante a triagem e consulta”, porém, na prática, o orientador não apenas colabora como fica responsável, quase sempre sozinho, pelo desenvolvimento do programa na escola. Entre o início do processo de triagem de todos alunos até o atendimento de todas as crianças que necessitam da consulta oftalmológica, o orientador fica em média uns 45 dias envolvido com este trabalho, comprometendo o desenvolvimento de outras funções.

- Estar presente acompanhando e supervisionando os alunos no refeitório e no recreio foi outra função apontada como não condizente ao cargo por 12 orientadores, representando 42,85% das respostas analisadas. O inciso II do Regimento Escolar afirma que os orientadores educacionais devem “Programar as atividades do recreio e orientar os responsáveis pela execução”, mas na prática, o que acontece em muitas escolas é o orientador ficar responsável em observar e supervisionar as crianças durante o recreio, função esta que deveria ser dos inspetores. Porém, atualmente, existe uma defasagem no número de inspetores atuando nas escolas do município. Algumas escolas não têm inspetores, ou têm em quantidade insuficiente, o que faz com que os orientadores tenham de assumir suas funções.
- Confecção de bilhetes, comunicados e autorização, representando 39,28%. Esta função não está descrita, nem pelas leis e nem pelo Regimento Escolar como função dos orientadores educacionais e acreditamos que esta deveria ser realizada pela secretaria da escola.
- Agendamento de passeios pedagógicos foi apontado por 25% dos participantes. Também não há menção destas funções nos documentos de referência das funções deste profissional.
- Estar presente nos momentos de entradas e saídas dos alunos na escola e a aplicação das atividades de compensação de ausência foram citadas por seis participantes, correspondendo a 21,42% das respostas analisadas. Os alunos

não assíduos, por qualquer motivo, têm direito à compensação de ausência e conteúdo. Geralmente, no final de cada bimestre, a professora prepara atividades para o aluno que não esteve presente nas aulas, este aluno retorna no contraturno para a realização das mesmas. Na prática, os orientadores afirmam que existe pouco comprometimento da família em levar a criança para cumprir com a compensação de ausência e, quando há, o aluno realiza as atividades apenas com a supervisão e acompanhamento do orientador educacional, não havendo, portanto, uma efetiva compensação do conteúdo.

Outro ponto que também buscamos investigar a partir do questionário foi se os orientadores possuem autores ou referenciais teóricos que embasam sua prática profissional. A análise desta questão foi representada pelo gráfico abaixo.

GRÁFICO 16 – Autores ou referências teóricas apontadas pelos orientadores educacionais como base de suas práticas



Fonte: Elaborado por Flávia Pinheiro da Silva Colombini.

Foram ainda apontados, uma única vez cada, os seguintes autores: Jung, Feuerstein, Susan Cain, Robbins, Lipman, Paulo Freire, Augusto Cury, Terezinha Rios, Wallon, Leandro Karnal, Perrenoud, Julio Groppa Aquino, Viktor Frankl, etc.

Por fim, perguntamos aos orientadores, se no último ano eles haviam realizado algum projeto ou ação específica da Orientação Educacional envolvendo alunos, famílias, equipe ou

comunidade escolar. Dezenove participantes (67,85%) responderam que sim, sete (25%) responderam que não e dois (7,14%) não souberam dizer. Das dezenove respostas afirmativas, as ações mais realizadas pelos orientadores foram:

- Projetos, palestras, reuniões e encontros com as famílias dos alunos (11 ocorrências);
- Ações voltadas para orientação individual ou em grupo (incluindo o Grêmio Estudantil) de alunos (10 ocorrências);
- Projetos ou ações voltadas para o resgate de valores para a vida dos alunos: respeito, empatia, gentileza, etc. (8 ocorrências);
- Palestras sobre diversos temas (temas transversais): dengue, sexualidade, higiene, saúde, meio ambiente (5 ocorrências);
- Palestras em relação à disciplina dos alunos e resolução de conflitos (3 ocorrências);
- Outros assuntos (3 ocorrências).

Consideramos alto (25%) o índice de orientadores educacionais que afirmaram não ter conseguido executar nenhuma ação ou projeto específico da orientação educacional com alunos, família, equipe ou comunidade escolar. Talvez por falta de planejamento, o que acarreta em um equivocado gerenciamento do tempo, os orientadores não tenham conseguido realizar este trabalho.

Esperamos, com esta pesquisa, contribuir para a crítica reflexiva acerca do trabalho desses educadores, a fim de promover mudanças significativas que possibilitem uma melhor contribuição destes profissionais para a intervenção e transformação da realidade escolar em que atuam. Portanto, apresentaremos agora, como produto de nosso estudo, um plano para a formação continuada dos orientadores educacionais, buscando priorizar os aspectos que eles próprios consideraram mais relevantes através do que pudemos observar pela análise dos questionários.

7 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO: PLANO DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA OS ORIENTADORES EDUCACIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FRANCA

No decorrer desta pesquisa, constatamos alguns tópicos que devem ser ressaltados, antes da apresentação da proposta de intervenção. Pautados pelo estudo bibliográfico, assim como pelo que foi afirmado pelas diretoras participantes da pesquisa, destacamos a relevância do trabalho do orientador educacional, dentro da escola. Atuando como integrador entre os diferentes atores que compõem o ambiente escolar, interligando escola-famílias-comunidade, contribuindo com a formação cognitiva, emocional, social e cidadã do aluno, o papel do orientador não se configura como algo acessório, mas como de grande importância para o dia a dia escolar.

Algumas escolas menores da rede municipal de Franca oferecem apenas salas de educação infantil (fase I e fase II) e 1º ano do ensino fundamental, são escolas conhecidas na rede como “EMEBs de região”, atendendo a comunidades menores e mais periféricas da cidade. Nessas escolas, assim como nas que oferecem apenas a educação infantil (conhecidas como EMEIs), não existe a presença do orientador educacional. Diante dessa situação, constatamos que há um déficit na quantidade de orientadores educacionais contratados pela prefeitura. Além do mais, o número de diretores, coordenadores pedagógicos e pedagogos atuantes na rede de ensino municipal é superior ao número de orientadores educacionais. Ora, se são EMEBs, e se a equipe gestora das EMEBs deve ser composta por diretores, coordenadores pedagógicos, pedagogos, pedagogos de sala de recurso multifuncional e orientadores educacionais, não há justificativa para que algumas EMEBs tenham orientadores e outras não, mesmo que estas outras sejam menores que as primeiras. Entendemos, portanto, que se o trabalho do OrE é voltado para o desenvolvimento integral do aluno, todas as escolas da rede deveriam contar com a presença deste especialista em suas equipes. Preterir umas escolas em relação às outras, para a composição de uma equipe gestora completa, não condiz com os objetivos da luta por uma educação pública de qualidade. Sendo assim, como um primeiro ponto de intervenção, que pode ser objeto de planejamento da gestão pública, a médio e longo prazo, apontamos a necessidade de contratação, por meio de concurso público, de mais orientadores educacionais para atuarem nas demais escolas municipais da rede de ensino de Franca, a fim de contribuir com o trabalho pedagógico das EMEBs e EMEIs que ainda não contam com a presença deste profissional.

Outro assunto que consideramos importante destacar é a falta de compreensão por parte dos próprios orientadores, mas também por outros segmentos da escola, das reais funções e intenções do trabalho do orientador educacional, assim como de seu papel dentro da escola. Pela análise do questionário aplicado aos orientadores, apresentada no item anterior, observamos que uma quantidade considerável (21,43%) dos respondentes afirmou ter um conhecimento parcial ou não ter conhecimento claro sobre suas próprias funções enquanto orientadores educacionais. O não conhecimento ou a incompreensão do próprio papel acarreta em uma perda da significância e do reconhecimento do trabalho desse profissional pelos outros atores presentes na escola. Sendo assim, os orientadores educacionais são vistos nas escolas como o profissional “coringa” ou o “pau-para-toda-obra”, como definiu Lück (2011). Segundo a autora, o trabalho da Orientação Educacional está, muitas vezes, impregnado pelas situações imediatistas da escola, sendo um reflexo da falta de clareza e direcionamento da prática escolar dos próprios orientadores e também da falta de organização e planejamento do trabalho destes. Sendo assim, esta é uma questão que pode ser solucionada através da inserção, nas reuniões de formação, de temas que explorem as definições das funções e do papel do orientador educacional no ambiente escolar, assim como do histórico da profissão, conforme apontaremos a seguir.

Da mesma forma, outra questão relevante que destacamos, e, que no nosso entendimento, também pode ser atendida pela formação continuada, é uma maior aproximação do orientador educacional com as propostas pedagógicas que objetivem o melhor desempenho escolar dos alunos. Como percebemos pela análise do questionário respondido pelas diretoras escolares, existe uma tendência, na escola, em separar os assuntos pedagógicos, que ficam mais relacionados ao trabalho do coordenador pedagógico, dos assuntos que englobam outros aspectos da vida pessoal dos alunos, como o atendimento das famílias ou questões emocionais, que ficam a cargo do orientador. No entanto, acreditamos que essa segmentação não é positiva, pois entendemos que o objetivo do orientador educacional deva ser o sucesso escolar do aluno, levando em consideração as muitas variáveis da vida pessoal dele, a fim de compreender fatores que possam estar ajudando ou prejudicando a sua trajetória escolar. Pelas análises feitas em nossa pesquisa, observamos que o trabalho da Orientação Educacional assume um papel coadjuvante em relação às decisões e à atuação efetiva no campo pedagógico, servindo como “pano de fundo” para as ações, quando, na verdade, o orientador também deveria participar mais ativamente na tomada das decisões e na definição de estratégias pedagógicas, favorecendo a aprendizagem e contribuindo para o desenvolvimento eficaz do Projeto Político-Pedagógico da escola.

A orientação Educacional trabalha com todos os segmentos da escola, então, ela aparece, portanto, nesse processo de participação e construção da proposta político-pedagógica da escola, como ponto privilegiado de articulação dos segmentos e administração dos conflitos, buscando uma escola cidadã que objetive a transformação da sociedade.

[...]

Ressalta-se a importância político-pedagógica da participação do Orientador Educacional em todas as etapas do planejamento curricular, seja na discussão dos objetivos a serem atingidos, dos conteúdos a serem abordados, das metodologias empregadas, dos critérios de avaliação adotados. (AYUB, 2005, p. 12).

No mesmo sentido, Balestro (2005, p. 21) afirma que “[...] a prática dos orientadores deve estar vinculada às questões pedagógicas e ao compromisso ético de contribuir na construção de uma escola democrática, reflexiva e cidadã.” A autora ainda afirma que “A Orientação pautada em pressupostos pedagógicos deve contribuir na construção de uma metodologia que possibilite aos alunos: aprender a aprender, ensinar aprendendo, investigando e abrindo caminhos, aprender refletindo, teorizando e transformando a prática.” (BALESTRO, 2005, p. 23). Entendemos que um dos caminhos, para se alcançar tal efeito, seja introduzir, entre os temas abordados durante as reuniões de formação continuada deste educador, o estudo dos projetos e estratégias pedagógicas definidas pela SME, ou até mesmo o oferecimento de formações continuadas integradas entre coordenadores pedagógicos, orientadores educacionais e pedagogos. Não se trata de uma exclusão de limites entre o trabalho de cada um, mas uma forma de estabelecer um maior diálogo, aproximação e integração entre as partes, no intuito de contribuir com a qualidade do projeto educacional almejado. Segundo Grinspun (2003b), existe ainda uma dificuldade em conceber o orientador educacional como um profissional com atribuições exclusivamente pedagógicas e não mais só psicológicas, isso porque a OE foi, historicamente, determinada por padrões normativos, devido à estreita relação que mantinha com a Psicologia no passado. Para a autora, houve também a falta de uma formação continuada específica sobre esse tema, impossibilitando os OrEs de acompanharem as mudanças do contexto atual da educação e do próprio espaço da Orientação Educacional.

Conforme Lück (2011, p. 11), destacamos também a importância do planejamento na prática da Orientação Educacional:

A Orientação Educacional para ser efetiva, necessita adotar em sua prática uma abordagem sistêmica e sistemática de planejamento, isto é, necessita adotar o planejamento como um processo inerente ao seu trabalho, realizado de forma contínua e cotidiana, orientada por uma visão global e abrangente, ao mesmo tempo articuladora de todos os seus segmentos. Desse modo, será

capaz de mobilizar a ação de pessoas com foco no enfrentamento dos desafios de promover o desenvolvimento e formação dos alunos, a partir de um ambiente educacional coerente e consistente com os princípios formadores propostos.

Em sua obra, Lück (2011) afirma que a área da Orientação Educacional prioriza a dimensão afetivo-social do desenvolvimento humano como eixo estrutural de sua ação. Justamente por isso, a atuação dos orientadores ficou caracterizada por uma elevada subjetividade, complexidade e dinamismo que influenciaram um comportamento mais espontâneo e naturalista desses profissionais, a fim de atender às demandas mais imediatas e inesperadas do comportamento humano. A autora destaca ainda que, apesar da naturalidade e espontaneidade serem qualidades importantes no desenvolvimento de um trabalho humano e educacional, os orientadores educacionais não podem deixar seu trabalho cair no espontaneísmo, na falta de método e organização que podem prejudicar o profissionalismo e a eficiência do seu ofício.

Planejar a Orientação Educacional implica em delinear o seu sentido, os seus rumos, a sua abrangência e as perspectivas de sua atuação como área que principalmente focaliza na escola o desenvolvimento integral do aluno como pessoa. Vale dizer que esse planejamento envolve, antes de tudo, uma visão global sobre a natureza da Educação, da Orientação Educacional e suas responsabilidades educacionais de formação dos alunos. (LÜCK, 2011, p. 19).

Vasconcellos (2001 *apud* BALESTRO, 2005, p. 22) também defende que a prática do orientador educacional esteja pautada pelo planejamento, a fim de evitar que ele caia em desvios de função na escola.

É comum a queixa entre os orientadores educacionais de que no cotidiano escolar ficam reduzidos a “bombeiros”, “quebradores de galho”, “tapadores de buraco”, etc. Isto é muito sério e demanda novas atitudes institucionais. Uma delas é a prática de planejamento por parte da orientação: não é raro constatarmos que os mesmos orientadores que lamentam o desvio de função não têm o seu projeto de trabalho [...].

Sendo assim, identificamos alguns assuntos que, a partir de um planejamento consistente, necessitam ser incluídos na pauta de formação continuada dos OrEs, a fim de otimizar o seu trabalho e contribuir para uma melhor definição de suas funções na escola.

Inicialmente, apontamos como essencial estudar especificamente sobre o histórico da Orientação Educacional no Brasil, assim como as determinações legais acerca desta profissão e as abordagens teóricas mais recentes dessa área, a fim de proporcionar uma reflexão sobre o papel que vem sendo desempenhado pelos orientadores educacionais, no município. Como foi

apontado pelos próprios orientadores educacionais, nas respostas ao questionário aplicado, vimos que muitos deles estão desempenhando tarefas diárias que não correspondem ao papel da Orientação Educacional. Isso se explica, em parte, pelo desconhecimento das próprias funções ou pela indefinição de uma linha de atuação que leve em consideração os objetivos maiores da educação e do projeto pedagógico que se pretende construir. Com o entendimento claro de suas funções e estratégias definidas para sua execução, os orientadores educacionais evitam a perda de tempo com questões não prioritárias e buscam o reconhecimento do sentido do seu trabalho na escola.

O orientador educacional é comumente solicitado a realizar múltiplas tarefas que não dizem respeito, diretamente, à Orientação Educacional. Atendimento a situações de emergência de diversas ordens, controle de disciplina, distribuição de merenda e de materiais escolares, substituição a professores faltosos, organização de festas, organização de campanhas para angariar fundos, tarefas como essas constituem, muitas vezes, o dia a dia de um orientador educacional que, assim se ocupando cotidianamente, revela a falta de um plano pedagógico para direcionar sua atuação. Atuando dessa forma, sem compromisso político com a transformação da escola e suas práticas educacionais, e sem determinação clara e explícita de sua responsabilidade com relação à mudança de estruturas e condições sem caráter educacional, o orientador educacional age ao sabor dos ventos, conforme os acontecimentos que ocorrem no estabelecimento de ensino. Essa prática, direcionada pelo improvisado atendimento às necessidades imediatas, cabe esclarecer, pode até mesmo reforçá-las, caso representem um acobertamento da acomodação de outros profissionais da escola que delegam exclusivamente para o orientador educacional parte de suas responsabilidades em relação aos eventos, como é, por exemplo, o caso de o professor transferir inteiramente para a Orientação Educacional a responsabilidade pelos comportamentos que identifica como de indisciplina dos alunos, deixando de compartilhá-la e de assumir atitudes e medidas que possam reverter essas situações e até mesmo preveni-las. (LÜCK, 2011, p. 56).

Posteriormente, propomos aprofundar os estudos da ação da Orientação Educacional nas cinco principais áreas de atuação do orientador educacional, conforme definiu Pascoal (2005/2006): o aluno, a escola, a família, a comunidade e a sociedade, pensando na criação e execução de um plano de ação da Orientação Educacional voltado para sua atuação frente a estas áreas. Sobre a relação da Orientação Educacional com estas áreas, Pascoal, Honorato e Albuquerque (2008) afirmam que, em relação ao aluno, o OrE pode criar espaços de participação social e exercício efetivo de cidadania; em relação à escola, ele pode efetivar uma maior participação nos momentos coletivos da instituição e, principalmente, nas decisões das propostas pedagógicas; em relação à família, o OrE deve propor a criação de espaços e ambientes socioeducativos que aproximem as famílias do contexto escolar; em relação à

comunidade, o destaque é para o conhecimento do contexto local que tem um grande reflexo na dinâmica da escola; e, já em relação à sociedade, o orientador deve procurar se envolver na participação de lutas maiores que, de alguma forma, acabam, também, estando presentes na escola. No entanto, toda essa atuação requer, antes de tudo, planejamento e preparação teórico-profissional.

Deve-se ter em mente que a ação do orientador educacional será tão limitada quanto sua concepção sobre seu trabalho, daí a importância de promover o desenvolvimento da concepção teórica desse profissional. No entanto, essa concepção, por mais rica, coerente e ampla que seja, de nada valerá, se não for colocada em prática uma ação sistemática, organizada e seguramente direcionada. E essas condições somente são garantidas mediante a adoção de uma sistemática de planejamento de ações pedagógicas. (LÜCK, 2011, p. 15).

Também apontamos um tema que pode contribuir com o trabalho do orientador educacional na escola, principalmente em relação à resolução de conflitos e problemas disciplinares, que é a introdução dos princípios da Disciplina Restaurativa na escola. Baseada na metodologia da Justiça Restaurativa, que é uma prática jurídica que vem sendo adotada em todo o mundo para a reparação de danos ou resolução de conflitos de diversas espécies, esta metodologia vem sendo utilizada também no contexto escolar, na criação de alternativas para os vários desentendimentos que ocorrem na escola. Sendo o conflito inerente à condição humana, a Disciplina Restaurativa desvia o foco da punição e passa a trabalhar com a responsabilização daquele que praticou algo errado, levando-o e a todos os envolvidos a refletir sobre as atitudes erradas, buscando, em conjunto, soluções e reparação do dano causado. Trata-se de um método que auxilia na transformação do conflito e na construção da paz. “É importante ainda que o orientador educacional utilize os conflitos como fontes de aprendizagem, na medida em que possibilitem o diálogo e a divergência como formas de se chegar a uma ação compromissada de todos.” (ASSIS, 2001, p.135).

Justiça restaurativa é uma abordagem que visa promover justiça e que envolve, tanto quanto é possível, todos aqueles que têm interesse numa ofensa ou dano específico, num processo que coletivamente, identifica e trata dos danos, necessidades e obrigações decorrentes da ofensa, a fim de restabelecer as pessoas e endireitar as coisas na medida do possível. (ZEHR, 2015, p. 54).

Esses são apenas alguns assuntos ou temas levantados por nós, após a realização desta pesquisa, que consideramos importantes para serem abordados nas reuniões de formação continuada dos orientadores educacionais, a fim de corrigir algumas lacunas observadas na

formação e atuação dos orientadores educacionais. Sabemos que a aprovação no concurso público para o cargo de orientador educacional não garante aos aprovados o conhecimento necessário para o início do trabalho na rede municipal, e uma formação inicial e continuada tem por missão tentar resolver isso. Obviamente, o plano de formação que propomos não é algo estanque e definitivo, visto que a sua atualização, readequação e reformulação deverão ser constantemente retomadas, levando em conta as considerações e demandas feitas ao longo do processo pelos próprios orientadores. É importante, por exemplo, que existam canais de diálogo onde eles possam expressar suas expectativas de estudo e aprendizagem nas reuniões de formação sobre temas que considerem de relevância.

Conforme afirmamos anteriormente, as reuniões de formação continuada dos orientadores educacionais da rede pública municipal de ensino de Franca acontecem, periodicamente, na SME e são coordenadas pela gestora de formação continuada do segmento. Portanto, a existência desta atividade torna-se um requisito fundamental para a implantação das propostas de estudos e capacitação que apontaremos neste plano, caso seja do interesse da gestão.

7.1 Plano de formação continuada para a Orientação Educacional

Ser orientador é uma opção, mas atuar como orientador significa enfrentar constantes desafios, buscando desenvolver atitudes cotidianas que promovem união e integração. O orientador atua promovendo uma prática que inclui, combatendo a discriminação, compreendendo e auxiliando o aluno em seu desenvolvimento pleno, sem preconceitos, com muito respeito, independente de sua condição econômica, da aparência física ou opção sexual de todos os sujeitos da educação. Ser orientador é uma função na qual a intenção de solidariedade é o maior valor. (NOAL, 2005, p. 14).

QUADRO 11 – Proposta do plano de formação continuada para a Orientação Educacional

PLANO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL	
<u>Duração:</u>	14 encontros que podem ocorrer quinzenalmente.
<u>Público-alvo:</u>	Orientadores educacionais da rede municipal de Franca (adaptável também para outras redes de ensino).

Objetivo Geral:

Contribuir para a capacitação profissional dos orientadores educacionais.

Objetivos específicos:

- Viabilizar a reflexão acerca da profissão, em relação às suas funções, significado e objetivos;
- Facilitar a troca de experiências entre os profissionais com base em diversas realidades;
- Possibilitar a atualização teórica em relação ao campo da Orientação Educacional, instrumentalizando a atuação dos orientadores;
- Ressignificar as ações do orientador educacional no contexto escolar, junto ao aluno, à família e à comunidade, buscando o êxito no processo de ensino e aprendizagem;
- Contribuir com a qualidade da educação em diversos níveis de ensino.

Habilidades a serem desenvolvidas:

- Atuar junto aos alunos, famílias, equipe e comunidade escolar
- Desenvolver atitude crítica em relação ao material teórico da Orientação Educacional
- Adequar as funções do trabalho pedagógico realizado pelo orientador, a fim de ajudar os alunos no seu desenvolvimento físico, social, afetivo e cognitivo
- Planejar ações voltadas para a formação integral do aluno

Competências a serem desenvolvidas:

- Capacidade de perceber, analisar e intervir em diversas frentes na escola
- Domínio e percepção dos variados aspectos (sociais, afetivos e econômicos) que se relacionam e interferem na aprendizagem
- Capacidade de colocar em prática os saberes adquiridos
- Valorização do estudo, da leitura, da discussão e reflexão dos textos teóricos pedagógicos que embasam a atividade educacional

Propostas de estudos:**1º encontro: 4 hs (Fundamentação teórica da Orientação Educacional)**

A trajetória histórica da Orientação Educacional no Brasil:

- Estudo do texto: LAPA, C. N.; GONÇALVES, M. M. M.; MAUPEAU, Y. Histórico da orientação no Brasil. **Prospectiva**, Porto Alegre, v. 2, n. 14, 32-36, 1985.

- Leitura compartilhada, discussão e reflexão do grupo.

2º encontro: 4 hs (Fundamentação teórica da Orientação Educacional)

Algumas abordagens teóricas da Orientação Educacional

Estudo dos textos:

- BALESTRO, M. A trajetória e a prática da orientação educacional. **Prospectiva**, Porto Alegre, n. 28, p. 118-127, 2005.
- **Trechos de:** GRINSPUN, M. P. S. **A orientação educacional:** conflito de paradigmas e alternativas para a escola. São Paulo: Cortez, 2001.
- LIBÂNEO, J. C. Orientação educacional e emancipação das camadas populares: a pedagogia crítico-social dos conteúdos culturais. **Prospectiva**, Porto Alegre, v. 2, n. 13, p. 19-27, out. 1984.
- **Trechos de:** LÜCK, Heloísa. **Ação integrada:** administração, supervisão e orientação educacional. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2013
- **Trechos de:** PLACCO, V. M. N. S. **Formação e prática do educador e do orientador:** confrontos e questionamentos. Campinas: Papirus, 1994.

Os orientadores educacionais podem ser divididos em grupos. Cada grupo deverá ler e discutir um dos textos acima e preparar uma apresentação com os principais tópicos de entendimento do autor sobre o trabalho da Orientação Educacional. As apresentações ocorrerão no próximo encontro dos grupos.

3º Encontro: 4 hs (Fundamentação teórica da Orientação Educacional)

- Apresentação dos grupos sobre as abordagens da Orientação Educacional de cada texto estudado na reunião anterior.
- Discussão e reflexão sobre as diversas abordagens teóricas com todo o grupo.

4º encontro: 4 hs (Fundamentação legal da Orientação Educacional)

Marcos legais da Orientação Educacional no Brasil.

- Estudo do Decreto-lei 72.846/73 – regulamenta a atuação do orientador educacional no Brasil.
 - Estudo do Código de Ética da Orientação Educacional
- Leitura compartilhada, discussão e reflexão do grupo.

5º encontro: 4 hs (Fundamentação legal da Orientação Educacional)**Marcos legais do trabalho da Orientação Educacional no município**

- Estudo da Lei 01/95 e do Estatuto do Magistério Municipal.
 - Análise das atribuições do orientador educacional segundo o Regimento Interno das escolas públicas municipais.
- Leitura compartilhada, discussão e reflexão do grupo.
- Definição, com o grupo, dos focos de atenção do trabalho do orientador educacional com base nos estudos realizados até então.

6º encontro: 4 hs - Estudo dos programas e projetos da SME

- Integrar os orientadores educacionais aos procedimentos e processos pedagógicos definidos pela SME, que são realizados na escola.
- Apresentação aos orientadores educacionais das propostas, projetos, avaliações, acompanhamentos, currículo, etc. da SME e sua aplicabilidade na escola, destacando como a atuação do orientador educacional pode contribuir nos diferentes processos.

7º encontro: 4 hs (técnicas e instrumentos de atuação da Orientação Educacional)

- **Apresentação, por parte do formador, das ideias e trechos selecionados da seguinte obra:**

- GIACAGLIA, L. R. A.; PENTEADO, W. M. **Orientação educacional na prática: princípios, técnicas, instrumentos**. 4. ed. São Paulo: Pioneira Educação, 2003.

- **Leitura compartilhada, discussão e reflexão com o grupo de orientadores do seguinte artigo:**

- PASCOAL, M.; HONORATO, E. C.; ALBUQUERQUE, F. A. Orientador educacional no Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 47, p. 101-120, jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/n47/06.pdf>.

8º encontro: 4 hs - Introdução ao tema da Justiça Restaurativa

- O gestor de formação irá introduzir o tema com o grupo de orientadores educacionais, como uma prática a ser adotada por todos na escola, com o objetivo de mudar a concepção acerca dos problemas indisciplinares e conflitos que acontecem na escola.

- Apresentação aos orientadores sobre as ideias básicas da Justiça Restaurativa contidas no livro:

ZEHR, H. **Justiça restaurativa**. São Paulo: Palas Athena, 2015.

- Discussão e reflexão pelo grupo sobre a viabilidade do tema ser trabalhado nas escolas.

9º encontro: 4 hs – Justiça Restaurativa na escola

- Apresentação no Power Point aos orientadores sobre a obra:

- MULLET, J. H.; AMSTUTZ, L. S. **Disciplina restaurativa para escolas**. Responsabilidade e ambientes de cuidado mútuo. São Paulo: Palas Athena, 2012.

- Discussão e reflexão com o grupo sobre as questões levantadas pelo livro e sua aplicabilidade na escola.

10º encontro: 4hs: Justiça Restaurativa na escola

- Apresentação no Power Point aos orientadores sobre a obra:

- EVANS, K.; VAANDERING, D. **Justiça Restaurativa na Educação**. Promover Responsabilidade, cura e esperança nas escolas. São Paulo: Palas Athena, 2018.

- Discussão e reflexão com o grupo sobre as questões levantadas pelo livro e sua aplicabilidade na escola.

11º encontro: 4 hs - Construindo o Plano de Ação

- **Apresentação, por parte do formador, das ideias e trechos selecionados da seguinte obra:**

- LÜCK. Heloísa. **Planejamento em orientação educacional**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

- Os orientadores educacionais podem ser divididos em grupos (de acordo com a divisão administrativa da SME – Zona Leste, Oeste, Norte e Sul) para a elaboração de um Plano de Ação da Orientação Educacional por região, levando em consideração as demandas educacionais da comunidade da qual fazem parte.
- A partir da discussão e reflexão dos grupos, definir os pontos críticos da realidade das escolas, que necessitam de uma maior intervenção do orientador educacional.

12º encontro: 4 hs - Elaborando o Plano de Ação

- Os integrantes de cada grupo constroem juntos um plano de ação para as escolas em que trabalham, levando em consideração as cinco áreas de atuação da Orientação Educacional, conforme Pascoal, Albuquerque e Honorato (2008):

- A Orientação Educacional e o aluno
- A Orientação Educacional e a família
- A Orientação Educacional e a escola
- A Orientação Educacional e a comunidade
- A Orientação Educacional e a sociedade

- Os Planos de Ação devem conter:

- Descrição da realidade escolar
- Ponto crítico a ser trabalhado
- Objetivos
- Estratégias de execução
- Método de monitoramento da execução do plano
- Análise Final

13º encontro: 4 hs – (3 meses após o início da execução do Plano de Ação)

- Reavaliação do Plano de Ação

- Os grupos de orientadores educacionais, divididos por região, se reúnem novamente para avaliar a execução do Plano de Ação, modificando estratégias e traçando novas metas, se necessário.

- Troca de experiências ocorridas em cada escola

14º encontro: 4 hs – (2 meses após a reavaliação do Plano de Ação) - Encerramento

- Os grupos de orientadores educacionais das regiões apresentam os resultados observados durante a execução e conclusão do Plano de Ação, proporcionando troca de experiência e reflexão entre todos.
- Os orientadores educacionais devem responder a um questionário de avaliação da formação continuada, assim como a um questionário de autoavaliação do seu trabalho, ao longo do ano escolar. Neste questionário é importante que se tenha um espaço para que os orientadores registrem sobre quais temas gostariam de estudar nos próximos encontros. Dessa forma, leva-se em consideração a construção de um conhecimento autônomo por parte dos orientadores.

Observações:

Além dos temas de estudos propostos, destacamos também a possibilidade da SME acertar parcerias de cursos voltados especificamente para os orientadores educacionais, principalmente com Associações de Orientadores Educacionais de vários Estados do Brasil.

Avaliação:

Ao final dos encontros de formação os orientadores educacionais responderão a um questionário de avaliação e satisfação em relação aos encontros e outro questionário de auto avaliação do próprio trabalho desenvolvido na escola, durante o transcorrer da formação continuada.

Dessa forma, eles poderão externalizar suas opiniões, êxitos e dificuldades encontradas, assim como as expectativas para estudos de novos temas e assuntos para próximas reuniões. Essa avaliação dará suporte para a readequação do plano de formação para o ano subsequente.

Fonte: Elaborado por Flávia Pinheiro da Silva Colombini

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há muito tempo foi superada a ideia de que cabe à escola apenas transmitir o conhecimento, sem se preocupar com a formação integral do aluno. Para colaborar com o processo de formação do educando enquanto cidadão atuante, capaz de intervir e interagir com sua sociedade é que existe, em algumas escolas do país, a figura do orientador educacional.

Na rede pública de educação básica do município de Franca, interior de São Paulo, o cargo de orientador educacional existe desde 1995, sendo preenchido por meio de concurso público. Do concorrente à vaga é exigida a licenciatura plena em Pedagogia, além de três anos de experiência como professor. Sendo aprovado, o orientador educacional passa a integrar a equipe gestora das escolas de educação básica do município, tendo como atribuições principais contribuir para a formação integral dos alunos, não apenas em relação ao desenvolvimento cognitivo, mas também no desenvolvimento de habilidades relacionadas a valores, atitudes, emoções e sentimentos, assim como na construção da cidadania. Sendo o elo entre família, escola e comunidade, o orientador deve ajudar os professores a conhecerem a realidade dos alunos, para assim compreenderem melhor o desempenho destes, buscando alternativas adequadas para agir em relação a isso. Além do mais, o orientador educacional auxilia na organização e realização do Projeto Político-Pedagógico da escola e possibilita o diálogo da escola com as famílias e a comunidade, ouvindo e dando orientações. Dessa forma, o trabalho do orientador ultrapassa os limites da escola, pois além de se comprometer com a formação pedagógica e cidadã dos alunos, ele aproxima a escola da realidade em que ela está inserida e contribui com o fazer pedagógico do professor, pois o ajuda a compreender as relações afetivas, emocionais e interpessoais que circundam a existência do aluno.

Nas décadas de 1960 e 1970, a legislação educacional institucionalizou a profissão e as ações do orientador educacional na escola. A Lei de Diretrizes e Bases de 1961 (4.024) regulamentou sobre a formação dos orientadores educacionais, a Lei 5.524/68 disciplinou sobre o exercício de sua profissão, a LDB de 1971 tornou obrigatória a presença dos orientadores educacionais em todas as escolas do Brasil e o Decreto de 1973 regulamentou sobre suas funções na escola. Percebemos que, nessas duas décadas, a legislação educacional contribuiu para a expansão da Orientação Educacional no país. Porém, a sua atuação ainda carregava uma forte tendência psicologizante, com foco na orientação profissional e vocacional.

Somente na década de 1980, diante de uma realidade mais democrática, é que o trabalho do orientador educacional revestiu-se de um caráter mais reflexivo para atuar em uma nova sociedade que tentava se tornar mais autônoma e que pretendia tornar a escola um lugar mais democrático e libertador. Os profissionais dessa área assumiram também um papel mais político e comprometido com a sociedade, passando a endossar a luta na defesa de uma escola pública de qualidade.

Na atualidade, a obrigatoriedade da existência do cargo de orientador educacional na escola não é mais determinada por lei. Hoje, sua função adquiriu uma dimensão mais pedagógica, abandonando a ideia de que sua atenção devia estar voltada apenas para os “alunos-problema” e compreendendo, definitivamente, que a Orientação Educacional é para todos os alunos da escola. Desta forma, entendemos como fundamental compreender a atuação do orientador educacional e o trabalho pedagógico desenvolvido por ele nas escolas em que trabalha.

Concebemos como elementos primordiais da Orientação Educacional o diálogo e a mediação. O orientador educacional deve ser capaz de conduzir o diálogo e a mediação entre todos os atores que formam a escola e nas situações que ocorrem nela. Ele deve ser, principalmente, a ponte que liga a escola às famílias e comunidade escolar, construindo uma relação de confiança, participação e acolhimento. Deve ter um olhar e uma atuação holística sobre a realidade do aluno, prezando pelo seu sucesso como estudante e como cidadão, considerando suas necessidades emocionais, afetivas, sociais, cognitivas, materiais, etc. Por isso, diante desse papel de grande relevância, defendemos a presença desse educador em todas as instituições de ensino do país.

Nesta pesquisa, tivemos como pretensão conhecer e estudar a atuação e o papel dos orientadores educacionais nas escolas de educação básica da rede municipal de Franca/SP, utilizando, para tanto, as diretrizes legais e teóricas que tratam sobre o ofício deste profissional, analisando suas contribuições no contexto escolar, segundo a perspectiva dos que estão diretamente envolvidos nesse processo. Analisamos, além de leis e documentos, um questionário específico que nos trouxe importantes informações sobre a formação continuada recebida pelos orientadores. Também analisamos, a partir de um outro questionário, a visão dos diretores escolares, chefes imediatos do orientador educacional na escola, buscando compreender o que eles pensam sobre o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Orientação Educacional. Porém, o ponto principal de nossa pesquisa foi entender a Orientação Educacional a partir da perspectiva dos próprios orientadores, caracterizando o entendimento do seu trabalho frente ao universo pedagógico, profissional e social em que estão inseridos.

Considerar a visão dos próprios orientadores sobre o seu trabalho é determinante também para a construção da identidade profissional do grupo. Refletir sobre a construção do cargo de orientador educacional no município, ao longo dos anos, e sobre as funções e atribuições deste profissional na escola contribui para o fortalecimento da profissão, sempre com a consciência de que a prática deve estar pautada pela teoria, fornecendo a esses educadores uma apropriação do real sentido da Orientação Educacional.

Por outro lado, não podemos falar do trabalho da Orientação Educacional e seus objetivos sem entender toda a realidade contextual da escola, de sua cultura organizacional, onde se inserem alunos, professores, funcionários, comunidade escolar e o próprio orientador. Portanto, o estudo e a reflexão crítica sobre a realidade prática dos orientadores educacionais levaram em consideração toda a conjuntura estrutural de uma rede de ensino, a rede pública municipal de Franca/SP, apresentando as condições e a organização pedagógica institucional à qual os orientadores educacionais estão submetidos, para se entender a real dimensão do seu trabalho nas escolas.

Toda a pesquisa de campo, desenvolvida neste estudo, nos deu condições de caracterizar o trabalho que vem sendo feito até então pelos orientadores educacionais do município de Franca/SP, assim como nos forneceu ideias que poderão ser utilizadas para o aprimoramento deste ofício tão importante. Tudo isso embasado na perspectiva dos próprios envolvidos no processo: orientadores, formadores, diretores, etc. Por fim, possibilitamos a construção de uma crítica reflexiva acerca da atuação e da formação continuada destes profissionais, através da construção de um Plano de Formação Continuada específico para a Orientação Educacional e que poderá ser executado pelos gestores de formação responsáveis por oferecer formação continuada a essa equipe profissional pedagógica.

O espaço disponibilizado para a formação continuada dos educadores é extremamente importante pois contribui para a reflexão sobre suas ações. No caso do orientador educacional, o aprimoramento teórico ajuda a fugir do espontaneísmo (tão característico do cotidiano escolar), na medida em que prioriza o planejamento, as experiências e realidades dos profissionais em questão. O papel de facilitador na formação de cidadãos desempenhado pelo orientador educacional, deve levar em consideração as reflexões sobre que tipo de sociedade e de cidadãos estamos ajudando a formar e quais valores estamos ajudando a construir para deixar à posteridade.

Sabemos que nem todas as escolas e redes de ensino possuem o orientador educacional em suas equipes. Sendo assim, neste trabalho, de maneira geral, também buscamos evidenciar a importância da presença deste profissional em todas as escolas,

contribuindo para a disseminação de um saber mais crítico, no transcorrer do processo de ensino e aprendizagem, na formação do aluno como cidadão, valorizando ainda suas emoções, valores, atitudes, afetos e sentimentos. Para que se alcancem tais objetivos, os orientadores educacionais precisam de formação teórica e prática, inicial e continuada, auxiliando-os a executar suas funções de maneira efetiva, contribuindo para uma educação de qualidade. Conforme afirmou Ayub (2005), precisamos superar o enfoque psicologizante que se deu, por muito tempo, à Orientação Educacional e que levou a uma atuação descontextualizada em relação ao que acontece na escola, com ênfase no “ajustamento” e nos atendimentos individuais. Isso não significa negligenciar os aspectos emocionais e psicológicos da aprendizagem, que são de fundamental importância e influência para o processo, mas, apenas compreender que o orientador educacional não pode (mesmo porque não tem formação para isso) atuar como um psicólogo na escola, mas sim como um educador que compreende a educação como um todo.

Sendo a escola um espaço de dimensão intelectual e humana, a Orientação Educacional deve se apropriar do seu papel como mediadora e conscientizadora na formação dos valores e na compreensão dos sentimentos que envolvem a vida dos alunos e a escola. Estamos diante de um desafio de fazer da escola um lugar que ajude a formar pessoas críticas e responsáveis por si e também pelo outro, e todos os que estão envolvidos nesse processo, inclusive o orientador educacional, devem encarar este desafio como algo possível.

REFERÊNCIAS

- 7 GRAUS. **Significados:** o que é behaviorismo? Matosinho, 2016. Disponível em: <https://www.significados.com.br/behaviorismo/>. Acesso em: 17 maio 2018.
- ALARCÃO, I. Professores reflexivos em uma escola reflexiva. São Paulo: Cortez, 2003
- ALVES, N; GARCIA, R. L. Rediscutindo papel dos diferentes profissionais da escola na contemporaneidade. *In:* FERREIRA, N. S. C. (org.) **Supervisão educacional para uma escola de qualidade**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- ASSIS, N. Revendo meu fazer sob uma perspectiva teórico-prática. *In:* GRINSPUN, M. P. S. Z. (org.). **A prática dos orientadores educacionais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- AYUB, N. K. Apresentação. **Prospectiva**, Porto Alegre, n. 28, p. 7-13, 2005.
- BALESTRO, M. A trajetória e a prática da orientação educacional. **Prospectiva**, Porto Alegre, n. 28, p. 18-27, 2005.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. rev. e actual. Lisboa: Edições 70, 2016.
- BRASIL. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 dez. 1961. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 30 abr. 2018.
- BRASIL. Lei n. 5.564, de 21 de dezembro de 1968. Provê sobre o exercício da profissão de orientador educacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 dez. 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5564.htm. Acesso em: 2 maio 2018.
- BRASIL. Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 30 abr. 2018.
- BRASIL. Lei n. 72.846 de 26 de setembro de 1973. Regulamenta a Lei nº 5.564, de 21 de dezembro de 1968, que provê sobre o exercício da profissão de orientador educacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 set. 1973. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d72846.htm. Acesso em: 2 maio 2018.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 ago. 2018.
- BRASIL. Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 22 abr. 2018.

BUGONE, A. C.; DALABETHA, A.; BAGNARA, I. C. O orientador educacional e seus desafios no contexto escolar. **REI: Revista de Educação do IDEAU**, v. 11, n. 23, p. 1-14, jan./jun. 2016. Disponível em: https://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/360_1.pdf. Acesso em: 12 jul. 2017.

CARVALHO, M. T. A Orientação Educacional de 1ª a 4ª série: a trajetória de uma experiência cheia de acertos e erros. In: GRINSPUN, M. P. S. Z. (org.). **A prática dos orientadores educacionais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CAZELA, G. F. **A teoria e prática da orientação educacional**: um estudo de caso. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007. Disponível em: <http://www.pedagogia.ufscar.br/documentos/arquivos/trabalhos-de-conclusao-de-curso/tcc-2003/a-teoria-e-pratica-da-orientacao-educaional-em-um-estudo-de-caso>. Acesso em: 12 jul. 2017.

CHAER, G.; DINIZ, R. R. P.; RIBEIRO, E. A. A técnica do questionário na pesquisa educacional. **Evidência**, Araxá, v. 7, n. 7, p. 251-266, 2011. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/maio2013/sociologia_artigos/pesquisa_social.pdf. Acesso em: 6 maio 2017.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber às práticas educativas**. São Paulo: Cortez, 2014

EVANS, K.; VAANDERING, D. **Justiça restaurativa na educação**: promover responsabilidade, cura e esperança nas escolas. São Paulo: Palas Athena, 2018.

FENOE. Código de Ética dos Orientadores do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 mar. 1979. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/GOEDF/codigo-de-tica-dos-orientadores-do-brasil>. Acesso em: 10 jan. 2019.

FERRARI, M. Carl Rogers, um psicólogo a serviço do estudante. **Nova Escola**, São Paulo, 1 out. 2008. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/1453/carl-rogers-um-psicologo-a-servico-do-estudante>. Acesso em: 17 maio 2018.

FRANCA. Lei Complementar n. 01, de 24 de julho de 1995. Dispõe sobre o Plano de Classificação de Cargos do Serviço Público Municipal de Franca, sua estrutura organizacional, institui as tabelas de vencimentos e dá outras providências. **Comércio da Franca**, [25 jul. 1995]. Disponível em: <https://franca.sp.leg.br/legislacao/lei-complementar-no-1-de-24-de-julho-de-1995>. Acesso em: 2 nov. 2018.

FRANCA. Lei n. 4. 972 de 11 de fevereiro de 1998. Institui o Estatuto do Magistério Público Municipal de Franca e dá outras providências. **Comércio da Franca**, [12 fev. 1998]. Disponível em: <https://franca.sp.leg.br/legislacao/lei-no-4972-de-11-de-fevereiro-de-1998>. Acesso em: 2 nov. 2018.

FRANCA. Secretaria Municipal de Educação. **Plano Municipal de Educação**. Franca, 2015. Disponível em: https://www.franca.sp.gov.br/images/EDUCACAO/1-INSTITUCIONAL/PLANO_MUNICIPAL/plano_municipal_da_educacao.pdf. Acesso em: 18 jul. 2018.

FRANCA. Secretaria Municipal de Educação. **Regimento Escolar:** educação infantil e ensino fundamental. Franca, 2017. (Separata).

FRANCA. Secretaria Municipal de Educação. **Regimento Escolar:** educação infantil e ensino fundamental. Franca, 2018. (Separata).

FRANCA. Secretaria Municipal de Educação. **Regimento Escolar:** educação infantil e ensino fundamental. (versão preliminar). Franca, 2017. Disponível em: <https://www.franca.sp.gov.br/uncategorised/regimento-escolar-educacao-infantil-ensino-fundamental>. Acesso em: 18 jul. 2018.

FRANCA. **Secretaria Municipal de Educação.** Franca, 2018. Disponível em: <https://www.franca.sp.gov.br/administracao-municipal/administracao-direta/educacao/apresentacao-educacao>. Acesso em: 18 jul. 2018.

GARCIA, D. S. M. **Um novo olhar para a orientação educacional.** São Paulo: Inove, 2005.

GARCIA, R. L. (org.). **Orientação educacional:** o trabalho na escola. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

GARCIA, R. L. A orientação educacional e a democratização do ensino. *In:* NEVES, M. A. C. M. (org.). **A orientação educacional:** permanência ou mudança? Petrópolis: Ed. Vozes, 1991.

GIACAGLIA, L. R. A. **Orientação educacional na prática:** princípios, técnicas, instrumentos. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

GIACAGLIA, L. R. A.; PENTEADO, W. M. **Orientação educacional na prática:** princípios, técnicas, instrumentos. 4. ed. São Paulo: Pioneira Educação, 2003.

GOLDBERG, M. A. A. A profissão de orientador educacional. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 10, p. 29-37, 1974. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/download/articulo/5644909.pdf>. Acesso em: 17 set. 2016.

GRINSPUN, M. P. S. (org.). **A prática dos orientadores educacionais.** São Paulo: Cortez, 1994.

GRINSPUN, M. P. S. Z. A orientação educacional: uma perspectiva contextualizada. *In:* GRINSPUN, M. P. S. Z. (org.). **A prática dos orientadores educacionais.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001a.

GRINSPUN, M. P. S. Z. **A orientação educacional:** conflito de paradigmas e alternativas para a escola. São Paulo: Cortez, 2001b.

GRINSPUN, M. P. S. Z. (org.). **Supervisão e orientação educacional:** perspectivas de integração na escola. São Paulo: Cortez, 2003a.

GRINSPUN, M. P. S. Z. O papel da orientação educacional diante das perspectivas atuais da escola. *In:* GRINSPUN, M. P. S. Z. (org.). **Supervisão e orientação educacional:** perspectivas de integração na escola. São Paulo: Cortez, 2003b.

GUNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão?

Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, DF, v. 22, n. 2, p. 201-210, maio/ago. 2006.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/ptp/v22n2/a10v22n2.pdf>. Acesso em: 6 maio 2017.

IABELBERG, C. C. **Uma contribuição crítica para o entendimento dos sentidos atribuídos pelo Orientador Educacional ao exercício de sua função**. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/16927/1/Catarina%20Cerqueira%20Iavelberg.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2017.

IBGE. **Estatísticas:** por cidade e estado: Franca: panorama. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/franca/panorama>. Acesso em: 17 dez. 2018.

INEP. Brasília, DF, [2018]. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/inicio>. Acesso em: 17 dez. 2018.

INEP. **Inep 80 anos:** galeria: Lourenço Filho - 1938. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://inep80anos.inep.gov.br/inep80anos/passado/lourenco-filho-1938/141>. Acesso em: 19 abr. 2018.

LAPA, C. N.; GONÇALVES, M. M. M.; MAUPEAU, Y. Histórico da orientação no Brasil. **Prospectiva**, Porto Alegre, v. 2, n. 14, 32-36, 1985.

LIBÂNEO, J. C. Orientação educacional e emancipação das camadas populares: a pedagogia crítico-social dos conteúdos culturais. **Prospectiva**, Porto Alegre, v. 2, n. 13, p. 19-27, out. 1984.

LÜCK. Heloísa. **Ação integrada:** administração, supervisão e orientação educacional. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

LÜCK. Heloísa. **Planejamento em orientação educacional**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MAIA, E. M.; GARCIA, R. L. **Uma orientação educacional nova para uma nova escola**. 7. ed. São Paulo. Edições Loyola, 1995.

MARQUETI, Andrea. **Políticas de acesso ao cargo de diretor de escola pública da educação básica:** novas perspectivas a partir da realidade do município de Franca/SP. 2016. 153 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Análise de Políticas Públicas) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2016.

MELO, S. M. M. **Orientação educacional:** do consenso ao conflito. Campinas: Papirus, 1994.

MENEZES, E. T.; SANTOS, T. H. Escola Nova. In: DICIONÁRIO Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <http://www.educabrazil.com.br/escola-nova/>. Acesso em: 16 maio 2018.

MILET, R. M. L. **A orientação educacional que ultrapassa os muros da escola**. 1990. Dissertação (Mestrado em Educação) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1990. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8990/000056558.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 22 ago. 2016.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set. 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf>. Acesso em: 14 maio 2017.

MULLET, J. H.; AMSTUTZ, L. S. **Disciplina restaurativa para escolas: responsabilidade e ambientes de cuidado mútuo**. São Paulo: Palas Athena, 2012.

NEVES, M. A. M. (org.). **A orientação educacional: permanência ou mudança?** Petrópolis: Vozes, 1991.

NOAL, I. K. Contextualização do Serviço de Orientação Educacional na escola: trajetórias, expectativas e desafios. **Prospectiva**, Porto Alegre, n. 28, p. 118-127, 2005.

PASCOAL, M.; HONORATO, E. C.; ALBUQUERQUE, F. A. Orientador educacional no Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 47, p. 101-120, jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/n47/06.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2016.

PASCOAL, M. A orientação educacional no Brasil: uma discussão crítica. **Póiesis Pedagógica**, Catalão, v. 3, n. 3/4, p. 114-125, 2005/2006. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/10549/7019>. Acesso em: 6 set. 2017.

PATTO, Maria Helena Souza. **Produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. 1987. Tese (Livre-docência) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

PERRENOUD, P. **La construcción del éxito y del fracaso escolar**. Madrid: Morata, 1996.

PIMENTA, S. G. **Uma proposta de atuação do orientador educacional na escola pública**. 1985. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1985.

PLACCO, V. M. N. S. **Formação e prática do educador e do orientador: confrontos e questionamentos**. Campinas: Papirus, 1994.

PORTO, O. **Orientação educacional: teoria, prática e ação**. Rio de Janeiro: Wak, 2009.

SANTOS, M. L.; GOMIDE, P. I. C. **Justiça restaurativa na escola: aplicação e avaliação do programa**. Curitiba: Juruá, 2014.

SENA, M. G. C. **Orientação educacional no cotidiano das 1^{as} séries do 1^o grau**. São Paulo: Loyola, 1993.

SGANDERLA, A. P.; CARVALHO, D. C. Lourenço Filho: um pioneiro da relação entre psicologia e educação no Brasil. **Psicologia da Educação**, São Paulo, n. 26, p. 173-190, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psie/n26/v26a10.pdf>. Acesso em: 2 maio 2018.

VILLON, I. G. Orientação educacional e a comunidade. *In*: GRINSPUN, M. P. S. (org.). **A prática dos orientadores educacionais**. São Paulo: Cortez, 2001.

ZEHR, H. **Justiça restaurativa**. São Paulo: Palas Athena, 2015.

APÊNDICES

Apêndice A – Questionário aplicado às diretoras escolares



UNIVERSIDADE ESTADUAL
PAULISTA “JÚLIO DE
MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS
CAMPUS DE FRANCA



QUESTIONÁRIO – Diretor de escola

IDENTIFICAÇÃO

- Idade: _____
- Sexo: () Feminino () Masculino

Graduação: _____

Pós-Graduação: _____

Cargo de Origem: _____

Anos de experiência na Educação: _____

Anos de experiência como diretor de escola: _____

1) No seu entendimento, qual é o papel do Orientador Educacional dentro da Escola?

2) Quais funções do Orientador Educacional você elencaria como as principais?

3) Qual a importância da Orientação Educacional dentro da escola? Explique.

4) Você acha que o trabalho do Orientador Educacional pode ter reflexos, positivos ou negativos, na aprendizagem dos alunos? Justifique.

5) Pautado em sua experiência como diretora de escola, existe integração do Orientador Educacional à Equipe Gestora Escolar? Existe participação dele nas decisões de caráter pedagógico da escola? De que forma? Justifique.

Obrigada pela participação! Seus conhecimentos e experiências são fundamentais para esta pesquisa.

Flávia Pinheiro da Silva Colombini

flaviapscolombini@hotmail.com

Orientadora Educacional da Prefeitura Municipal de Franca. Mestranda em Análise e Planejamento de Políticas Públicas. Linha de Pesquisa: Política e Gestão Educacional. UENSP/Franca.

Apêndice B – Questionário aplicado à gestora de formação continuada da Orientação Educacional da SME



UNIVERSIDADE ESTADUAL
PAULISTA “JÚLIO DE
MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS
CAMPUS DE FRANCA



QUESTIONÁRIO – GESTORA DE FORMAÇÃO CONTINUA DOS ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

Nome: _____

Formação: _____

Anos de experiência na Orientação Educacional: _____

1. Quando foi realizado o primeiro concurso para O.E na prefeitura de Franca?

2. Como foram distribuídos os O.E. aprovados?

3. Houve formação continuada ao longo desse tempo? Como?

4. Você observa mudanças e permanências no trabalho da OE ao longo dos anos? Quais?

5. Como atual gestora da formação continuada, qual é a proposta de trabalho das reuniões de formação continuada oferecida?

6. E na sua opinião, há aspectos que podem ser melhorados? Quais?

7. Qual sua visão sobre o grupo dos orientadores educacionais, em relação a prática escolar:

8. No desenvolvimento do seu trabalho como gestora de formação continuada dos Orientadores Educacionais, você encontra dificuldades? Quais?

9. Você tem alguma consideração ou sugestão a fazer sobre o trabalho dos Orientadores Educacionais no município? Quais?

Obrigada pela disponibilidade e participação! Seus conhecimentos e experiências são fundamentais para esta pesquisa.

Flávia Pinheiro da Silva Colombini

flaviacolombini@franca.sp.gov.br

Orientadora Educacional, Mestranda em Análise e Planejamento de Políticas Públicas.

Linha de Pesquisa: Política e Gestão Educacional. Unesp/Franca

Apêndice C – Questionário aplicado aos orientadores educacionais



**UNIVERSIDADE ESTADUAL
PAULISTA “JÚLIO DE
MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS
CAMPUS DE FRANCA**



QUESTIONÁRIO – Orientador Educacional

1. Identificação

- Idade: _____
- Sexo: () Feminino () Masculino

- Formação acadêmica:

Graduação: _____ / ano de conclusão: _____

Graduação: _____ / ano de conclusão: _____

Graduação: _____ / ano de conclusão: _____

- Pós-graduação (áreas - Latus e Strictu Sensu) e ano de conclusão:

Latus-Sensu/ Especialização _____ / ano de conclusão: _____

Latus-Sensu/ Especialização _____/ ano de conclusão: _____

Latus-Sensu/ Especialização _____ / ano de conclusão: _____

Outros: (Mestrado/Doutorado) _____ / ano de conclusão: _____

2. Da experiência profissional:

2.1 Tempo de experiência na área de educação:

2.2 Locais de trabalho, função, nível de ensino (Infantil, fundamental, médio, AJA) e tempo no cargo (na área da educação):

- Local: _____ /Cidade: _____
Função: _____ / Nível de ensino/_____ Tempo no cargo _____
- Local: _____ /Cidade: _____
Função: _____ / Nível de ensino/_____ Tempo no cargo _____
- Local: _____ /Cidade: _____
Função: _____ / Nível de ensino/_____ Tempo no cargo _____
- Local: _____ /Cidade: _____
Função: _____ / Nível de ensino/_____ Tempo no cargo _____
- Local: _____ /Cidade: _____
Função: _____ / Nível de ensino/_____ Tempo no cargo _____

3. Tendo em vista seu cargo de Orientador Educacional, por gentileza, responda os itens abaixo:

3.1 Na sua opinião, descreva no que consiste o trabalho do Orientador Educacional e qual deve ser seu principal objetivo?

3.2 Você diria que tem conhecimento claro de suas funções e atribuições como orientador educacional, dentro da escola?

() sim () não () parcialmente

3.3 Liste suas principais tarefas diárias em sua atividade profissional na escola:

3.4 Para embasar sua prática, como orientador, você utiliza algum autor ou obra? Cite abaixo:

3.5 Você sente que sua formação teórica e acadêmica foram suficientes para exercer sua função como Orientador Educacional?

() sim () não () parcialmente

3.6 Quanto você considera importante e relevante as reuniões de formação continuada oferecidas pela SME?

() muito () moderadamente () pouco () nada

3.7 Dos conhecimentos adquiridos nas reuniões de formação continuada, quanto você considera que consegue aplicar efetivamente em sua prática pedagógica na escola?

() muito () moderadamente () pouco () nada

3.8 Com relação a sua atuação como Orientador Educacional, quanto dela você acredita que está diretamente relacionada com o processo de ensino e aprendizagem do aluno?

() muito () moderadamente () pouco () nada

3.9 Das funções desempenhadas há alguma(s) que você acredita que não são específicas do seu cargo?

() sim () não () não sei dizer

Se você respondeu sim a esta pergunta cite quais funções e por quê?

3.10 No último ano você desenvolveu, em sua escola, alguma ação ou projeto específico da Orientação Educacional que envolvesse os alunos, a equipe escolar, famílias ou comunidade?

☐ sim ☐ não ☐ não sei dizer.

Se sim, descreva brevemente:

3.11 Com relação ao Regimento Escolar das Escolas Municipais e a Lei Municipal 01/95, você diria que as conhece:

☐ totalmente ☐ parcialmente ☐ desconhece

3.12 De maneira livre, utilize as linhas abaixo para observações em geral acerca do exercício/desempenho de sua função/atividade como orientador educacional.

Obrigada pela disponibilidade e participação! Seus conhecimentos e experiências são fundamentais para esta pesquisa.

Flávia Pinheiro da Silva Colombini

flaviacolombini@franca.sp.gov.br

Orientadora Educacional, Mestranda em Análise e Planejamento de Políticas Públicas.

Linha de Pesquisa: Política e Gestão Educacional. Unesp/Franca